



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURUA E URBANISMO



RAQUEL GOMES VALADARES

**REDES DE SUPORTE SOCIAL NO PROGRAMA MINHA
CASA MINHA VIDA EM TABOÃO DA SERRA – SP**

VIÇOSA - MINAS GERAIS
2018

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

V136r
2018 Valadares, Raquel Gomes, 1985-
Redes de suporte social no Programa Minha Casa Minha
Vida em Taboão da Serra – SP / Raquel Gomes Valadares. –
Viçosa, MG, 2018.
155f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexos.

Orientador: Tiago Augusto da Cunha.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f.117-124.

1. Habitação popular. 2. Movimentos sociais. 3. Redes
sociais. I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de
Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pós-graduação em
Arquitetura e Urbanismo. II. Título.

CDD 22 ed. 363.58

RAQUEL GOMES VALADARES

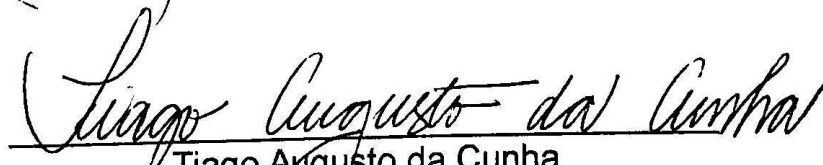
**REDES DE SUPORTE SOCIAL NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA
VIDA EM TABOÃO DA SERRA - SP**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Viçosa, como
parte das exigências do programa de
pós-graduação em Arquitetura e
Urbanismo, para obtenção do título
Magister Scientiae.

APROVADA: 26 de fevereiro de 2018.


Regina Esteves Lustoza


Neide Maria de Almeida Pinto


Tiago Augusto da Cunha
(Orientador)

RAQUEL GOMES VALADARES

REDES DE SUPORTE SOCIAL NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM TABOÃO DA SERRA – SP

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação do Departamento Arquitetura e Urbanismo – PPG DAU, para a obtenção do título *Magister Scientiae*. Orientado pelo Prof. Dr. Tiago Augusto da Cunha.

Grata a DEUS por todas as coisas “*porque Dele, por Ele e para Ele são todas as coisas*” (Romanos 11.36).

Grata a minha família; meu pai Nereu, minha mãe Nilza e meu irmão Wesley. Grata a todos os que se fizeram presentes, de algum modo, durante o mestrado.

RESUMO

Em 2009, a política habitacional brasileira foi retomada através do Plano Nacional de Habitação e do seu instrumento mais conhecido, o Programa Minha Casa Minha Vida. Segundo dados da Fundação João Pinheiro e do Ministério das Cidades, o maior déficit habitacional encontra-se entre os que recebem até três salários mínimos. Para este público específico o programa ofereceu cinco modalidades de enquadramento, dentre os quais se destacam MCMV-Entidades e MCMV-FAR, pelas similitudes quanto ao oferecimento do produto. As unidades habitacionais na modalidade MCMV-FAR eram adquiridas pelas famílias por intermédio dos cadastros em órgãos do Poder Público Municipal, enquanto que as unidades obtidas através do MCMV-Entidades eram pleiteadas por meio de cooperativas e associações. Ainda que de forma débil, o MCMV abrangia formas cooperativadas de provisão habitacional como meio de transformação social. A proposta desta pesquisa é identificar e analisar as redes de suporte social entre moradores de unidades habitacionais formadas a partir de associações e cooperativas, ou seja, movimentos sociais. Buscando compreender se estas são maiores e mais colaborativas comparadas à outra modalidade, analisando os desdobramentos de modos cooperados e participativos de provimento habitacional nas formas de suporte social. Ademais, buscou-se caracterizar o processo de constituição dos laços sociais existentes. A base teórica que fundamenta o estudo aborda as principais origens do déficit habitacional no Brasil abrangendo, também, a constituição de laços sociais a partir da habitação. Trata-se de uma pesquisa com aplicação de técnicas quantitativas, bem como qualitativas. Para isto foi aplicada a metodologia de Análise de Redes Sociais - ARS para inquirir as redes de suporte social (assistência, solidariedade e colaboração mútua). O apoio social foi captado através de questionários (geradores de nomes) lastreado na conceituação de redes sociais como um conjunto de participantes, autônomos, unindo ideias e recursos em torno de valores e interesses compartilhados. Foram analisados o MCMV-Entidades e MCMV-FAR, no município de Taboão da Serra-SP. Inferiu-se que as redes de suporte social presentes e construídas em movimentos sociais de habitação eram mais amplas e mais colaborativas que redes de empreendimentos constituídos no âmbito do Poder Público Municipal, fornecendo insumos (materiais e imateriais) que possibilitariam ativos para o enfrentamento de necessidades do dia-a-dia. Embora o controle social seja mais expressivo em modalidades cooperativadas, os residentes apresentam redes de suporte social com uma associação maior às relações com a nova vizinhança. O localismo e a homofilia parecem ser decisivos na qualidade de suporte que a rede oferece.

Palavras-chave: Habitação de Interesse Social; Movimentos Sociais; Rede Social de Suporte.

ABSTRACT

In 2009, the Brazilian housing policy was resumed through the National Housing Plan and its most well-known instrument, the Minha Casa Minha Vida Program. According to data from the João Pinheiro Foundation and the Ministry of Cities, the largest housing deficit is among those receiving up to three minimum wages. For this specific public the program offered five modalities of framing, among which stand out MCMV-Entities and MCMV-FAR, for the similarities as to the offer of the product. MCMV-FAR housing units were purchased by families through the registers of Municipal Public Authorities, while the units obtained through the MCMV-Entities were solicited through cooperatives and associations. Although weak, the MCMV covered cooperative forms of housing provision as a means of social transformation. The purpose of this research is to identify and analyze social support networks among residents of housing units formed from associations and cooperatives, that is, social movements. Seeking to understand if these are larger and more collaborative compared to the other modality, analyzing the unfolding of cooperative and participatory modes of housing provision in the forms of social support. In addition, we sought to characterize the process of constitution of existing social ties. The theoretical basis for this study deals with the main origins of the housing deficit in Brazil, including the constitution of social bonds from a housing. It is a research with an application of quantitative as well as qualitative techniques. For this, the methodology of Social Network Analysis (ARS) was applied to inquire the social support networks (assistance, solidarity and mutual collaboration). Social support was captured through questionnaires (name generators), based on the conceptualization of social networks as a set of participants, autonomous, uniting ideas and resources around shared values and interests. The MCMV-Entities and MCMV-FAR, in the municipality of Taboão da Serra-SP, were analyzed. It was inferred that the social support networks present and built-in social housing movements were broader and more collaborative than networks of enterprises constituted within the scope of the Municipal Public Power, providing inputs (material and immaterial) that would enable assets to meet needs every day. Although social control is more expressive in cooperative modalities, residents present social support networks with a greater association to neighborhood relations. Localism and homophilia seem to be decisive in the quality of support that the network offers.

Keywords: Housing of Social Interest; Social movements; Support Social Networking

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Principais fatos na política habitacional no Brasil (1906-1986)	30
Figura 2. Linha do tempo sobre a Política Urbana no Brasil (1988 – 2009).	38
Figura 3 Evolução dos Recursos em Assistência Social ...	42
Figura 4. Caminho Euleriano ou Pontes de Königsberg	46
Figura 5. Diagrama de Baran	50
Figura 6. Grafo da rede ramificada pura	52
Figura 7. Grafo da rede <i>cluster</i>	52
Figura 9. Abertura estrutural da Rede	60
Figura 10. Mapa do Brasil – São Paulo em destaque	79
Figura 11. Região Metropolitana de São Paulo – Taboão da Serra em destaque	80
Figura 12. Condomínio João Cândido A	84
Figura 13. Condomínio João Cândido B	85
Figura 14. Condomínio Ipê	87
Figura 15. Condomínio Jequitibá	87
Figura 16. Rede de Suporte Social - Moradora “S01 - E”	98
Figura 17. Rede de Suporte Social – Morador “S02 - E”	99
Figura 18. Rede de Suporte Social – Moradora “S03-E”	100
Figura 19. Rede de Suporte Social – Morador “S04 - E”	100
Figura 20. Rede de Suporte Social – Moradora “S01 - FAR”	101
Figura 21. Rede de Suporte Social– Morador “S02 - FAR”	102
Figura 22. Rede de Suporte Social – Moradora “S03 - FAR”	103
Figura 23. Rede de Suporte Social – Morador “S04 - FAR”	103

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução da população urbana e rural brasileira (1950 – 2010)	18
Tabela 2 – Unidades contratadas através do Programa Crédito Solidário (PCS)	35
Tabela 3 – Valores do MCMV – Fase 1	39
Tabela 4 – Fases do MCMV	40
Tabela 5 – Valores do MCMV em 2016	40
Tabela 6 – Evolução da contratação habitacional	40
Tabela 7 – Déficit habitacional urbano no Brasil...	42
Tabela 8 – Unidades Habitacionais (U.H.) no PCS e MCMV-E	71
Tabela 9 – Programa Minha Casa, Minha Vida - Fases 1 e 2 – Brasil	77
Tabela 10 – Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades em São Paulo ...	78
Tabela 11 – Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades – Unidades	79
Tabela 12 – Síntese das informações dos Condomínios	88
Tabela 13 – Perfil dos Entrevistados - Faixa Etária	89
Tabela 14 – Perfil dos Entrevistados - Estado Civil	90
Tabela 15 – Arranjo Familiar dos Entrevistados	90
Tabela 16 – Perfil dos Entrevistados – Escolaridade	91
Tabela 17 – Perfil dos Entrevistados – Situação Profissional	92
Tabela 18 – Tamanho da rede de suporte social – Todos os vínculos citados	95
Tabela 19 – Tamanho da rede de suporte social – atual vizinhança	96
Tabela 20 – Síntese dos moradores representados nos grafos	97
Tabela 21 – Atributos das redes de suporte social	105
Tabela 22 – Relação percebida com a vizinhança	106
Tabela 23 – Tempo de residência	107

LISTA DE ABREVIATURAS

AMENM - Associação de Moradores Esperança de um Novo Milênio
 APP - Área de Preservação Permanente
 ARS - Análise de Redes Sociais
 B. - Bairro
 BNH - Banco Nacional da Habitação
 CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
 CMP - Central dos Movimentos Populares
 COHAB - Companhias de Habitação
 CONAM - Confederação Nacional de Associações de Moradores
 ConCidades - Conselho das Cidades
 CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social
 EBRF - Empresa Brasileira de Regularização Fundiária
 FCP - Fundação da Casa Popular
 FDS - Fundo de Desenvolvimento Social
 FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
 FJP - Fundação João Pinheiro
 FNRU - Fórum Nacional da Reforma Urbana
 FUCVAM - *Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua*
 IAP - Institutos de Aposentadoria e Pensão
 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
 INOCOOP - Institutos de Orientação às Cooperativas Habitacionais
 IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
 MCMV - FAR - Minha Casa Minha Vida - Fundo de Arrendamento Residencial
 M² - Metro quadrado
 MCMV - Minha Casa Minha Vida
 MCMV- E - Minha Casa Minha Vida - Entidades
 MNLM - Movimento Nacional de Luta por Moradia
 MST-Taboão - Movimento dos Sem Teto de Taboão da Serra
 MTST - Movimento de Trabalhadores Sem Teto
 ONU - Organização das Nações Unidas
 PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
 PCS - Programa Crédito Solidário
 PlanHab - Plano Nacional de Habitação
 PNDU - Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
 PNH - Política Nacional de Habitação
 PNHU - Programa Nacional de Habitação Urbana
 SBPE - Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
 SFH - Sistema Financeiro de Habitação
 SM - Salário Mínimo
 SP - São Paulo
 UNMP - União Nacional por Moradia Popular
 ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social
 ZPA - Zona de Preservação Ambiental

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
Capítulo 1	
ORIGENS DAS INEQUIDADES HABITACIONAIS NO BRASIL	15
1.1. Habitação de interesse social	22
1.2. Legislação e política habitacional no Brasil	33
Capítulo 2	
ANÁLISE DE REDES SOCIAIS	45
2.1. Os movimentos sociais e as teorias	61
2.2. Movimentos sociais pela moradia no Brasil	66
Capítulo 3	
MINHA CASA MINHA VIDA EM TABOÃO DA SERRA-SP	
3.1 Material e métodos	74
3.2. Procedimentos para a escolha do município	76
3.3. Condomínio João Cândido A e B	83
3.4. Condomínios Ipê e Jequitibá	86
3.5. Análise da Amostra	89
3.6. Compreensão das Redes Sociais	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	117
ANEXO I	125
ANEXO II	128
ANEXO III	148

INTRODUÇÃO

O texto constitucional de 1988 está fundamentado em cinco proposições, elencadas no primeiro artigo: a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; e o pluralismo político (BRASIL, 1988). Todas as outras normas devem convergir para a consolidação desses fundamentos. A Constituição apresenta princípios e objetivos em que as demais leis deverão guarnecer. Um compromisso integracional da sociedade lastreado pela igualdade, erradicação das desigualdades, bem estar coletivo e o desenvolvimento nacional.

Assegurar a dignidade da pessoa humana em si permite a proteção individual e, conseqüentemente, tratamento razoável e equânime dos indivíduos e a supremacia dos interesses da coletividade. Em todas as esferas da organização político-administrativa há a pactuação desse compromisso principiológico. A Constituição de 1988 propunha restabelecer, em seu texto, aspectos amparados pela concepção do Estado de Bem Estar, cuja finalidade essencial seria suprir e garantir vida digna aos indivíduos.

A provisão apresentada pelo Estado Social proporcionava proteção e não redistribuição de riqueza. Contudo, nem toda melhoria nas condições de vida estariam atreladas com melhores salários e melhor distribuição de renda. Boas condições de vida também estão ligadas às políticas urbanas de moradia, de segurança, de iluminação pública e de saneamento (MARICATO, 2014).

Perquirir o bem estar social proporciona a segurança institucional, assegurando a vigência dos princípios da supremacia coletiva e interesse público. A metáfora política do Leviatã, de Hobbes, expõe a compreensão do poder do Estado: a renúncia da autonomia do indivíduo para a constituição de um objeto que seja superior aos interesses individuais (BAUMAN, 2014).

Neste espaço, em que o indivíduo está inserido, existem permanentemente desigualdades que se manifestam sob os diversos aspectos (moradia, relações de consumo, percursos sociais, entre outros). Espaço físico e social desigual manifestam exclusão e tratamento desiguais.

Para Maricato (2001) a população de baixa renda vive à margem, tornando-se invisível e, logo, a estes lhes faltam tudo: moradia digna, transporte público, acesso à educação de qualidade, saúde, etc. A maneira como a administração pública propõe a gestão das suas políticas e demandas segregam cada vez mais (MARICATO, 2001). Morar nas franjas do

tecido urbano sem ter direito à infraestrutura adequada implica na inacessibilidade de oportunidades e a perpetuação das desigualdades sociais.

A Constituição Federal de 1988 apresentou abordagem específica sobre a Política Urbana. A inclusão desse capítulo foi decorrente de ações coletivas que procuravam estabelecer um conceito de reforma urbana como uma nova ética social, que condena a cidade como fonte de lucros para poucos em troca da pobreza de muitos.

A partir da Constituição outras normas foram elaboradas e institutos foram criados consubstanciando a ordenação do espaço urbano. O Estatuto da Cidade, homologado em 2001; o Ministério das Cidades, criado em 2003; o Conselho das Cidades (ConCidades), criado em 2004 e extinto em 2017; o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, elaborados em 2005; a Política Nacional de Habitação e o Plano Nacional de Habitação em 2007 são exemplos do arcabouço jurídico e institucional em torno da temática urbana.

Desde 1988, as normas e as estratégias de enfrentamento dos temas urbanos vislumbravam também a participação popular estabelecendo uma dialogicidade da população com o poder público, a fim de que as demandas sociais fossem tratadas com a devida acuidade. O protagonismo da sociedade civil na construção de políticas públicas urbanas é a possibilidade que o ordenamento apresenta para que os interesses públicos sejam discutidos e definidos pelos próprios usuários, pois o Estado não é o tutor absoluto do interesse público e a sociedade civil pode, inclusive, se manifestar contra a vontade do mesmo.

Embora a participação popular nas decisões dos assuntos políticos esteja no bojo do texto normativo, ressalte-se que, é recente esta previsão. A Constituição Cidadã consagrou a participação popular nos espaços institucionais, estabelecendo a previsão da criação de conselhos, conferências e espaços para debates. No entanto, a construção do diálogo e participação democrática não tem sido fácil. Empenhados em construir uma cultura democrática na sociedade civil, os movimentos sociais, desde a década de 1980, vêm lutando para a construção de políticas públicas inclusivas.

Cabe aqui uma menção específica sobre a participação dos movimentos sociais na política habitacional. Após anos sem programas específicos para habitação (entenda-se habitação de interesse social) em 2009 foi elaborado o Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV. Inicialmente formulado por meio de Medida Provisória, logo após convertido em Lei nº 11.977/2009 (BRASIL, 2009). O Minha Casa Minha Vida tem por objetivo promover a produção ou aquisição de novas unidades habitacionais. Ele apresenta critérios para o

oferecimento e enquadramento no programa de acordo com o valor da renda, valor do imóvel, município, fundo de financiamento, entre outros.

Uma expectativa formou-se em torno desse programa, tendo em vista sua magnitude e a expressiva meta de construção de unidades habitacionais. Apesar de o programa versar sobre habitação, o objetivo perseguido pelo MCMV era o aquecimento do mercado interno e o fortalecimento da economia, em seus diversos setores (AMORE, 2015).

Os ditames da lei previam como deveria ser a aplicação do MCMV, considerando que não há como tratar de política habitacional sem considerar o funcionamento das cidades. Deste modo, a Lei nº 11.977/2009 apresentou requisitos e diretrizes que deveriam ser observadas para a implantação dos empreendimentos. A localização, os serviços, a infraestrutura e o projeto precisavam oferecer condições dignas para a habitabilidade.

Dentre as modalidades de oferta de moradia deste programa há o MCMV- Entidades. O mesmo prevê como possibilidade de acesso a participação de associações, cooperativas e entidades sem fins lucrativos, cuja finalidade é promover a habitação de interesse social. A inclusão dessa modalidade no programa foi decorrente das ações e pressões de movimentos em prol da habitação, pois tais entidades resultam de movimentos sociais, que expressam as demandas sociopolíticas da população. Esses movimentos, cuja função é emancipatória, são “fontes de inovação e matrizes geradoras do saber; para analisar esses saberes deve-se compreender as redes de articulações que estes movimentos estabelecem na prática” (GOHN, 2011, p.385).

As redes de articulações, denominadas por Gohn, compreendem-se como redes sociais, nas quais os integrantes interagem estabelecendo conexões e interações (CASTELLS, 2005; GOHN, 2011). As redes em questão foram analisadas na tentativa de identificar especificidades na maneira como os integrantes de um programa de habitação de interesse social, em suas relações de vizinhança, se organizam e oferecem apoio mútuo. São as redes sociais que fazem com que os movimentos sociais existam e se mobilizem em torno de uma causa. A organização interna e a articulação dos indivíduos é a maneira prática que se manifesta os movimentos sociais. É cediço que existam vazios para serem pesquisados nesse eixo temático (GOHN, 2011).

Considerando as premissas sobre déficit habitacional e movimentos sociais de provimento habitacional, infere-se na relevância da compreensão das redes sociais organizadas a partir desse núcleo estrutural.

A pesquisa concentrou-se nos aspectos sociais da habitação e na compreensão das redes de suporte social de moradores de unidades de habitação de interesse social beneficiadas pelo

programa MCMV, a partir do recebimento do novo imóvel. As pessoas estão inseridas na sociedade e estabelecem relações com os demais participantes durante toda a sua vida; rede social é um fenômeno natural, não se trata da junção de todos os participantes, não é a mera soma dos indivíduos, mas o conjunto de conexões e interações estabelecidas entre eles, o que elas fornecem e, logo, seus significados.

As redes sociais podem ser compreendidas como um instrumento organizacional, não linear, dinâmico, sem limites definidos e auto organizável. Não surgem, necessariamente, por alocações físicas, mas podem ser definidas a partir de aspectos sociais e podem, até mesmo, superar as barreiras de localização. As demandas sociais e a redução das desigualdades possuem múltiplas abordagens, por este modo compreender as relações e os vínculos sociais que se estabelecem entre pessoas sob as mesmas condições faz-se necessário.

O objetivo desta pesquisa foi identificar e analisar as redes sociais, os desdobramentos de modos cooperados e participativos de provimento habitacional, no MCMV-Entidades nas formas de suporte social.

Consequentemente, desencadeia como objetivos específicos dessa análise caracterizar o processo de formação de redes sociais no MCMV - Entidades e no MCMV – FAR, modalidades do programa habitacional que diferem quanto à gestão; e entender as redes sociais na construção de formas de apoio social. A ajuda mútua, a assistência e a colaboração proporcionada pelos laços sociais possibilitará compreender as especificidades das redes em torno da moradia popular urbana.

Utilizando como referencial teórico os estudos em habitação de interesse social (BONDUKI, 1994; MARICATO, 2000; VILLAÇA, 2003; ROLNIK, 2004), as pesquisas em análises de redes sociais (FONTES e EICHNER, 2004; MARQUES, 2007; GUADALUPE, 2009; WATTS, 2009; FAZITO, 2010; LAZENGA, 2014; CUNHA, 2014a; CUNHA, 2014b) e as compreensões sobre movimentos sociais (CASTELLS, 2005; TOURAINE, 2006; GOHN, 2011).

Trata-se de um estudo pautado na compreensão da necessidade do planejamento do espaço urbano e regional. Entretanto, buscaram-se também discussões com outras áreas de ensino, articulando-se diálogo entre a Arquitetura e o Urbanismo com a Geografia, a Sociologia e a Engenharia Urbana.

A pesquisa está estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo versa sobre a desigualdade de ocupação do solo urbano e as principais políticas habitacionais que vigoraram no Brasil. No segundo capítulo buscou-se elucidar o conceito de Análise de Redes Sociais e os aspectos pertinentes à aplicação no espaço urbano. Ademais, no segundo capítulo

foram abordados o conceito e as principais teorias sobre movimentos sociais. Com merecido destaque, a luta pela moradia popular tem sido uma das principais causas de mobilização social no Brasil nos últimos anos.

O terceiro capítulo apresenta a metodologia empregada para a obtenção dos dados e a análise decorrente dos mesmos. Nesse capítulo são apresentadas as justificativas para a escolha do município de Taboão da Serra, na Região Metropolitana de São Paulo, como caso interessante para a abordagem realizada.

Apresenta-se no terceiro capítulo também os dados selecionados, atestando as divergências nas redes de suporte social nas duas modalidades do programa habitacional Minha Casa Minha Vida. Como ficou comprovado, há diferenças nos laços sociais, considerando as modalidades na gestão das unidades habitacionais. Foram apresentados os grafos, ou seja, a representação gráfica das redes de suporte social, com merecida ênfase nas relações com a atual vizinhança.

Uma possibilidade de avaliar a política pública a partir das relações sociais desenvolvidas, indicando efetividade da modalidade frente às demais. Compreendendo o conceito de efetividade na política pública como a maneira mais benéfica de obtenção dos resultados.

Por fim, são apresentadas as considerações suscitadas através desta pesquisa, onde indivíduos hiposuficientes tendem a se relacionar e formar suas redes de suporte social predominantemente, no âmbito das relações de vizinhança. Os integrantes de movimentos sociais com maior frequência, por compartilharem da mesma luta, possuem redes ligadas à situação de luta social (homofilia) e atualmente são predominantemente atreladas ao local de moradia (localismo). Ou seja, são redes com maior grau de homofilia quanto à origem, transformando-se em redes com maior localismo após a instalação no empreendimento.

Redes sociais, mais especificamente as redes de suporte social, são dinâmicas e mutáveis, deste modo a pretensão desta análise não encerra em si mesma. Todavia, busca-se posteriormente aprofundar nas pesquisas de redes sociais e as implicações em movimentos sociais de moradia.

1. ORIGENS DAS INEQUIDADES HABITACIONAIS NO BRASIL

Para compreender a amplitude da questão habitacional brasileira é necessário abordar, ainda que brevemente, o processo histórico de surgimento e crescimento das cidades. Traçar esse panorama ajudará a demonstrar, no primeiro momento, a partir da literatura, que a gravidade do déficit é fruto de uma estrutura que gera e reproduz continuamente desigualdades sócio espaciais através, sobretudo, da concentração de renda, riquezas e terras.

Assim, no Brasil colonial os ciclos econômicos, baseado na exploração de bens primários, norteavam a formação dos centros urbanos. Segundo Freyre (2004), formou-se aqui uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica e instalada em latifúndios patriarcais. Santos (1993) afirma que no fim do século XIX as principais aglomerações urbanas somavam perto de 5,7% do total da população brasileira. No período citado, as principais cidades eram: Rio de Janeiro, Salvador, Recife, São Luís e São Paulo.

A desigualdade socioeconômica nas cidades e, por conseguinte, a desigualdade de ocupação territorial já era registrada, originando-se da concentração dos meios de produção e da propriedade, como exemplo, os latifúndios da produção açucareira. Para Freyre (2004), a desigualdade de ocupação do espaço físico e social na sociedade brasileira já era perceptível na divisão casa-grande e senzala, em que inclusão e exclusão eram incorporadas ao cotidiano.

Estima-se que, em 1900, apenas quatro cidades brasileiras possuíam mais de cem mil habitantes: Rio Janeiro, São Paulo, Salvador e Recife (SANTOS, 1993). No início do século XX a população urbana passou a representar 9,4% do total da população brasileira. Nesse período, as normas urbanísticas enfatizavam o embelezamento das cidades, na tentativa de romper a imagem de colônia/império e proporcionar a modernização do espaço urbano.

A partir da década de 1930, com a Era Vargas, estabeleceu-se uma nova fase no desenvolvimento político-institucional e socioeconômico brasileiro (REZENDE, 2012). O planejamento urbanístico e as questões urbanas passaram a constituir a pauta normativa. Destacam-se quatro ordenamentos desse conjunto. Foi instituído que a propriedade não poderia ser exercida contra o interesse social ou coletivo, argumento doutrinariamente compreendido como a função social da propriedade. Foi também estabelecida a primeira legislação relativa a loteamentos (REZENDE, 2012). Além disso, foram regulamentadas as desapropriações por utilidade pública e criada a Lei do Inquilinato.

Com o fim da Era Vargas a previsão legal que submetia a propriedade ao interesse da coletividade foi revogada, os demais regramentos foram mantidos. A legislação sobre os

loteamentos estabeleceu condutas para loteantes, atribuindo a aprovação ao poder executivo municipal. O Decreto-Lei 3.365/1941 elencou condições específicas para a desapropriação, garantindo segurança da propriedade ao particular.

A Lei do Inquilinato, por sua vez, determinou o congelamento dos valores dos alugueis. Como o custo com aluguel para o trabalhador urbano representava um parcela fixa demasiadamente onerosa, a lei teve forte impacto social e econômico. No Governo Vargas essa foi uma estratégia governamental para ampliar suas bases de apoio. Bonduki afirma que:

foi uma medida de enorme alcance e que provocou grandes consequências na produção, distribuição e consumo de moradias populares. Trata-se de medida de grande repercussão social e medida econômica, que suspende o direito absoluto de propriedade e que, para se legitimar no quadro de Estado capitalista, requereu uma justificativa onde se assume a peculiaridade da habitação como uma mercadoria especial, onde o interesse social ultrapassa os mecanismos de mercado (BONDUKI, 1994, p.719).

Tais mudanças reverberaram nos anos seguintes. O congelamento tornou o investimento em casas de alugueis pouco atrativo fazendo com que esse estoque fosse comercializado. Tomando como exemplo o município de São Paulo, Kowarick e Marques concluem que:

A reviravolta na condição de moradia em São Paulo ocorreu no percurso dos anos 1940; na década seguinte os domicílios de aluguel representavam ainda 58% das unidades habitacionais da capital, vinte anos depois a proporção cai para 38%, em 1990 corresponde a 29%, e, no final do século, a apenas a quinta parte das moradias da cidade. Os habitantes em cortiços, por sua vez, em momentos mais atuais, englobavam 18% dos moradores do Município em 1961, 8% em 1968, 9% em 1975, decrescendo para 6% em meados da década de 1990 [...]. (KOWARICK e MARQUES, 2011, p.84).

No segundo Governo Vargas (1951-1954), projetos como a criação da Petrobrás e Eletrobrás propunham o estímulo à indústria de base. Com isso, os centros urbanos passaram a ser eixo atrativo do contingente populacional:

O segundo Governo Vargas propunha avançar na montagem de infraestrutura para o desenvolvimento econômico, possibilitando a integração da indústria pesada de bens de capital e de insumos e aplicando capitais públicos nos empreendimentos estratégicos, tais como petróleo, eletricidade e siderurgia. Vargas tinha como objetivo promover uma integração vertical da industrialização e, para isso, buscou uma aliança com os Estados Unidos, através de empréstimos públicos e colaboração técnica. (CAPUTO, 2009, p.515).

Inicialmente, de acordo com o entendimento e os estudos da CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe –, a condição para superar a assimetria econômica dos países latino-americanos em relação aos demais países desenvolvidos era por

meio da industrialização. Na década de 1950, esses estudos influenciaram a política econômica no Brasil. Conforme afirma Caputo (2009), o projeto desenvolvimentista no Governo Kubitschek (1956-1961) continha a proposta do Plano de Metas, cuja finalidade era estimular a ampliação da indústria em diversos setores:

Este plano [Plano de Metas] foi o programa de desenvolvimento econômico do governo, baseando-se em diagnósticos do Grupo CEPAL-BNDE sobre a demanda futura da economia brasileira e, ainda, em estudos e projetos da CMBEU. O Plano tinha como objetivo maior elevar o padrão de vida dos brasileiros, constituindo-se de projetos de desenvolvimento que se distribuíam em cinco grandes setores: energia, transportes, indústria de base, alimentação e educação. Cada um dos setores estava dividido em metas, que totalizavam 30. Era ainda parte do Plano a construção de Brasília, cujos projetos de transporte estavam especialmente articulados. (CAPUTO, 2009, p.519).

As mudanças ocorridas na estrutura produtiva do país resultaram no desenvolvimento do setor secundário, e, conseqüentemente, a ampliação e diversificação das linhas produtivas. Além disso, esse período foi marcado pela ampliação da participação do capital estrangeiro na indústria, especialmente no setor automobilístico.

A Volkswagen instalou-se no Brasil em 1953, no bairro do Ipiranga, em São Paulo. Em 1956, construiu sua fábrica em São Bernardo do Campo. No ano seguinte, já produzia a Kombi, o primeiro carro da empresa fabricado no Brasil, tendo 50% de suas peças e componentes produzidos no País. O Fusca foi lançado em 1959, obtendo grande sucesso no mercado nacional. Ao final de 1961, esses dois automóveis já apresentavam um índice de nacionalização de 95% (CAPUTO, 2009, p.531).

A concentração espacial dos meios de produção característica do período de industrialização varguista produziu igual concentração populacional. Em outras palavras, demanda e força produtiva necessitava de mais moradias e, logo, de cidade. Nesse sentido, a partir de 1950, o perfil dos centros urbanos atingiu um patamar quantitativo, com o aumento populacional (Tabela 1) e qualitativo, a formação de regiões metropolitanas, nucleadas por um município (SANTOS, 1993). Na região Sudeste concentraram os principais polos industriais e em consequência disso, os maiores núcleos metropolitanos (SANTOS, 1993).

Tabela 1 - Evolução da população urbana e rural brasileira (1950 – 2010)

Ano	População Urbana	População Rural	Taxa geométrica - crescimento população urbana por ano (%)	Taxa geométrica - crescimento população Rural por ano (%)	População urbana (%)	População rural (%)
1950	18.782.891	33.161.506	-	-	36,2	63,8
1960	32.004.817	38.987.526	5,5	1,6	45,1	54,9
1970	52.904.744	41.603.839	5,2	0,7	56,0	44,0
1980	82.013.375	39.137.198	4,5	-0,6	67,7	32,3
1991	110.875.826	36.041.633	2,8	-0,8	75,5	24,5
1996	123.076.831	33.993.332	2,1	-1,1	78,4	21,6
2000	137.953.959	31.845.211	2,9	-1,6	81,3	18,8
2010	160.925.804	29.829.995	1,6	-0,7	84,4	15,6

Fonte: Censo 2010 (IBGE, 2010). Elaboração: IPEA, 2016.

Esse processo proporcionou a materialização da complexidade socioespacial que envolve os processos de produção e reprodução do capital. A indústria atraiu a mão-de-obra do campo e ao mesmo tempo se estendeu sobre o espaço rural para a expansão das cidades. A respeito da Região Metropolitana de São Paulo, Kowarick e Marques apresentaram os percentuais de crescimento populacional, destacando o crescimento da população migrante:

Esse elevado ritmo de crescimento populacional contribuiu para que a região passasse de uma população de 1,6 milhão de habitantes em 1940, para 2,7 milhões em 1950, alcançando 4,8 milhões em 1960; o que correspondia a 22% da população do Estado de São Paulo em 1940, 29% em 1950, e 37% em 1960. [...]. Entre 1940 e 1950, 73% do crescimento absoluto da população da região metropolitana se deveu à migração, apresentando um saldo migratório de 801.304 pessoas; no período de 1950 a 1960, um saldo migratório de 1.236.037 pessoas, a migração respondeu com 60% do crescimento absoluto da população metropolitana. (KOWARICK e MARQUES, 2011, p.54)

O processo de industrialização transformou o perfil econômico e social do Brasil, no entanto, não estruturalmente. O processo de industrialização brasileiro é caracterizado por marginalização e exclusão ou, no mínimo, por uma inserção precarizada no mercado de trabalho formal (quando isso é possível). Assim, não é incomum a convivência de altas taxas de industrialização e iguais elevadas taxas de informalidade. Ou ainda, a persistência de grandes desigualdades de renda. Neste cenário, fatalmente a industrialização não foi a solução para a desconcentração de terras através da elevação geral da renda.

O perfil de urbanização metropolitano é paradoxal, evidenciado pela extrema pobreza convivendo com áreas de intenso dinamismo econômico. Santos (1993) assegura que “o urbanismo é condição moderníssima da nossa evolução social” (VIANA, 1956, p. 55 apud SANTOS, 1993, p. 17). Uma intensa mudança na organização territorial, social e econômica:

Em um dos movimentos socioterritoriais mais rápidos e intensos de que se tem notícia, a população brasileira passou de predominantemente rural para majoritariamente urbana em menos de 40 anos (1940-1980). Este movimento – impulsionado pela migração de um vasto contingente de pobres – ocorreu sob a égide de um modelo de desenvolvimento urbano que basicamente privou as faixas de menor renda da população de condições básicas de urbanidade, ou de inserção efetiva na cidade. Além de excludente, o modelo de urbanização foi também concentrador: 60% da população urbana vive em 224 municípios com mais de 100 mil habitantes, dos quais 94 pertencem a aglomerados urbanos e regiões metropolitanas com mais de um milhão de habitantes. (ROLNIK, 2006, p.199)

A cidade industrial se tornou um eixo de atração, proporcionando a oportunidade de inserção no processo de divisão social do trabalho e a diversificação de interesses econômicos e sociais. Por esse motivo, Lefebvre (2011) afirma que a cidade é resultado do processo de implosão e explosão. O adensamento e a centralização das atividades implodem o espaço urbano, ao mesmo tempo, a extensão do mesmo não se limita a forma socioespacial anterior, o tecido urbano se estende, pois mais pessoas estariam habitando uma mesma área.

O processo migratório campo-cidade, como afirma Azevedo (2011), também tem como motivação as crises agrícolas e pela tecnificação e modernização da agricultura. No que diz respeito à modernização da agricultura e industrialização do campo Balsan citando Martine afirma que:

[...] o custo social das mudanças ocorridas agudiza o questionamento das suas vantagens econômicas. Sem dúvida a produção e a produtividade aumentaram, mas não no ritmo esperado. A agroindústria se expandiu rapidamente [...]. O número de postos de trabalho no campo aparentemente aumentou, mas grande parte deles são de natureza instável e mal remunerados. O campo se industrializou se eletrificou e se urbanizou parcialmente, entretanto o êxodo rural também se multiplicou, levando ao inchamento das cidades. (MARTINE, 1987, p. 10 apud BALSAN, 2006, p. 130).

A migração do campo para a cidade resultou em mão-de-obra excedente, não especializada ou mal qualificada, fadada a compor as margens do sistema produtivo; o exército de reserva de mão-de-obra (LEFEBVRE, 2011). No entender de Azevedo (2011) a exclusão do processo produtivo culminou na marginalização dessa população:

As levas de migrantes rurais, “despejados” nos grandes centros – na expressão contundente dos “Fundamentos e bases de um plano de assistência habitacional”, o documento que encaminha a questão no Governo Jânio Quadros –, encontrariam sorte não diversa da que vinham tendo no campo. A cidade grande, para onde se dirigiam, carecia de infraestrutura, de esgotos sanitários, de água tratada, de lotes bem localizados e de preços acessíveis. Faltava, além disso, a essas populações, de acordo com o argumento oficial, as qualificações necessárias para se integrarem ao ambiente urbano. Consequentemente, segundo essa visão, os migrantes seriam marginais em potencial, portadores que eram de uma cultura que não os habilitava à vida urbana e industrial. Cabia, portanto, ao Estado “recuperá-los para a civilização”, através de programas sociais dentre os quais se destaca o habitacional. (AZEVEDO, 2011, p.25).

Brito (2006) pontua alguns aspectos da urbanização brasileira considerando os fluxos migratórios internos e externos. O autor afirma que a rápida urbanização não se trata de um processo estritamente demográfico, mas uma mudança nas relações sociais, econômicas e políticas:

A imigração internacional era fortemente financiada pelo Estado e, desse modo, impunha limite à expansão dos deslocamentos populacionais internos. [...]. A rápida urbanização do território brasileiro não é um processo estritamente demográfico. Tem dimensões muito mais amplas, é a própria sociedade brasileira que se torna cada vez mais urbana. As cidades, além de concentrarem uma parcela crescente da população do país, convertem-se no *locus* privilegiado das atividades econômicas mais relevantes e transformam-se em difusoras dos novos padrões de relações sociais – incluindo as de produção – e de estilos de vida (BRITO, 2006, p.221 e 223)

Esses fatores resultaram no crescimento desordenado das cidades, sem infraestrutura adequada, ampliando o abismo social entre as diferentes categorias de rendimento salarial (MARICATO, 2000a). Conjugada a um sistema produtivo exploratório, a rápida urbanização agravou a dificuldade de acesso à terra urbanizada, à propriedade imobiliária e às condições de infraestrutura urbana.

Esse gigantesco movimento de construção urbana trouxe também uma extensa demanda residencial, bem como, a satisfação de necessidades de transporte, trabalho, saúde, água, etc (MARICATO, 2000a). Bem ou mal, a maior parcela da população brasileira passou a morar nas áreas urbanas. A população economicamente carente ocupou os morros e as franjas das cidades, já que nessas áreas a terra era mais barata ou não apresentava valor de mercado (MARICATO, 2000a).

A construção do espaço urbano é ato contínuo e dinâmico. Conforme Lefebvre (2001) na cidade há a completude do termo produzir; são produzidos bens, necessidades e prazeres. Ela se torna o grande laboratório das forças sociais, o lugar geral das transformações.

Com isso as cidades grandes obtêm um lugar absolutamente único, prenhe de significações ilimitadas, no desenvolvimento da existência anímica; elas se mostram como uma daquelas grandes formações históricas em que as correntes opostas que circunscrevem a vida se juntam e se desdobram com os mesmos direitos. (SIMMEL, 2005, p. 589)

Embora tenha sido adotada a concepção lefebrevirana sobre a constituição da segregação no espaço urbano, busca-se enriquecer a dimensão da constituição dos laços sociais produzidos e reproduzidos no espaço urbano apresentando as considerações sobre as interações entre os habitantes da cidade, na concepção da Sociologia Urbana da Escola de Chicago. Desse modo, ao falar de Simmel (2005), Park (1967) e Wirth (1967) pretende-se

tornar o arcabouço teórico interdisciplinar contribuindo para melhor compreensão das relações sociais urbanas, a segregação social e espacial.

Simmel (2005) trata das interações sociais buscando compreender os desafios de viver no espaço urbano, principalmente em grandes cidades. Os problemas da vida urbana, como solidão, individualidade, atitude *blasé*, variedade da vida econômica, profissional e social, estão diretamente ligados à “oposição profunda com relação à cidade pequena e à vida no campo, com ritmo mais lento e mais habitual, que corre mais uniformemente de sua imagem sensível-espiritual de vida” (SIMMEL, 2005, p. 578).

Para Simmel (2005) a partir da urbanização e formação das metrópoles novos padrões de círculos de sociabilidade foram formados. Segundo o autor, a reserva e a atitude de indiferença ou insensibilidade (*blasé*) gerariam paradigmas sociais que possibilitam a autopreservação na metrópole.

Enquanto o sujeito se ajusta inteiramente por conta própria a essa forma de existência, a sua autoconservação frente à cidade grande exige-lhe um comportamento não menos negativo de natureza social. A atitude espiritual dos habitantes da cidade grande uns com os outros poderia ser denominada, do ponto de vista formal, como reserva. Se o contato exterior constante com incontáveis seres humanos devesse ser respondido com tantas quantas reações interiores — assim como na cidade pequena, na qual se conhece quase toda pessoa que se encontra e se tem uma reação positiva com todos —, então os habitantes da cidade grande estariam completamente atomizados interiormente e cairiam em um estado anímico completamente inimaginável. Em parte por conta dessa situação psicológica, em parte em virtude do direito à desconfiança que temos perante os elementos da vida na cidade grande, que passam por nós em um contato fugaz, somos coagidos àquela reserva, em virtude da qual mal conhecemos os vizinhos que temos por muitos anos e que nos faz frequentemente parecer, ao habitante da cidade pequena, como frios e sem ânimo (SIMMEL, 2005, p.582 e 583).

O distanciamento, entretanto, não é interpretado de forma catastrófica “isso forma, com os motivos unificadores em sentido estrito, o todo indissociável da configuração da vida na cidade grande: o que aparece aqui imediatamente como dissociação é na verdade apenas uma de suas formas elementares de socialização” (SIMMEL, 2005, p. 583). A partir do afastamento surgem as orientações para as interações sociais.

Wirth (1967) utilizou-se dos estudos de Simmel para afirmar que os habitantes urbanos se relacionam com um número maior de pessoas que os habitantes rurais. Porém, esta exposição não significa a construção de relações e círculos sociais.

A multiplicação de pessoas num estado de interação sob condições que tornam impossível seu contato como personalidades completas produz aquela segmentação de relações humanas que tem sido utilizada às vezes por estudiosos da vida mental das cidades como uma explicação do caráter “esquizóide” da personalidade urbana. Isso não quer dizer que os habitantes urbanos têm menor número de conhecidos do que os habitantes rurais, pois o inverso pode ser realmente verdadeiro; quer dizer, na

verdade, que, em relação ao número de pessoas que eles veem e com quem se encontram sistematicamente no transcurso da vida diária, eles conhecem uma proporção menor e com esses mantêm relações menos intensivas. (WIRTH, 1967, p.99)

Segundo Wirth (1967) as cidades exercem influência direta sobre a vida social dos seus habitantes, pois nela se concentra a moradia e o local de trabalho, como é também o iniciador e controlador da vida econômica, política e cultural, e interligou as diversas áreas, os diversos povos e as diversas atividades num universo. Além dessas transformações sociais, Simmel (2005) relaciona a formação dos círculos sociais com as questões econômicas. As relações sociais e a organização do espaço físico seriam proporcionadas, inclusive, pela similitude econômica:

As grandes cidades sempre foram o lugar da economia monetária, porque a multiplicidade e concentração da troca econômica dão ao meio de troca uma importância que não existiria na escassez da troca no campo. Mas a economia monetária e o domínio do entendimento relacionam-se do modo mais profundo. É-lhes comum a pura objetividade no tratamento de homens e coisas, na qual uma justiça formal frequentemente se junta com uma dureza brutal. (SIMMEL, 2005, p. 578)

É cediço que, a cidade é o espaço de convergência, porém o espaço físico é ocupado diferentemente, influenciando, conseqüentemente, na segregação social. Nos estudos mais recentes sobre a pobreza (MARQUES, 2007) indicam que as redes sociais, os laços sociais, podem agregar referências que facilitem essa superação.

As redes sociais formadas a partir do núcleo de moradia, identificadas nesta pesquisa, serão analisadas quanto à interação dos moradores chefes do domicílio integrantes da mesma realidade social, diferenciados pela participação ou não em movimentos sociais. Com a hipótese de que seriam encontradas redes mais amplas e mais dinâmicas entre os moradores integrantes de movimentos sociais.

1.1 Habitação de interesse social

O modelo de industrialização brasileira, típico de um capitalismo periférico, foi caracterizado pela informalidade, precariedade do mercado formal, desigualdade de renda e desemprego estrutural. Por esses fatores, não é casual que o acesso à moradia seja igualmente desigual, produzindo favelas, loteamentos irregulares, cortiços, etc.

Como discutido anteriormente, ter direito à moradia digna é garantia constitucional, embora o direito não tenha sido universalizado. O artigo 5º, com seus diversos incisos, da

Constituição Federal elenca a definição de cidadão, o artigo 6º apresenta as garantias para obter a cidadania, dentre as quais está a moradia. Ainda que a inclusão deste direito tenha sido tardia na atual Constituição, é incontestável a necessidade da mesma. Pois ela é o “fulcro no qual se apoiam todas as demais atividades da população. Educação, saúde, famílias social e economicamente integradas [...] para a fruição da vida saudável dependem da possibilidade de morar decentemente” (CHERKEZIAN e BOLAFFI, 1998, p.128).

Segundo a interpretação da maior instância do judiciário brasileiro, o direito à moradia constitui um dos elementos capazes de garantir condições de existência digna e deve ser viabilizado através de ações originárias do Estado:

A noção de ‘mínimo existencial’, que resulta, por implicitude, de determinados preceitos constitucionais (CF, art. 1º, III, e art. 3º, III), compreende um complexo de prerrogativas cuja concretização revela-se capaz de garantir condições adequadas de existência digna, em ordem a assegurar, à pessoa, acesso efetivo ao direito geral de liberdade e, também, a prestações positivas originárias do Estado, viabilizadoras da plena fruição de direitos sociais básicos, tais como o direito à educação, o direito à proteção integral da criança e do adolescente, o direito à saúde, o direito à assistência social, o direito à moradia, o direito à alimentação e o direito à segurança. - ARE 639.337-AgR, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 23-8-2011, Segunda Turma, DJE de 15-9-2011. (BRASIL, 2011, p.23)

Além de garantir a possibilidade mínima de existência, essa medida é um instrumento para inclusão territorial:

O direito constitucional à moradia foi aprovado pela Emenda Constitucional nº 26, de 02/2000, e o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001) foi aprovado após mais de dez anos de negociação política no Congresso, estabelecendo uma nova ordem jurídico-urbanística no país baseada no direito à moradia, na função social da cidade e propriedade, no planejamento de gestão do solo urbano como instrumento de estratégias de inclusão territorial. (ROLNIK, 2006, p. 203)

A habitação é um bem com valor de uso: para dar abrigo, fixação e atender a necessidade de subsistência (OLIVEIRA, 2014). Representa a inserção no espaço urbano; é símbolo de status e ascensão social (BONDUKI, 1986), um bem de consumo e um ativo¹:

A habitação é um bem com características muito específicas; por causa delas, o funcionamento de seu mercado é diferenciado dos demais bens, e se justifica o seu estudo específico. Primeiramente, é um bem necessário, a moradia é uma necessidade básica de todo ser humano. Por outro lado, para a maior parte das famílias a moradia é o bem de maior valor entre todos os bens possuídos. Portanto, ao mesmo tempo a habitação é um bem de consumo e um ativo. (NADALIN, 2011, p. 234)

¹ Segundo Bonduki (1986) a habitação, como mercadoria, no sistema capitalista, assume várias funções. Para o autor a habitação é “abrigo, fixação e estabilidade (dá a força do desejo da casa própria), que proporciona meios para a abertura de crediários, fonte de renda adicional através do aluguel.” (BONDUKI, 1986, p.44)

Trata-se de um bem durável e indivisível; a produção residencial tornou-se um eixo de expansão do capital financeiro (MARICATO, 2000b; ROLNIK, 2015). Entretanto, “o mercado não se abriu para a maior parte da população que buscava moradia nas cidades. Ele deu absoluta prioridade às classes médias e altas” (MARICATO, 2000b, p.23). Logo, milhões de brasileiros ainda vivem em condições precárias de moradia. Estima-se que haja mais de seis milhões de domicílios em déficit no Brasil (FJP, 2014).

[...] a habitação é o componente mais importante da cesta de consumo que não é suprida através de formas capitalistas de produção e comercialização, para a grande maioria dos trabalhadores. Isso implica em sacrifícios e predação dessa força de trabalho, seja pela construção da casa nos horários de descanso (sobretabalho), seja pela baixa qualidade da moradia resultante desse processo. Esta baixa qualidade da moradia, não diz respeito apenas ao congestionamento habitacional enfim, mas também aos fatores de localização, à ausência de saneamento, à dificuldade de transporte, à dificuldade de abastecimento, do atendimento de saúde, etc. (MARICATO, 1987, p.21).

No início do Século XX, as primeiras intervenções do Estado na provisão habitacional abrangeram a regulação do mercado de locação e o processo de produção, ainda que insuficiente diante da demanda (BONDUKI, 1994). A expansão das cidades, o aumento da agroexportação e os fluxos migratórios intensificaram o processo de valorização imobiliária. O aluguel de casa era rentável e seguro, com diferentes tipologias para públicos economicamente distintos.

Com a incipiente industrialização no início dos anos 1900 surgiram as vilas operárias. Essa provisão habitacional foi construída em cidades do interior, na maioria dos casos, para atrair e reter a mão-de-obra para a indústria recém-instalada (VILLAÇA, 1986). As vilas operárias eram construídas próximas às zonas industriais, compostas por unidades habitacionais isoladas ou semi-isoladas. Eram construídas por agências governamentais e companhias privadas, podendo ser alugadas, cedidas, oferecidas gratuitamente ou vendidas aos trabalhadores (WERNA, 2001). Havia restrições para a construção das vilas operárias. Elas não deveriam ser construídas em locais nobres ou potencialmente nobres (VILLAÇA, 1986). Diante da demanda, as vilas foram insuficientes e inexpressivas (WERNA, 2001; AZEVEDO, 2011).

A proximidade das vilas operárias com o local das atividades laborais assegurava ao empregador o controle político e ideológico sobre o empregado:

A tendência do Estado e da elite dominante durante a República Velha sempre foi considerar as vilas operárias como uma iniciativa modelar a ser estimulada, pois garantia condições dignas de moradia, superando a insalubridade dos cortiços, sem exigir a intervenção do poder público, e, ainda, proporcionando um controle ideológico, político e moral aos trabalhadores, muito bem visto frente ao sempre presente temor de uma revolta operária (BONDUKI, 1994, p.715).

Convém mencionar que as indústrias eram construídas distantes dos centros da cidade, geralmente em locais sem infraestrutura adequada. Além disso, nem sempre as vilas operárias apresentavam condições de moradia digna (BONDUKI, 1994).

Para superar a acentuada carência habitacional, pequenas moradias populares, denominadas cortiços, eram produzidas ou adaptadas (BONDUKI, 1994). Outros nomes são utilizados para designar o mesmo perfil de construção, como: cabeça-de-porco; casa-de-cômodos; pensões; fundo-de-quintal; moquifo; mocó; e maloca (VERAS, 1999 *apud* KOWARICK e MARQUES, 2011). Morar em um cortiço era vantajoso quanto ao preço e a localização, pois geralmente estavam situados nas regiões centrais das grandes cidades e o preço do aluguel era plausível para quem recebia baixos salários. Porém, a falta de espaço adequado para morar, a rotatividade e o controle dos proprietários eram as desvantagens mais recorrentes (KOWARICK e MARQUES, 2011).

No entender de Villaça (1986), o cortiço gerava comportamento paradoxal da classe média e alta, uma vez que a insalubridade e os focos endêmicos eram os argumentos apresentados para que os mesmos fossem demolidos. Entretanto, era necessário manter a classe de baixa renda abrigada em algum lugar. Foram combatidos com veemência através de legislações que regulamentavam as dimensões dos cômodos, as instalações sanitárias e a até mesmo a localização (VILLAÇA, 1986).

Na década de 1920 iniciou-se a utilização de caixas de aposentadoria e pensão para os trabalhadores de estradas de ferro para a produção de moradia (WERNA, 2001). Ações similares se estenderam para outras classes de trabalhadores. Cabe mencionar que, não obstante a ausência de política habitacional, os Estados de Pernambuco e Rio de Janeiro criaram programas regionais de produção de moradia (BONDUKI, 1994; WERNA, 2001).

Nos anos 1930 a estratégia estatal era impulsionar a formação, expansão e o fortalecimento da sociedade urbano-industrial (BONDUKI, 1994). Os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs) foram criados e gradualmente substituíram as caixas de aposentadoria (WERNA, 2001). Preliminarmente, as unidades construídas por meio dos IAPs eram horizontais, isoladas ou semi-isoladas (WERNA, 2001). Nos anos seguintes passaram a

construir conjuntos verticais, com o objetivo de produção habitacional mais barata e em massa.

Os IAPs formularam três tipos de planos de atuação. Plano A foi destinado para locação ou venda de unidades habitacionais; Plano B foi utilizado para financiamento da aquisição da moradia ou construção em terreno próprio. E o Plano C foi constituído em empréstimos hipotecários (BARON, 2011). Insta salientar que os IAPs constituíam institutos previdenciários, o enfrentamento da questão habitacional era subsidiário e complementar (BONDUKI, 1994) e, logo, não primário. Desse modo, o provimento habitacional estava sempre aquém da real demanda. Além disso, somente aqueles que pertenciam a uma determinada classe trabalhista poderiam acessar o financiamento. É preciso, lembrar, ainda, que nosso processo de industrialização foi desigual, onde parcela considerável da população estava à margem do mercado formal. Em suma, as moradias construídas com os fundos de pensão estavam longe de ser uma política habitacional e de solucionar de uma vez por todas o problema.

Apesar da rentabilidade e desenvolvimento do mercado de locação de imóveis, o Estado não interveio prontamente nessas relações de consumo. Para Bonduki (1994), a responsabilidade estatal sobre a questão habitacional era inexpressiva e a sociedade não lhe exigia uma política específica:

Se por um lado, o Estado não intervém na produção de moradias e no controle dos alugueis, as organizações populares também não parecem reconhecer no Estado o interlocutor capaz de dar andamento a suas reivindicações em torno da questão. Embora a forte influência do anarquismo no movimento operário explique, em parte, esta postura de não reconhecimento da responsabilidade estatal da moradia, a própria caracterização do Estado no período liberal, sem interferir no âmbito da reprodução da força de trabalho contribuía no sentido de levar os movimentos populares a negarem o poder público como uma instância à qual deveriam ser dirigidas reivindicações (BONDUKI, 1994, p. 714).

A partir da Lei do Inquilinato, nos anos 1940, os valores dos alugueis foram congelados, regulando a relação entre locador e locatário. De acordo com Bonduki (1994), não se sabe ao certo se a medida foi econômica ou habitacional, no entanto, o Estado, em regime de exceção, precisava garantir o apoio popular. Leis que regularam a relação de trabalho e o capital estiveram entre as principais medidas do Governo Vargas para angariar o apoio da massa trabalhadora (REZENDE, 2012).

O primeiro órgão criado para tratar da questão habitacional, a nível nacional, foi a Fundação da Casa Popular - FCP (AZEVEDO, 2011). O atendimento da Fundação não se restringiria a uma categoria específica de trabalho. A princípio, ela foi instituída para o

enfrentamento de problemas habitacionais, em seguida sua atuação foi ampliada para atender outras demandas urbanas (AZEVEDO, 2011).

Em regra, as unidades eram populares, construídas pela Fundação na modalidade direta ou por empreitada (AZEVEDO, 2011). Os municípios deveriam doar o terreno e realizar as obras de infraestrutura. Em quinze anos foram construídas aproximadamente 17 mil unidades, com o merecido destaque para Minas Gerais, o estado que mais recebeu unidades através da FCP, com 4.248 casas e 46 conjuntos habitacionais construídos (WERNA, 2001; AZEVEDO 2011). As unidades construídas pela FCP representaram um número bem menor que as unidades produzidas pelos IAPs, já que foram construídas 124 mil unidades pelos IAPs, dentre os anos 1946 a 1950, período de intensa atividade das carteiras prediais (BONDUKI, 1994).

Os recursos da Fundação eram limitados, dependiam, basicamente, do orçamento da União; não havia contribuição compulsória (BONDUKI, 1994). Atribui-se a ineficácia desse instrumento às limitações de seu modelo, à dependência aos recursos orçamentários, a rápida depreciação das aplicações realizadas e a estrutura institucional burocrática (AZEVEDO, 2011). Apesar desses entraves, as unidades construídas pela Fundação possuem notável avanço no enfrentamento da questão habitacional, pois o Estado, pela primeira vez, assumiu a responsabilidade de mediação e provimento de moradias.

Cabe ainda a menção do Plano de Assistência Habitacional e do Instituto Brasileiro de Habitação. O Plano e o Instituto foram metas de produção habitacional no início dos anos 1960, porém não lograram êxito (WERNA, 2001; AZEVEDO, 2011). O objetivo era a construção de 100 mil unidades habitacionais em 18 meses.

A década de 1960 tornou-se referência na política habitacional no Brasil. Com o Golpe Militar em 1964, a Fundação Casa Popular foi extinta. A Fundação passou a ser considerada pelo Regime como uma instituição irrecuperável (AZEVEDO, 1988). No mesmo ano foi criado o Sistema Financeiro de Habitação - SFH.

O objetivo da criação do SFH era a formulação de uma política nacional de habitação. Com estímulo à construção de habitações de interesse social e o financiamento da aquisição da casa própria, especialmente pelas classes da população de menor renda.

Para operacionalizar o SFH foi criado o Banco Nacional da Habitação – BNH. A finalidade do BNH, de acordo com Lei nº 4.380/1964, que o instituiu, era orientar, disciplinar e controlar o Sistema, gerenciando os recursos e autorizando as operações de crédito. Preliminarmente, o BNH teve como aporte um montante de um bilhão de cruzeiros antigos. Em seguida foram destinados ao BNH os recursos da poupança compulsória, denominada

Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS - e da poupança voluntária, Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo - SBPE (BOTEGA, 2007; AZEVEDO, 1988). Maricato (1987) afirma que:

Nesse sentido, o SFH foi uma forma eficaz de ampliar a provisão de habitações no Brasil, seja através da criação e do fortalecimento de empresas capitalistas ligadas ao financiamento, à produção e à venda de moradias, seja quando disciplinou a drenagem de recursos de poupança voluntária (principalmente cadernetas de poupança) pelo Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e de recursos compulsórios, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), uma espécie de fundo-desemprego constituído de 8% das folhas salariais dos trabalhadores regidos pela CLT. (MARICATO, 1987, p. 30)

O processo de industrialização possibilitou a inserção de grandes contingentes populacionais no mercado de trabalho, possibilitando a formação de poupanças individuais e aumento de arrecadação de impostos. Ou seja, incrementou-se a capacidade de investimentos.

O BNH seccionou as opções de atendimento em tipos, denominados mercados. Foram os seguintes mercados: popular, econômico, médio e superior. O mercado popular era destinado, inicialmente, para famílias com até três salários mínimos e depois até cinco salários mínimos. Esse primeiro segmento foi atendido pelas COHABs, as Companhias de Habitação, a nível municipal ou estadual.

O mercado econômico foi atendido por cooperativas habitacionais e destinado a famílias com renda de três a seis salários mínimos, faixa ampliada posteriormente. O mercado médio atendeu famílias com renda mensal acima de seis salários mínimos, segmento de renda também ampliado posteriormente, e nele atuou principalmente agentes privados (Sociedades de Crédito Imobiliário, Associações de Poupança e Empréstimo) que formam o SBPE. O mercado médio e mercado superior atenderam ao setor da construção de luxo, financiados pelo SBPE (BONDUKI, 1986).

As cooperativas, nas quais a lei que institui o BNH faz menção, acrescentando a prioridade ao atendimento, atendiam ao mercado econômico. Foi criada uma empresa privada, sem fins lucrativos, que assessorava, coordenava e instruía as cooperativas, funcionavam como suporte técnico. Eram os Institutos de Orientação às Cooperativas Habitacionais, INOCOOP (WERNA, 2001). O Instituto assessorava desde a constituição das cooperativas até a entrega das unidades habitacionais.

As cooperativas, assessoradas pelo INOCOOP, deveriam ter no mínimo 20 pessoas, e possuir um corpo diretivo com três diretores e seis conselheiros (WERNA, 2001). As mesmas atendiam à classe média. Era exigida uma poupança prévia, no entanto, permitia-se que ela

fosse acumulada durante a construção das unidades habitacionais, através de prestações mensais (AZEVEDO, 2011).

A COHAB e o INOCOOP foram instituídos para mediar o atendimento dos segmentos de baixo e médio poder aquisitivo, respectivamente. Não havia órgãos semelhantes para mediar atendimento nos segmentos de mercado médio e superior. Mesmo após a extinção do BNH, em alguns Estados da Federação, a COHAB e o INOCOOP continuaram atuando, porém com novas definições de atendimento. A COHAB mantém o caráter de empresa mista controlada pelo Estado ou Município. Quanto ao INOCOOP, na vigência do BNH, a atuação ocorria junto ao SFH, com o fim do BNH adotou-se o processo de autofinanciamento (WERNA, 2001).

As cooperativas e associações habitacionais, na vigência do BNH, não se propunham a atender às demandas sociais, não se tratava de moradias de interesse social. Compreendia entidades sem fins lucrativos que se formaram a partir de categorias profissionais e intermediárias entre os mutuários e o BNH (BONDUKI, 1986).

Os objetivos e a finalidade do SFH e do BNH mencionavam a habitação para a população de menor renda, a habitação de interesse social, como principal público a ser atendido. Mas a oferta desse produto não supriu a demanda. O BNH foi criticado pela falta de acuidade no atendimento às faixas prioritárias (BONDUKI, 1986). Para Villaça (1986), a habitação de interesse social não teria sido o verdadeiro objetivo do BNH:

A maioria dos críticos da política habitacional brasileira após 64 concorda que o verdadeiro objetivo do BHN nunca foi oferecer casa própria, especialmente à população de menor renda, mas sim o de usar a casa própria (se possível até mesmo para a população de menor renda) para promover a acumulação. Na conjuntura específica de 1964, objetivou-se também atacar os graves problemas econômicos e políticos com que se defrontava a classe dominante na época. Esses problemas estavam, na visão dessa classe, comprometendo sua dominação e o processo de acumulação no Brasil. Essa dominação precisava ser mantida, porém isso não podia ficar evidente. O populismo se exaurira e as massas populares pressionavam cada vez mais no sentido do atendimento das suas necessidades fundamentais, uma das quais era a habitação (VILLAÇA, 1986, p.29)

No mesmo entendimento Maricato (1987) afirma que a experiência do BNH não foi satisfatória e impeliu a ocupação irregular do espaço urbano como alternativa de provisão habitacional:

De fato, as experiências pontuais de habitações subsidiadas entre 1965 e 1968 e, mais recentemente, a partir de 1976, redundaram em constantes fracassos além de representarem muito pouco quantitativamente diante das necessidades sociais. [...] A ilegalidade das ocupações de terra de terra, a irregularidade de loteamentos e construções chegaram a índices tão altos nas cidades brasileiras (à exceção de Brasília) que superaram na maior parte dos casos, em muito, as ocupações regulares. Se o Estado faz “vistas grossas” a esse universo de clandestinidade, é porque é a forma que encontra de oferecer uma válvula de escape para as necessidades objetivas e concretas que a massa de trabalhadores urbanos, e a massa pobre e desempregadas, recém-chegada do campo, tem de habitação. (MARICATO, 1987, p.29, 31)

O BNH foi extinto em 1986, totalizando 22 anos de vigência deixando como legado o aprofundamento da crise fundiária. E como consequência, o crescimento da ocupação irregular do espaço urbano, como alternativa mais barata e viável. Os principais fatos da provisão habitacional no Brasil, até a extinção do BNH, estão sintetizados abaixo (Figura 1).

Figura 1. Principais fatos na política habitacional no Brasil (1906-1986)



Fonte: BONDUKI, 1986; WERNA, 2001. Elaboração própria (2017)

A partir da década de 1980, com a progressiva redemocratização e as mudanças constitucionais, a presença dos movimentos sociais de moradia no cenário das lutas no Brasil tornou-se um dos fatores fundamentais no enfrentamento da questão urbana (CARVALHO, 2010). A conjuntura sócio-política fez emergir a necessidade da ampliação da participação popular:

Entre nós, a ampliação da participação emergiu como demanda da sociedade civil, no decorrer da luta pela redemocratização do regime. A partir do final da década de 1970, o agravamento dos problemas sociais e a crise do setor público abriram espaço para o questionamento do padrão centralizador, autoritário e excludente que marcara a relação entre as agências estatais e os beneficiários das políticas públicas, assim como para o reconhecimento da incapacidade do Estado de responder às demandas sociais. O tema da participação incorporava as expectativas em relação à democracia a ser construída: uma democracia para todos, a partir da ativação da mobilização e do poder das classes populares (KOWARICK e MARQUES, 2011, p.233).

Em 1989 foi criada a União Nacional por Moradia Popular – UNMP, em 1990 surgiram o Movimento Nacional de Luta por Moradia – MNLM e a Central dos Movimentos Populares - CMP, bem como o fortalecimento da Confederação Nacional de Associações de Moradores – CONAM (CARVALHO, 2010). Esses movimentos iniciaram suas ações centradas na luta por moradia digna e acessível a todos, principalmente aos que não tem meios de obtê-la.

Estes novos movimentos sociais emergiram na cena pública questionando o autoritarismo e o centralismo da ditadura militar e colocando em pauta a exigência de direitos – civis, sociais e políticos – e o direito de participar da definição das políticas que viessem a garantir esses direitos. Um vigoroso movimento de participação popular na Assembleia Constituinte propiciou o surgimento de uma nova sociedade civil democrática, articulando movimentos populares e associações profissionais que contribuíram para a sistematização das reivindicações populares. Reivindicações convertem-se assim em propostas de políticas públicas que visaram garantir, através do novo ordenamento constitucional, a universalização de direitos que jamais houvera na sociedade brasileira. (ALBUQUERQUE, 2006, p. 11).

A habitação estava circunscrita àqueles inseridos no mercado formal de trabalho. Convém lembrar que, dado o estado de industrialização e urbanização brasileiro, havia uma grande massa de não-atendidos pela moradia, pois estavam inseridos no trabalho informal ou recebiam remuneração que impossibilitavam o acesso à moradia.

A urbanização segregatória, ao concentrar territorialmente os marginalizados, estava criando os meios necessários para mobilizá-los socialmente. Não foi casual, portanto, que diversos movimentos de luta pela moradia tenham surgido, principalmente nos grandes centros urbanos. O engajamento, bem provável, teve implicações nos círculos sociais, descritos por Simmel (2005). Conforme será abordado no capítulo seguinte, as demandas socioeconômicas semelhantes agregam indivíduos no enfrentamento de situações em comum, possibilitando a formação de redes sociais identificadas pela homofilia.

Agregados a esses movimentos ou inspirados neles surgiram associações, cooperativas e outras organizações em prol da moradia popular. Como afirma Harvey (2014, p.28), “a questão do tipo de cidade que queremos não pode ser separada da questão de pessoas que queremos ser. Não se trata de mudança do espaço, mas uma mudança cultural no tratamento das cidades e nas relações sociais que se estabelecem nela”.

As mudanças na organização politico-administrativa culminaram com a Constituição Federal de 1988. Essa se tornou conhecida como a Constituição Cidadã. Uma vez que, desde a Constituinte, buscou a participação popular na indicação de temas que deveriam ser inseridos no texto constitucional.

A perspectiva que a Constituição oferecia era a mudança de paradigmas político, social e econômico. A dignidade da pessoa humana e a supremacia da vontade coletiva seriam os princípios basilares para quaisquer ações. A população, desacostumada a ser ouvida e ter participação nas ações governamentais, passou a ser requisito para decisões públicas. O principal aspecto da participação popular era a inserção de demandas sociais no debate político com a proposição de soluções cabíveis à realidade. Pensando desse modo, a moradia como direito social deveria ter tratamento segundo a necessidade e a demanda populacional.

A expectativa era que as mudanças sociais viriam com a população participante ativa nas instituições sociais nas tomadas de decisões:

Sem a reativação das bases populares e sem a ideologia antiburocrática [...] pode levar os povos latino-americanos a reviver na “selva das cidades” a barbárie tão temida pelos socialistas do Século XIX. Se não houver a reativação da sociedade por meio de vigorosos movimentos sociais forçando a participação política e a definição de novas formas de controle das empresas, das cidades do estado e das instituições sociais básicas, há um risco da criação de um horroroso mundo novo que substituirá a cidade – o antigo foro da liberdade – por Alphavilles plenamente aparelhados, através da tecnologia das comunicações de massas e da apatia, para reproduzir um estilo de “sociedade congelada” (CARDOSO, 1975, p.153 apud RIBEIRO, 2012, p. 24)

Os temores descritos tornaram-se reais. Apesar da referência à obra ficcional de Godard, os enclaves fortificados de mesmo nome denotam a desigualdade social, cabendo-lhe a distopia. A provisão da moradia tornou-se motivo de crise urbanística e as ações do Estado como o pior inimigo da vida cidadina (MARICATO, 2001). O aspecto mais assolador é que a participação popular e os interesses da população, bem como políticas que ensejam o bem estar coletivos, cada vez mais tem se tornado utopias diante da realidade.

Espaços segregados têm sido um dos fenômenos urbanos, cada vez mais frequente, que interferem na possibilidade de acesso a infraestrutura e serviços básicos. Influindo também no acesso ao mercado de trabalho e políticas públicas.

Como o espaço físico é definido pela exterioridade mútua das partes, o espaço social é definido pela exclusão mútua (ou a distinção) das posições que o constituem, isto é, como estrutura de justaposição de posições sociais. A estrutura do espaço social se manifesta, assim, nos contextos mais diversos, sob a forma de oposições espaciais, o espaço habitado (ou apropriado) funcionando como uma espécie de simbolização espontânea do espaço social (BOURDIEU, 2012, p. 160).

Segundo Villaça (2003), a concentração desproporcional da renda possibilita que parte da população usufrua de padrão de vida inacessível para a maioria. Os desníveis de renda são injustos. De acordo com o autor, não é a pobreza que gera conflitos sociais, mas a consciência

dela. Pois, a exclusão não é resultado momentâneo e remediável, pois adquiriu características de algo definitivo:

Essa situação de exclusão é muito mais do que a expressão das desigualdades sociais e de renda: ela é agente de reprodução dessa desigualdade. Em uma cidade dividida entre a porção legal, rica e com infraestrutura, e a ilegal, pobre e precária, a população que está em situação desfavorável acaba tendo muito pouco acesso a oportunidades de trabalho, cultura e lazer. (ROLNIK, 2006, p.200).

1.2 Legislação e política habitacional do Brasil

A cidade é o espaço de confluências, para onde convergem pessoas de diferentes situações socioeconômicas. Espaço de convivência e formação de direitos. Segundo Cacciari (2010), a cidade é produzida pela reunião de várias pessoas tão diferentes entre si, que só convivem em virtude do mesmo ordenamento.

Para Maricato (2014), a partir de 2001 iniciaram-se no território brasileiro novas dinâmicas de organização do espaço urbano. Construiu-se no Brasil uma plataforma de reforma urbana incluindo a participação popular, a criação de instituições e legislações ligadas à cidade, unificando o trato legislativo quanto à questão urbana.

Após a inclusão da política urbana no texto constitucional em 1988, foram elaborados o Estatuto da Cidade; criado o Ministério das Cidades; o Conselho das Cidades; e as Conferências Nacionais da Cidade. Apesar da retomada de investimentos específicos em habitação, os resultados não foram conforme o previsto (BONDUKI, 2009; AMORE, 2015). Em São Paulo, por exemplo, o preço dos imóveis aumentou 153%, entre 2009 e 2012 (MARICATO, 2014). A gestão da terra urbana ainda tem sido objeto da pressão do capital imobiliário.

Neste ínterim, delimitado entre a aprovação do Estatuto da Cidade em 2001 à exorbitante valorização imobiliária em 2012, um conjunto de planos, órgãos e conselhos voltados à política urbana foram criados. Considera-se, inclusive, nesse intervalo a interferência da crise econômica mundial.

As mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais convergiram e culminaram com a compreensão de que a reforma da política urbana era necessária para a construção de uma sociedade justa e acessível. As ações do Estado precisam ser orientadas por dois princípios indissociáveis: a supremacia do interesse público sobre o privado e a indisponibilidade do interesse público (MELLO, 2005).

O Estatuto da Cidade foi aprovado em 2001 e teve à frente a árdua tarefa de possibilitar uma nova política urbana. O cenário político-institucional da aprovação do Estatuto era o auge de uma crise energética e crise econômica nacional, período nominado como “Apagão”. Por este modo, a preocupação em garantir viabilidade de condições urbanísticas para esta e para as futuras gerações foi termo inserido no texto normativo. Ribeiro (2012) afirma que o Estatuto da Cidade foi aprovado em momento histórico, em que são afirmadas e ampliadas as características concentradoras de urbanização, vez que o debate da temática urbana tornou-se questão relevante, tendo em vista o crescimento das cidades e suas demandas. Aplicar o Estatuto à realidade das cidades brasileiras constituiu-se um desafio:

Aplicar o Estatuto da Cidade em tal contexto, culturalmente excludente, tradicionalmente conservador, não é tarefa simples especialmente porque nessas sociedades chamadas de emergentes, não desenvolvidas, em desenvolvimento ou periféricas, o poder político e social vem associado à propriedade patrimonial. O acesso a terra, seja ela urbana ou rural, sempre foi um dos temas mais importantes da história da humanidade. O acesso a terra nas sociedades pobres que se urbanizam é mais crucial. E essa é a questão-chave tratada no Estatuto da Cidade. (CARVALHO, 2010, p.6)

O cerne do Estatuto apresentou um novo paradigma para lidar com o direito da propriedade e um modelo de gestão urbana democrática e sustentável (RIBEIRO, 2012). O Estatuto produziu impactos institucionais e políticos, recebendo menções até mesmo em outros países (CARVALHO, 2010). O Estatuto elencou a moradia, o saneamento, o transporte e a infraestrutura urbana como garantias intergeracionais do direito das cidades sustentáveis.

Ademais, instituiu as diretrizes para a política urbana e incluiu a participação popular e o planejamento urbano como soluções que corrigiriam e evitariam as distorções no espaço físico provocadas pelo crescimento urbano:

A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:[...]II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;[...]IV – planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente (BRASIL, 2001, artigo 2º)

O Estatuto trouxe inovações no tratamento das cidades regimentando às zonas especiais de interesse social e o direito de usucapião de bem imóvel com finalidade habitacional para a população hipossuficiente. Reafirmou o pacto constitucional da função social da propriedade,

como instrumento de coibição da especulação imobiliária; da gestão democrática da cidade; e do financiamento da política urbana.

Em torno do Estatuto, geraram-se expectativas de que as demandas do espaço urbano seriam solucionadas tão somente após a promulgação. No entanto, para alguns autores, o Estatuto caiu em descrédito tendo em vista que suas diretrizes não foram aplicadas (CARVALHO, 2010; FERNANDES, 2013).

Em 2003 foi criado o Ministério das Cidades, tendo como área de competência a política de desenvolvimento urbano. No ano seguinte, foi criado o Conselho das Cidades – ConCidades. Trata-se de um conselho consultivo e deliberativo para propor diretrizes para a formulação e implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - PNDU (BRASIL, 2004a) extinto no primeiro semestre de 2017.

O Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS – e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS – foram criados em 2005, com o objetivo de viabilizar, para a população de menor renda, o acesso à terra urbanizada e à habitação digna e sustentável (BRASIL, 2005). A partir deste Sistema, os Estados e Municípios deveriam elaborar seus planos de habitação e estabelecer seus conselhos. A proposta destas diretrizes seria de estimular uma melhoria da capacidade institucional dos Municípios para operarem os planos de habitação.

Gradualmente, buscava-se uma política habitacional planejada com a definição de prioridades e formação de diretrizes:

A mera listagem dessas leis e outras normas federais em vigor deixa claro que uma nova ordem jurídico-urbanística, articulada e compreensiva, sofisticada mesmo, se constituiu no Brasil nas últimas três décadas, inclusive com o reconhecimento constitucional do Direito Urbanístico como ramo autônomo de Direito Público que tem como princípios paradigmáticos próprios as “funções socioambientais da propriedade e da cidade” e a “gestão democrática das cidades”. (FERNANDES, 2013, p.220)

De acordo com o diagnóstico inicial apresentado pelo Ministério das Cidades (BRASIL, 2004b), o déficit habitacional correspondia a 7,2 milhões de novas moradias, das quais 5,5 milhões nas áreas urbanas e 1,7 milhões nas áreas rurais. A maior concentração dessa deficiência de moradia localizava-se nos estados do Sudeste e do Nordeste com percentuais de 39,5% e 32,4%, respectivamente.

O levantamento apresentado pelo Ministério das Cidades constatou ainda que, em 2000, 88,2% do déficit habitacional urbano do país correspondia a famílias com renda de até cinco

salários mínimos (BRASIL, 2004b). O contexto socioeconômico do país estava mudando, porém a inacessibilidade habitacional ainda atingia a parcela economicamente mais pobre.

Diante do diagnóstico apresentado urgiu a elaboração de meios para operacionalizar o alcance dos objetivos. Sendo assim, em 2004 foi criado o Programa Crédito Solidário - PCS. O Programa tinha a finalidade de atender a demanda habitacional através de cooperativas e associações, construindo unidades habitacionais para seus associados, com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social – FDS (LAGO, 2012). Entre 2005 e 2011, 20.170 unidades habitacionais foram financiadas com o Crédito Solidário (Tabela 2).

Tabela 2 - Unidades contratadas através do Programa Crédito Solidário (PCS)

Ano	PCS – Unidades Habitacionais
2005	1.117
2006	4.376
2007	5.208
2008	7.839
<u>2009</u>	<u>1.540</u>
<u>2010</u>	<u>40</u>
2011	50
Total	20.170

Fonte: LAGO, 2012 (Adaptado) (destaque nosso).

Não é coincidência que, na Tabela 2 há uma drástica diminuição da contratação das unidades habitacionais entre os anos 2009 e 2010 da modalidade PCS. No segundo semestre de 2009, com a criação do MCMV, as contratações das unidades e os recursos convergiram para o novo programa com metas audaciosas.

Em 2008, com a eclosão de uma crise econômica, houve a retração da produção industrial, instabilidade nas instituições bancárias das principais economias mundiais e desaceleração de crescimento de blocos econômicos (AMORE, 2015).

Após o período de utilização do FDS o governo promulgou em 2007 uma política intersetorial (econômica e habitacional), denominado Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. O programa não tem cunho habitacional, mas possuiu relevância na política urbana. O PAC estimulou o investimento privado e ampliou os investimentos públicos em infraestrutura, por meio da desoneração fiscal de produtos na indústria da construção (BRASIL, 2007). O modelo viabilizava a realização de intervenções abrangentes em assentamentos precários, principalmente em Regiões Metropolitanas.

A Política Nacional de Habitação – PNH tem por objetivo universalizar o acesso à moradia digna para todo cidadão brasileiro, ampliando e diversificando a produção

habitacional. A PNH instituiu um arcabouço conceitual e estrutural das ações no campo da habitação. Dentre os instrumentos criados para a aplicação da PNH destacam-se: o Sistema Nacional de Habitação, o Plano de Capacitação e Desenvolvimento Institucional, o Sistema de Informação, Avaliação e Monitoramento da Habitação e o Plano Nacional de Habitação.

O Plano Nacional de Habitação – PlanHab, elaborado em 2009, é um dos mais importantes instrumentos desta agenda política, versando sobre habitação, planejamento urbano e política social. Ele apresenta o Pacto Nacional pela Moradia Digna, atuando como balizador das ações federais para o enfrentamento das questões habitacionais. Segundo o plano, as novas moradias seriam resultantes de ações orquestradas do Poder Público Federal, Estadual e Municipal, do setor privado e dos agentes e movimentos sociais.

O PlanHab propõe gerenciar os recursos perenes para habitação; priorizar o atendimento à população de baixa renda, segmentando a demanda que necessita de subsídios e focalizando os segmentos nos quais se concentra o déficit; propor medidas de política urbana e fundiária; e orientar a elaboração de metas habitacionais no âmbito estadual e municipal.

O prazo de vigência do plano não está associado à administração governamental, deste modo foi estabelecido o horizonte temporal² até 2023. Apesar do longo prazo de vigência, o plano busca a articulação de estratégias e propostas coerentes com as reais necessidades. Tendo em vista a dimensão do território nacional e suas discrepâncias sociais e econômicas, o PlanHab elaborou e adotou tipologias de caracterização dos municípios brasileiros, assim como, uma definição mais adequada dos produtos oferecidos.

Com a devida acuidade, a elaboração do plano foi pautada pelo princípio da gestão democrática, prevista no Estatuto da Cidade. E para isso incorporou a participação popular por meio de debates, fóruns e discussões organizadas pelo Ministério das Cidades e o Conselho das Cidades (ConCidades).

A complexidade e a gravidade dos problemas habitacionais impõem a necessidade de incorporar uma pluralidade de avaliações, pontos de vista, perspectivas analíticas e capacidades propositivas. Para o processo de elaboração do PlanHab foi muito importante consolidar propostas pactuadas com os segmentos sociais, pois, assim, foram criados espaços de compartilhamento de decisões em torno de assuntos de interesses públicos e coletivos, ganhando-se, inclusive, maior apoio para a defesa das propostas oriundas deste processo. A participação e o controle social tiveram, ainda, um caráter emancipatório ao capacitar atores sociais importantes e promover a apropriação de novos saberes – políticos, técnicos e populares – na elaboração das políticas públicas, superando uma perspectiva exclusivamente técnica. Esse processo objetivo contribuiu para a consolidação de uma nova cultura de políticas públicas no país, fundada na democracia e nos direitos sociais. (BRASIL, 2010, p. 21)

² Expressão contida no PlanHab

A contextualização das questões habitacionais e as metas e estratégias do enfrentamento do déficit habitacional estão detalhadas no PlanHab. Inclusive, nesta perspectiva foram construídos diversos cenários e projeções para a elaboração de programas que suprissem as necessidades da população.

O programa habitacional Minha Casa Minha Vida – MCMV – faz parte do PlanHab. O programa, criado em 2009, tem a finalidade de produção e aquisição de unidades habitacionais (BRASIL, 2009). Não deve ser visto nem com exagerado entusiasmo nem como um desastre.

A estabilidade da economia e o aumento da renda permitiram o crescimento do consumo de parcelas da sociedade brasileira inalcançáveis anteriormente. A tomada de medidas do Governo Federal, através do Ministério da Fazenda e da Casa Civil, orquestrava ações em diversos setores que estimulariam ainda mais o consumo (AMORE, 2015). Dentre essas medidas, o Minha Casa Minha Vida foi apresentado como uma proposta econômica diante da iminência de uma crise nacional. A Figura 2 sintetiza os principais fatos jurídico-institucionais, no que concerne à gestão das cidades no Brasil.

Figura 2. Linha do tempo sobre a Política Urbana no Brasil (1988 – 2009).



Fonte: Elaboração própria (2017).

Abordar a construção da política habitacional no Brasil faz-se necessário em virtude da distribuição assimétrica do espaço físico e social ser também objeto dessa análise. A luta pela moradia assume contornos coletivos atrelados a uma realidade de ausências. Como ensina Bourdieu “não se pode romper com as falsas evidências e com os erros inscritos no pensamento substancialista dos lugares a não ser com a condição de proceder uma análise rigorosa entre as estruturas do espaço social e as estruturas do espaço físico” (BOURDEIU, 2012, p. 159)

O MCMV foi criado através da Lei nº 11.977/2009 na tentativa de minimizar a crise econômica, estimulando a indústria de base, a contratação de mão-de-obra e a circulação de crédito. A provisão habitacional também é seu objetivo, embora, desarticulando algumas estratégias do PlanHab (BONDUKI, 2009). Uma proposta econômica que tangia as demandas habitacionais.

Para o atendimento e acesso ao programa, à semelhança de modelos e políticas habitacionais anteriores, foram criados grupos de atendimentos. Estabeleceu-se como principais critérios para a participação, oferta do subsídio e financiamento: o valor da renda, o valor do imóvel e o fundo de financiamento. O arranjo destes critérios categorizou o MCMV em três grupos de atendimento, nos quais são denominados de faixas: faixa 1; faixa 2; e faixa 3.

Inicialmente, o programa habitacional vinculou os valores de renda, não indexando ao salário mínimo. Em 2009 os valores apresentados correspondiam exatamente às faixas salariais. Por isso, convencionou-se classificar do seguinte modo: faixa 1, para quem possui rendimento familiar mensal até três salários mínimos; faixa 2, rendimento familiar mensal de três a seis salários mínimos; faixa 3, rendimento familiar mensal de seis a dez salários mínimos. (Tabela 3).

Tabela 3 – Valores do MCMV – Fase 1

Modalidade	Valor Limite	2009	2010	2011
Faixa 1	Até R\$ 1.395,00	3 S.M. ³	2,7 S.M.	2,5 S.M.
Faixa 2	R\$ 1.395,01 a R\$ 2.790,00	3 a 6 S.M.	2,7 a 5,5 S.M.	2,5 a 5,1 S.M.
Faixa 3	R\$ 2.790,01 a R\$ 4.650,00	6 a 10 S.M.	5,5 a 9,1 S.M.	5,1 a 8,5 S.M.

Fonte: Caixa Econômica Federal, 2016

Com o passar dos anos, com a correção do valor do salário mínimo, o valor limite de cada segmento não correspondeu fidedignamente às faixas salariais como convencionado. O programa foi subdividido em fases, com base nas alterações da configuração dos limites de valores e prazos para financiamento, do oferecimento de subsídios e dos valores de renda (Tabela 4).

³ S.M. – Salário Mínimo

Tabela 4 – Fases do MCMV

Fase	Começo	Fim
Fase 01 – PMCMV 1	Abril de 2009	Junho de 2011
Fase 02 – PMCMV 2	Junho de 2011	Dezembro de 2014
Fase 03 – PMCMV 3	Janeiro de 2015	-

Fonte: AMORE, 2015 (Adaptado)

Em 2016, foi criado um segmento intermediário nominado faixa 1,5 para o atendimento de famílias com rendimento até R\$ 2.350,00 (Tabela 5). A meta estabelecida para essa categoria foi de 40 mil unidades habitacionais, que deveriam ser entregues ao final do mesmo ano da criação.

Tabela 5 – Valores do MCMV em 2016

Modalidade	Valor limite	Salário Mínimo Vigente
Faixa 1	Até R\$ 1.800,00	2 salários
Faixa 1,5	R\$ 1.800,01 a R\$ 2.350,00	2 a 2,7 salários
Faixa 2	R\$ 2.350,01 a R\$ 3.600,00	2,7 a 4,0 salários
Faixa 3	R\$ 3.600,01 a R\$ 6.500,00	4,0 a 7,3 salários

Fonte: Caixa Econômica Federal, 2016.

Desde os primeiros anos de vigência do Programa foi possível identificar o crescimento da quantidade de financiamentos habitacionais e dos valores contratados (Tabela 6). Em 2010, 76,04% das contratações correspondiam ao atendimento de mercado, faixa 2 e 3 (BLOEMER, 2013). Esses segmentos do MCMV se constituem em financiamentos, lastreados em recursos do FGTS.

Tabela 6 – Evolução da contratação habitacional

Ano	Quantidade de Financiamentos Habitacionais	Contratação de Financiamentos (R\$ bilhões)
2003	251.453	5,0
2004	326.462	5,8
2005	425.167	8,9
2006	503.243	13,2
2007	442.700	15,2
2008	514.771	23,3
2009	896.908	47,05
2010	1.003.214	52,98

Fonte: Caixa Econômica Federal, 2016; Elaboração: Bloemer, 2013 (Adaptado)

O enquadramento no MCMV faixas 1,5, 2 ou 3 ocorre tão somente em relação aos contratos firmados com as pessoas físicas. A contratação de financiamento (Faixa 1,5; 2 ou 3) para a produção das unidades habitacionais reflete opção da construtora/ incorporadora em preferir o produto bancário oferecido pela instituição financiadora.

De acordo com a Lei nº 11.977/2009, a Caixa Econômica Federal é instituição financeira autorizada para a gestão operacional dos recursos destinados à concessão da subvenção do Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU (BRASIL, 2009). A CAIXA não é gestora do MCMV, mas uma das instituições financeiras que operam o referido programa e, portanto, os dados ora informados referem-se exclusivamente às operações contratadas com esta empresa e, por conseguinte, não inclui as operações realizadas por outras instituições. A gestão do Programa fica a cargo do Ministério das Cidades e do Ministério da Fazenda (BRASIL, 2009)

A categoria faixa 1 possui outras subclassificações a partir da gestão, da localização do empreendimento, do número de habitantes do município e da finalidade do recurso. São cinco subclassificações: Entidade; FAR; Oferta Pública; FAR-urbanização; e Rural. O MCMV-Entidade é a modalidade destinada às famílias organizadas sob a forma coletiva em área urbana, representadas por cooperativas, associações e entidades da sociedade civil; MCMV-Fundo de Arrendamento Residencial - FAR é uma parceria com o Poder Público (Estados e Municípios) e instituição financeira. A modalidade Oferta Pública é destinada a municípios com menos de 50 mil habitantes; FAR-urbanização, para a regularização de áreas já ocupadas, infraestruturando-as; e Rural, para provimento habitacional na zona rural (BRASIL, 2009).

O faixa 1, para famílias com renda bruta mensal de até R\$ 1.800,00, conforme estabelecido na Portaria Interministerial nº 99, de 30 de março de 2016, é mantida integralmente com recursos do Orçamento Geral da União e, por conseguinte, não se constitui em um financiamento, mas sim, um programa de transferência de subsídios. Entretanto, embora o MCMV ainda esteja em vigência, o mesmo não tem atendido ou contratado na modalidade faixa 1, desde 2016.

De acordo com o Ministério das Cidades, nas Fases 1 e 2 do MCMV, o maior percentual de valores contratados, aproximadamente 52%, foram destinados à modalidade Faixa 2. Dos valores destinados à Faixa 1, a modalidade Entidades representa 0,5% dos valores contratados; a modalidade FAR representa 28,6% do valor total destinado ao programa.

Em 2009, do total do déficit habitacional no Brasil, 37% localizava-se na Região Sudeste, o que corresponde a mais de dois milhões de unidades (FJP, 2014). O levantamento

do déficit habitacional está baseado na necessidade de construção de novas moradias para a solução de problemas sociais e específicos de habitação (FJP, 2014). O Estado de São Paulo concentrava o maior déficit habitacional, o único estado cuja necessidade de novas unidades habitacionais ultrapassava um milhão de moradias (FJP, 2014). Desse total, 608 mil unidades correspondem ao déficit da Região Metropolitana de São Paulo (Tabela 7).

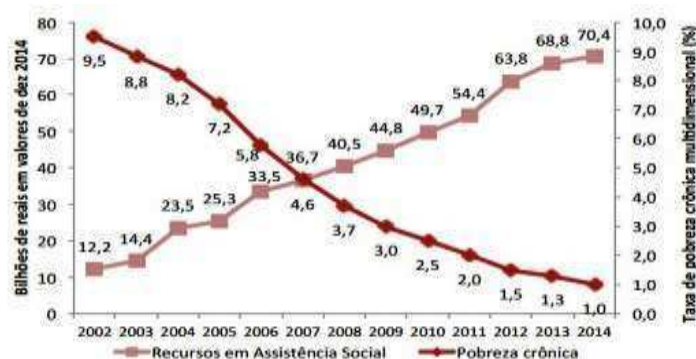
Tabela 7 - Déficit habitacional urbano no Brasil, Região Sudeste e Regiões Metropolitanas

Especificação	Total do Déficit Urbano – 2009
Brasil	5.998.909
Regiões Metropolitanas	1.696.882
Região Sudeste	2.217.241
Minas Gerais	538.577
Região Metropolitana de Belo Horizonte	147.933
Espírito Santo	103.663
Rio de Janeiro	380.312
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	282.261
São Paulo	1.194.689
Região Metropolitana de São Paulo	608.809

Fonte: FJP, 2014 (Adaptado)

O combate à pobreza e à desigualdade, através de políticas de transferência de renda, bem como, o reajuste e aumento salarial, proporcionou mudanças socioeconômicas nos últimos anos (BRASIL, 2016). A pobreza crônica reduziu, impulsionando economias locais e ampliando o mercado consumidor (Figura 3).

Figura 3 - Evolução dos Recursos em Assistência Social e da Taxa de Pobreza Multidimensional Crônica no Brasil - 2002 a 2014



Fonte: BRASIL, 2016.

A transferência de renda e a possibilidade de obtenção de moradia asseguraram estratégias no enfrentamento da pobreza e da inclusão social. No entanto, a disparidade de

renda ainda constitui problema social grave e o acesso à moradia continua dispendioso e constitui entrave de acesso para a maioria da população:

A essa desigualdade de mundos, de renda e de interesses corresponde enorme desigualdade de poder político. Essa tem sido bem menos divulgada e menos avaliada e estudada que a desigualdade de renda de maneira que a classe minoritária moderna, inserida na sociedade de consumo, que detém o poder político e cultural e que conduz o país, é pouco sensível aos problemas e necessidades da maioria. O espaço urbano desempenha um importante papel na produção e reprodução de toda a desigualdade (CASTRIOTA, 2003, p.32-33)

E ainda:

Vive-se no país, atualmente, um verdadeiro *apartheid* social (GOMES e PEREIRA, 2005 apud VÉRAS, 2003), em que a estrutura de poder vigente é centrada em um modelo econômico que gera crescente riqueza para poucos e pobreza para muitos, e que garante e privilegia o crescimento da economia, sem uma política de renda justa e de atendimento às necessidades básicas da maioria da população. As transformações ocorridas na política econômica do Brasil produziram profundas mudanças na vida econômica, social e cultural da população, gerando altos índices de desigualdade social. Como reflexo dessa estrutura de poder, acentuam-se as desigualdades sociais e de renda das famílias, afetando as suas condições de sobrevivência e minando as expectativas de superação desse estado de pobreza, reforçando sua submissão aos serviços públicos existentes. As desigualdades de renda impõem sacrifícios e renúncias para toda a família. A situação de vulnerabilidade social da família pobre se encontra diretamente ligada à miséria estrutural, agravada pela crise econômica que lança o homem ou a mulher ao desemprego ou subemprego (GOMES e PEREIRA, 2005, p.360).

Partindo desse pressuposto, compreender a formação do espaço urbano e segregação em razão da condição econômica influirá na compreensão da formação das redes de suporte social formadas no âmbito da habitação, como resultado de ações coletivas. Conforme descrito, as políticas públicas de habitação que vigoraram no Brasil não priorizaram o atendimento da população que compunha a maior demanda. Vê-se, ainda, a vigência da política de “empurrar” essa população mais carente para áreas periféricas, sem equipamentos urbanos básicos (água encanada, luz elétrica, ruas calçadas), negando-lhes o direito à cidade.

Ainda que a conjuntura política e econômica tenha mudado, a questão fundiária e os problemas dela decorrente no espaço urbano se agravaram. A implantação de políticas específicas para o tratamento da cidade produziu efeito reverso. O valor da terra tomou proporções inimagináveis; a especulação imobiliária e a segregação espacial tornaram-se cada vez mais nítidas:

A terra urbana permaneceu refém dos interesses do capital imobiliário e, para tanto, as leis foram flexibilizadas ou modificadas, diante de urbanistas perplexos. A disputa por terras entre o capital imobiliário e a força de trabalho na semiperiferia levou a fronteira da expansão urbana para ainda mais longe: os pobres foram expulsos para a periferia da periferia. (...) Os despejos violentos foram retomados, mesmo contra qualquer leitura da nova legislação conquistada por um judiciário extremamente conservador. Favelas bem localizadas na malha urbana sofrem incêndios, sobre os quais pesam suspeitas alimentadas por evidências constrangedoras. (MARICATO, 2014, p.24)

A provisão habitacional é, incontestavelmente, direito social que necessita de acuidade no tratamento. Não há acessibilidade de direitos enquanto os mesmos forem tratados como mercadoria:

[...] não se compra o direito à cidade em concessionárias de automóveis e no Feirão da Caixa: o aumento de renda, que possibilita o crescimento do consumo, não “resolve” nem o problema da falta de urbanidade nem a precariedade dos serviços públicos de educação e saúde, muito menos a inexistência total de sistemas integrados eficientes e acessíveis de transporte ou a enorme fragmentação representada pela dualidade da nossa condição urbana (favela versus asfalto, legal versus ilegal, permanente versus provisório) (MARICATO, 2014, p. 8).

As ações coletivas em prol da moradia agregam indivíduos que não possuem meios próprios para obtê-la, pressupondo que atributos da sociabilidade estão diretamente atrelados à situação econômica.

A análise deste estudo partiu do pressuposto descrito por Fontes e Eichner (2004), que em condições socioeconômicas semelhantes as redes pessoais de suporte social são mais presentes entre os vizinhos e os parentes (nesse estudo foi considerado indivíduos com renda familiar baixa). Por isso, tais autores destacaram a centralidade da territorialidade na formação das redes. As relações aqui abordadas envolverão ainda como pressuposto hipotético que a gestão da moradia influirá nas características das redes de suporte social.

2 ANÁLISE DE REDES SOCIAIS

As considerações de Bonduki (1994), Maricato (2000), Villaça (2003) e Rolnik (2004) expostas até aqui mostraram que a condição econômica influi diretamente na organização do espaço urbano. A luta pela apropriação do espaço físico reproduzirá as distâncias sociais “os que não possuem capital são mantidos à distância, seja física, seja simbolicamente, dos bens socialmente mais raros e condenados a estar ao lado das pessoas ou dos bens mais indesejáveis e menos raros. A falta de capital intensifica a experiência da finitude: ela prende a um lugar” (BOURDIEU, 2012, p.164).

Conseqüentemente, as relações interpessoais poderão sofrer a influência do espaço físico-social; o habitat contribuirá para fazer um hábito, e o hábito também influirá no habitat (BOURDIEU, 2012). As interações em um grupo exigem um somatório do capital cultural, social e econômico acumulado individualmente.

O sucesso das disputas depende do capital acumulado (sob suas diferentes espécies). De fato, as oportunidades médias de apropriação dos diferentes bens e serviços materiais ou culturais, associados a um determinado, especificam-se pelos diferentes ocupantes desse habitat segundo as capacidades de apropriação (materiais – dinheiro, meios de transporte particulares – e culturais) que cada um detém como propriedade. (BOURDIEU, 2012, p.165)

Segundo Molina “localizar las redes sociales en el espacio y distinguir diferentes tipos de relaciones asociadas, representa un campo de investigación con un potencial enorme de desarrollo”⁴ (MOLINA, 2005, p.3). Fontes e Eichner (2004) afirmam que as análises das redes permitem uma compreensão melhor dos mecanismos de relação interpessoal e como a sociabilidade pode influir na possibilidade de acesso a recursos.

Acreditamos que a abordagem das redes sociais pode trazer significativas contribuições para o estudo de comunidades de baixa renda, introduzindo novas facetas não vislumbradas por análises tradicionais. Com efeito, a partir da ótica das relações sociais, do movimento de afiliação e desfiliação das pessoas em interações sociais empreendidas durante a sua biografia, poderemos introduzir alguns elementos bastante pertinentes para a compreensão que, embora não sejam propriamente ignorados pela tradição das ciências sociais, não são adequadamente visualizados. Com relação às comunidades de baixa renda, já apontamos em outro lugar a relação das redes sociais e os processos associativos. (FONTES e EICHNER, 2004, p.02)

⁴ “localizar redes sociais no espaço e distinguir diferentes tipos de relacionamentos associados, representa um campo de pesquisa com um enorme potencial para o desenvolvimento.” (MOLINA, 2005, p.3)

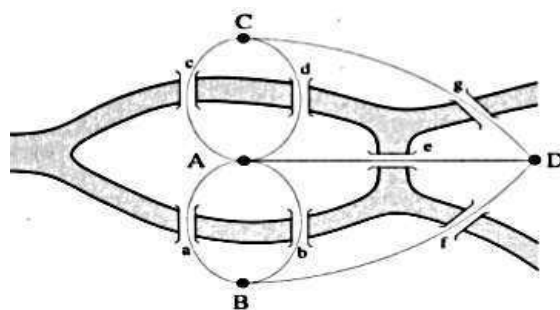
Para a compreensão mais específica da temática é importante ter clareza do conceito de rede abordado nesse estudo. Faz-se necessário, igualmente, a menção dos termos e aspectos classificatórios inerentes. O conceito básico e primordial é que rede é “um conjunto de objetos conectados entre si de certo modo” (WATTS, 2009, p. 11). Evocando a etimologia, “a palavra rede, originária do Latim *retiolus*, diminutivo de *retis*, designa um conjunto de linhas entrelaçadas ou teia, pelo que é necessário um enquadramento que permita deslazar um pouco o entrançado da concepção de um conceito que definitivamente ‘está na moda’ (GUADALUPE, 2009, p.43).

Segundo Scherer-Warren (1995), denomina-se rede um conceito teórico ou metodológico, para se referir a um determinado tipo de relação ou prática. É compreendido como “um conceito central na análise dos processos estruturadores da sociedade” (FONTES e EICHNER, 2004, p.04). Entretanto, convém ressaltar que, por mais claro e objetivo que seja, “[o conceito] está sendo utilizado para tantos propósitos, que passará bastante tempo antes que cheguemos, a saber, para o que é realmente mais útil” (BOTT, 1990, p.368 apud GUADALUPE, 2009, p.44).

Diversas áreas científicas têm se apropriado do termo e constituído como paradigma de estudo (SCHERER-WARREN,1995). Na Economia, as redes de consumo, de produção e de mercado; na Geografia, as redes de cidades e sociais urbanas; na Administração, as redes organizacionais e empresariais; e na Sociologia, as redes ideológicas, de vizinhança e políticas, são alguns exemplos dos estudos de rede (SCHERER-WARREN,1995).

Watts (2009) afirma que as redes têm sido objeto de estudo dos matemáticos, desde o Século XVIII, com a Teoria dos Grafos, de Leonhard Euler. (Figura 4).

Figura 4. Caminho Euleriano ou Pontes de Königsberg



Fonte: CUNHA, 2014a, p.41

A teoria de Euler versava um problema prático: consistia em encontrar um caminho, para cruzar os quatro pontos (representados na figura nas letras A,B,C,D) atravessando todas

as sete pontes da cidade (representadas na figura nas letras a, b, c, d, e, f, g), passando apenas uma vez por cada ponte. O esquema gráfico construído por Euler ficou conhecido como Caminho Euleriano ou Pontes de Königsberg, dando origem à Teoria dos Grafos.

Segundo Euler, não existia uma rota que alguém pudesse usar a ponte somente uma vez (WATTS, 2009). O gráfico de Euler ou o Caminho Euleriano constituiu-se referência importante da análise das redes. A utilização da teoria não se limitou à matemática, foi apropriada pela física, biologia, engenharia, antropologia e sociologia. Cada área com sua própria versão da rede.

Evidentemente, dada às características do presente estudo, a abordagem do conceito será sociológica. Priorizá-la não significa que não serão observadas as causas urbano-arquitetônicas. Pelo contrário, um posicionamento urbano-arquitetônico, acarretará diferentes formas de redes e, logo, de conteúdos imateriais, posto que as relações sociais seriam estimuladas de maneiras distintas.

O conceito de rede é antigo, porém apenas nas últimas décadas passaram a percebê-lo como uma ferramenta de análise organizacional (*network*):

O que é novo no trabalho em redes de conexões é sua promessa como uma forma global de organização com raízes na participação individual. Uma forma que reconhece a independência enquanto apoia a interdependência. O trabalho em redes de conexões pode conduzir a uma perspectiva global baseada na experiência pessoal (LIPNACK e STAMPS, 1992, p.19 apud MARTELETO, 2001, p. 72).

Na Sociologia, o pioneirismo no uso de análises de redes é atribuído a Simmel e Barnes:

[...] Georg Simmel utilizou o conceito de rede para explicar a pertença de indivíduos a diferentes círculos sociais que se cruzavam e interagiam na sociedade moderna, mas é a J.A.Barnes [...] que é atribuído o primeiro estudo que coloca em relevo a importância das redes nos fenômenos sociais, sendo o autor mais unanimemente apontado como tendo usado pela primeira vez a expressão rede social para descrever a estrutura social de uma comunidade. (GUADALUPE, 2009, p.44).

Outros estudos centrados na Análise de Redes Sociais (ARS) foram desenvolvidos, ampliando a utilização desta técnica na compreensão das relações sociais (MORENO, 1934; MILGRAM, 1967; WHITE, 1970; GRANOVETTER, 1973; BOTT, 1990). O desenvolvimento dessa metodologia de análise nas ciências sociais busca identificar padrões de interação que podem surgir como resultado das relações sociais.

Em ciências sociais, a abordagem estrutural que se baseia no estudo da interação entre os atores sociais é chamada de análise de rede social. As relações sociais que os analistas de rede estudam são geralmente aquelas que ligam seres humanos individuais. Mas relações sociais importantes podem ligar indivíduos sociais que não são humanos, como formigas ou abelhas ou veados ou girafas ou macacos. Ou eles podem vincular atores que não são exatamente indivíduos. Os analistas de rede, muitas vezes examinam as ligações entre os grupos ou organizações, ou mesmo entre Estados-nação ou alianças internacionais (FREEMAN, 2004, p. 02).

A ideia é que rede social é “um conjunto de pontos, alguns dos quais estão unidos por linhas. Tais pontos são as pessoas ou, às vezes, os grupos, e as linhas indicam as interações entre essas pessoas” (BARNES, 1954, p.43 apud GUADALUPE, 2009, p. 45).

A rede social “é definida metodologicamente como um conjunto de relações específicas (por exemplo, colaboração, apoio, aconselhamento, controle ou ainda influência) entre um conjunto finito de atores” (LAZENGA, 2014, p.8). De acordo com Molina (2004), é um conjunto de relações com número delimitado de elementos. Essas relações “assumirão diferentes formas consoante o tipo de laços e o tipo de atores sociais implicados” (GUADALUPE, 2009, p.50), produzindo uma identidade social específica.

Elas representam “[...] um conjunto de participantes autônomos, unindo ideias e recursos em torno de valores e interesses compartilhados” (MARTELETO, 2001, p.72 apud TOMÁEL, 2005, p. 93). Trata-se de “uma estrutura não-linear, descentralizada, flexível, dinâmica, sem limites definidos e auto organizável; estabelece-se por relações horizontais de cooperação” (TOMÁEL, 2005, p. 94). Segundo Castells:

É um sistema de nós interligados. E os nós são, em linguagem formal, os pontos onde a curva se intersecta a si própria. As redes são estruturas abertas que evoluem acrescentando ou removendo nós de acordo com as mudanças necessárias dos programas que conseguem atingir os objetivos de performance para a rede (CASTELLS, 2005, p. 20)

As redes são formadas a partir da conscientização de interesses ou valores entre os participantes; a participação envolve direitos, responsabilidade e tomada de decisões em vários níveis (MARTELETO, 2001). Apesar do caráter horizontal “não exclui a existência de relações de poder e de dependência nas associações internas e nas relações com unidades externas” (MARTELETO, 2001, p 73).

Outrossim, “funcionam como circuito de tráfego no ambiente social, como trajetórias relacionais prováveis que ligam certos atores/ nós e fornecem a um só tempo, oportunidades e constrangimentos” (FAZITO, 2010, p. 30). A rede social não é tangível, não existe como entidade social; elas constituem parte do capital social dos participantes (LAZENGA, 2014).

Verifica-se a aplicação da análise de redes em diferentes estudos e teorias sociais. Desse modo, não é uníssona a classificação e a nomenclatura de elementos de composição, pois cada abordagem poderá apresentar categorização diferente.

A compreensão da rede social baseia-se em dois grupos de análises: a estrutura de rede (rede egocêntrica ou pessoal) e a estrutura social (rede total) (WATTS, 2009; FAZITO, 2010; LAZENGA, 2014).

A rede egocêntrica, ou pessoal, são as relações entre os indivíduos; o conjunto de laços ligando os membros de uma população. Estaria associada à própria estrutura, a identidade social que ela possui. Conforme Jariego:

Los estudios de redes personales (egocéntricas) se centran en las relaciones sociales de los individuos. Habitualmente los investigadores elicitan los nombres de familiares, amigos y conocidos de los encuestados que no tienen relación entre sí. Estos datos se analizan resumiendo las características de los miembros de la red para cada encuestado y correlacionando las características agregadas con las características individuales de los propios encuestados (JARIEGO, 2014, p. 111)⁵

Em contrapartida, o segundo grupo de técnicas, a estrutura social ou rede total, é a rede “como um canal de propagação de informações ou o exercício de influências, e o lugar de um indivíduo no padrão geral de relações” (WATT, 2009, p.27). As redes totais (sociocêntricas) são analisadas buscando os padrões de relação entre os membros entrevistados; pesquisa-se a posição do membro e sua influência sobre outros demais na rede total medindo a centralidade, proximidade e intermediação (JARIEGO, 2014).

Se as redes totais apresentam uma estrutura geométrica copernicana que permitem ao pesquisador um olhar de águia — ou como diz Wellman, “um olhar alienígena” — sobre o sistema social como um todo, descrevendo as estruturas compreensivas das relações de papel de uma população inteira, então as redes pessoais são focadas em um nó ou ego que lembra uma visão geométrica de perspectiva ptolomaica, onde o indivíduo é o centro de partida da construção da estrutura de uma rede social (CUNHA, 2014a, p.183).

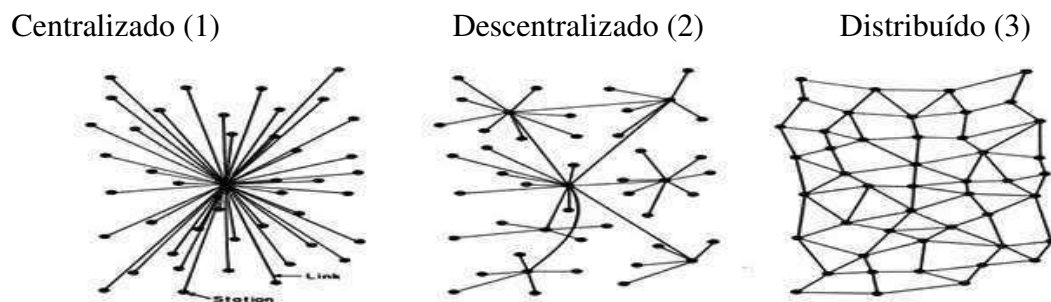
Marteleto (2001) citando Leroy-Pineau (1994) menciona a sistematização dos estudos da rede analisando a eficácia baseada em duas classificações: eficácia de utilização estática e eficácia de utilização dinâmica. Nesse caso:

⁵ Estudos de redes pessoais (egocêntrica) concentram-se sobre as relações sociais dos indivíduos. Geralmente, os pesquisadores enumeram os nomes de parentes, amigos e conhecidos dos entrevistados que não têm relação entre si. Estes dados são analisados resumindo as características dos membros da rede para cada entrevistado e correlacionando as características adicionais das características individuais dos próprios entrevistados. (JARIEGO, 2014, p. 111) [tradução da autora].

A utilização estática explora a rede estrutura, ou seja, lança mão da ideia de rede para melhor compreender a sociedade ou um grupo social por sua estrutura, seus nós e suas ramificações. Essa foi a contribuição que o enfoque de redes sociais deu à sociologia e a outras ciências. A utilização dinâmica explicita a rede sistema, o que significa trabalhar as redes como uma estratégia de ação no nível pessoal ou grupal, para gerar instrumentos de mobilização de recursos. (MARTELETO, 2001, p.71)

As contribuições para o desenvolvimento da técnica de análise de redes são de diversas áreas como os Diagramas de Baran, por exemplo. O projeto de Baran para a construção de rede de comunicação flexível na década de 1960 possibilitou classificar os tipos de organização da rede (CASTELLS, 2003). A finalidade do projeto era apresentar um modelo de distribuição de dados, cuja variação da conectividade produzisse redes duráveis e resilientes. Baran apresenta três estruturas de rede que variam conforme a conexão estabelecida entre os pontos (Figura 5).

Figura 5. Diagrama de Baran



Fonte: FRANCO, 2008 (adaptado)

A rede centralizada apresenta um ponto que controla o fluxo de interação entre os demais. Se, porventura, o ponto central for interrompido ou deixar de existir, não há conectividade entre os pontos e a rede por si só desaparece.

A rede descentralizada também pressupõe hierarquização, entretanto, multicêntrica, pelo qual sugere pontos que converjam e funcionem como coordenação da interação. A sugestão de Baran para o sistema de comunicação eficaz é que redes distribuídas, sem hierarquização, resultariam em redes duráveis; e que, mesmo com a ausência de alguns dos pontos que a integre, ela continue existindo (FRANCO, 2008).

Considerando a análise desta pesquisa, as redes de suporte social formadas por integrantes de movimentos sociais, inicialmente conclui-se que o grafo que melhor representasse fosse a rede distribuída. Onde, segundo Baran, as relações perduram ao longo do tempo e não estão sob uma constituição hierárquica. Como será descrito no decorrer da análise, as redes encontradas são descentralizadas e multicêntricas. Vez que, pela organização

e desenho institucional atribuído aos movimentos há hierarquização, com a formação e identificação de lideranças (tais como, diretores, coordenadores, subcoordenadores, etc).

Para a aplicação desse diagrama na análise de redes sociais pessoais compreende-se que o grafo centralizado traduza a representação das redes pessoais, uma relação a nível micro. O grafo descentralizado apresenta as interações de diversas redes pessoais, no âmbito meso, visto que, pontos específicos estabelecem interações. O grafo distribuído propõe a representação macro da rede, pode-se entender como a representação da rede total. Portanto, a representação do Diagrama de Baran apresenta os aspectos dos níveis relacionais de uma rede: micro, meso e macro.

A análise proposta nesta pesquisa centrou-se na relação no nível micro, desse modo, as representações gráficas das redes seguirão um padrão semelhante à primeira imagem do Diagrama de Baran. Conceituar a rede e analisá-la propõe a verificação de pares dicotômicos: indivíduo/sociedade; ator/estrutura; enfoque micro/ macro da realidade.

Portanto, para a análise em questão serão identificadas as relações pessoais de suporte social. Algumas nuances de análise são perceptíveis apenas na análise meso e macro, tais como centralidade, densidade, proximidade e intermediação.

Uma rede é composta por participantes, denominados pontos (BARNES, 1954), nós (CASTELLS, 2005; MOLINA, 2004) ou atores (LAZENGA, 2014; GUADALUPE, 2009), e suas interações são nomeadas de laços (GRANOVETTER, 1973; BAUMAN, 2004), cliques ou link (FAZITO, 2010; LAZENGA, 2014). Sobre os cliques Emyrbayer os define como “grupo de atores no qual cada um está direta e fortemente ligado a todos os outros” (EMYRBAYER, 1994, p.1449 apud MARTELETO, 2001, p.75). A representação gráfica da rede é denominada grafo.

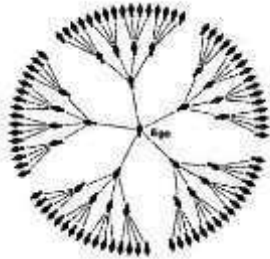
A unidade básica de análise é nominada *ego*, enquanto que *alters* são ou outros, os demais elementos que interagem com o ego (FAZITO, 2010; JARIEGO, 2014; LAZENGA, 2014). Entretanto, a unidade de análise não são os atributos individuais em si, analisa-se o conjunto de relações que os indivíduos estabelecem.

Ainda sobre a denominação dos elementos que compõem a análise da rede, as relações os fluxos podem ser unidirecionais, quando apenas uma das partes é responsável pela interação; bidirecional quando há reciprocidade entre as partes, as duas partes interagem igualmente. Na ausência total de interações, diz-se que o nó está solto.

Ademais, as redes sociais possuem características universais. Segundo Watts (2009), geralmente, a imagem mental da representação da rede sugere uma organização ramificada

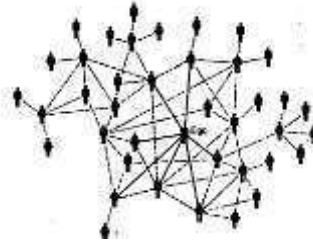
pura, em que o número finito de participantes é semelhante para todos os componentes (Figura 6).

Figura 6. Grafo da rede ramificada pura



Fonte: WATTS, 2009

Figura 7. Grafo da rede *cluster*



Fonte: WATTS, 2009

Na verdade as redes em geral, apresentam a característica de agrupamentos (*clustering*) (Figura 7). A tendência é que os indivíduos se conheçam e se conectem entre si, possibilitando o aglomerado (*cluster*).

Considerando a quantidade de elementos envolvidos, a composição social da rede pode ser díade (par de atores) ou tríade (conjunto de três atores e seus vínculos interconectados). Além disso, mapear a rede possibilita esclarecer relações de reciprocidade (expectativas futuras), bem como coerções e condicionamentos coletivos. Sobre a análise dessas duas composições Fazito considera que:

Nas relações diádicas (par de atores), o poder de decisão individual sobrepuja em muito as forças coletivas – se um dos lados da relação decidir não cooperar a união se desfaz. No caso da topologia triádica, a “forma social” assume poder de constrangimento sobre os indivíduos e canaliza as ações para a produção e manutenção da ordem coletiva: se os atores A e B têm um laço forte com C, no momento em que o ator A não quiser cooperar com B, C pode, caso haja ganho coletivo, atuar como intermediário na negociação seja pela persuasão ou simplesmente pelo fato de que A “teme” desrespeitar ou perder a confiança de C. (FAZITO, 2010, p.31)

Guadalupe (2009) apresenta ainda a classificação das redes sociais pessoais em três níveis: primário, secundário e terciário. As redes primárias:

fazem referência a “um conjunto natural de indivíduos em interação uns com os outros (...) [que] formam a trama de base da sociedade e o meio de inserção do indivíduo”, ou por outras palavras “indivíduos que têm afinidades pessoais num quadro não institucional” [...]. Poderá, a partir daqui, considerar-se redes de parentesco (tendo por base a afinidade), de vizinhança, de amizade, de “companheirismo” (referindo-se a relações de trabalho e de lazer) etc., sendo a maioria das redes de composição mista, apresentando elementos das várias categorias apontadas (GUADALUPE, 2009, p.54)

São as redes primárias que agregam, entre outros fatores, membros que se identificam em razão da idade, sexo, cor, nível socioeconômico; elas seriam as redes mínimas (GUADALUPE, 2009). Essa agregação por semelhança é também denominada homofilia, decorre “de relações entre atores que possuem atributos similares, e sua tendência nas redes sociais pode ser sintetizada na expressão "os iguais se atraem"” (SILVA, 2012, p.118). As análises centradas nas redes primárias (homofilia) permitem a identificação de padrões, bem como as desigualdades no interior da rede.

Entre todas as propriedades que a ocupação legítima de um lugar supõe, estão e não são as menos determinantes, as que não se adquirem senão pela ocupação prolongada desse lugar e a frequência seguida de seus ocupantes legítimos: é o caso, evidentemente, do capital social de relações ou ligações (e muito particularmente dessas ligações privilegiadas que são as amizades de infância ou de adolescência) ou de todos os aspectos mais sutis do capital cultural e linguístico, como os modos corporais e a pronúncia (o sotaque) etc. São traços que conferem todo o seu peso ao *lugar do nascimento* (e, em menor grau, ao lugar de residência) (BOURDIEU, 2012, p. 165)

Além disso Abreu (2003) acrescenta que:

Os vínculos numa rede primária são, assim, fundamentalmente de natureza afetiva, podendo assumir uma carga positiva ou negativa, não havendo qualquer sentido de obrigação na relação ou formalidade. Estas redes são de carácter dinâmico, não comportando sempre a mesma composição ou configuração, flutuando e modificando-se com o tempo e com a mobilidade das relações inerente aos próprios indivíduos (tendo em consideração fenômenos como a idade, a doença, as mobilidades residencial, estudantil, laboral, migratória, etc.). As redes primárias têm, portanto, uma dimensão espaciotemporal, mudando segundo os contextos e circunstâncias, isto é, segundo as escolhas e mesmo os constrangimentos sociais pessoais, a seleção que se faz do leque das relações que nos são oferecidas, etc. (ABREU, 2003, p. 70-71)

As redes secundárias correspondem ao conjunto de atores reunidos em virtude da função, trata-se de um contexto formal de agregação, pois seus membros reportam à mesma instituição ou organização. Por fim, as redes terciárias, cujo nexos causal entre seus membros decorre da prestação de serviços profissionais mediadores (educação, saúde, assistência jurídica, por exemplo).

Percebe-se, então, que a investigação da rede não se limita a descrição de sua composição, mas a capacidade dela em assessorar, suprir, prover etc. Não basta antever que redes são egocêntricas ou totais, díades ou tríades, pelo contrário, é necessário verificar sua capacidade de suporte.

Dessa forma, vale a circunscrição do conceito de redes de suporte social, aqui entendidas como um conjunto de elos imediatos e disponíveis no atendimento de demandas pessoais, um sustentáculo no suprimento de necessidades de aspectos tangíveis ou intangíveis

do indivíduo. Alguns autores optam pelo uso da terminologia suporte social (GUADALUPE, 2009; CUNHA, 2014a) enquanto outros utilizam apoio social (FONTES e EICHNER, 2004; MARQUES, 2007), designando a mesma propriedade da relação. A partir da distinção dos níveis de rede social, Guadalupe (2009) analisa a formação do suporte social:

[...] a rede social primária e secundária é equacionada como fonte de suporte social. Mas é fundamental que se entenda que a existência de uma rede social não significa que exista efetivamente suporte social. Não podemos pressupor que todas as pessoas ou famílias relativamente às quais identificamos uma rede social pessoal ou familiar têm suporte social disponível e garantido por tal rede. Aliás, as redes sociais podem igualmente assumir-se enquanto redes inócuas ou mesmo destrutivas, dependendo da sua natureza e composição (GUADALUPE, 2009, p.57).

O suporte social em si não constitui a rede pessoal. Vez que, a rede proporciona a identidade social dos membros, enquanto que o suporte social seria um aspecto, uma propriedade da rede, centrado essencialmente na assistência, solidariedade e colaboração mútua. Neste sentido, Lazenga afirma:

Esta série de operações é especialmente útil para os sociólogos que buscam detectar a existência de sistemas de trocas mais ou menos generalizados – colocando em jogo trocas de vários recursos – ou compreender em toda sua complexidade as formas de solidariedade e de discriminação sociais em suas dimensões micro, meso e macro (LAZENGA, 2014, p. 66).

A ARS pode compreender a escolha de diversas relações a serem observadas. A identificação de dois princípios podem guiar tais escolhas: a estrutura de uma rede específica e o comportamento e processo social que se busca contextualizar (LAZENGA, 2014). Quanto à estrutura de uma rede, pode ser dentre as mais variadas possíveis: condição social (MARQUES, 2007), fluxos migratórios (FAZITO, 2010; CUNHA, 2014b); movimentos sociais (SCHERER-WARREN, 2006; KOWARICK e MARQUES, 2011). Quanto ao comportamento e processo social, podem ser analisadas: a coesão, densidade (FAZITO, 2010; JARIEGO, 2014), a intensidade (GRANOVETTER, 1979; BOTT, 1990), a reciprocidade (LAZENGA, 2014) e a eficácia coletiva (SAMPSON, 2005).

No que diz respeito ao processo de agregação, a formação da rede pode estabelecer relação com a localização dos indivíduos. Essa propriedade é denominada localismo:

Denomino essa propriedade de localismo e embora ela se relacione fortemente com a segregação, diz respeito a uma dimensão distinta. Enquanto o localismo é uma propriedade das redes, a segregação é uma propriedade do espaço. Na verdade, o localismo é um tipo de homofilia relativo à coincidência de atributos – de lugar de moradia – entre os indivíduos presentes em uma dada relação. (MARQUES, 2007, p.36)

O localismo e a segregação são, portanto, definições distintas, no entanto em algumas análises esses elementos aparecem associados. Marques (2007, p.36) afirma que “em nossas cidades encontramos muito frequentemente locais segregados (e, portanto, homogêneos socialmente) com redes com elevado grau de localismo (com poucas pessoas de fora) e marcadas por alto grau homofilia social”. No entender de Marques (2007) é possível encontrar redes com menor localismo e maior inserção urbana, em locais segregados. Essas diferentes combinações têm importantes efeitos sobre a condição social dos indivíduos.

O trabalho de Fontes e Eichner (2004), sobre redes egocentradas em uma comunidade de baixa renda do Recife, confirmou homofilia nas redes, indicando que a maior parte dos vínculos é com a vizinhança e os parentes. As redes pessoais podem se estender e circunscrever além dos limites de vivência imediata.

O que permite compreender que o estudo das redes é imprescindível para entender os aspectos da segregação socioespacial. A estratificação socioeconômica, cada vez mais comum no espaço urbano, influi diretamente no desenvolvimento da sociabilidade dos indivíduos.

Outro estudo que merece destaque foi desenvolvido por Moore (1990) que explora as diferenças entre as redes pessoais de homens e mulheres. Segundo ele, de maneira geral as redes de mulheres são mais lastreadas em relações primárias, a homofilia ou localismo; enquanto que as dos homens são mais ligadas aos vínculos de trabalho, as relações secundárias.

O dinamismo é visceral para as redes sociais; alguns vínculos surgem outros desaparecem. A mutabilidade da rede decorre em razão da idade, da escolaridade, das atividades exercidas.

Una vez creadas, las relaciones evolucionan. Algunas desaparecen, mientras que otras se refuerzan hasta que se incorporan en las dos categorías principales de relaciones “íntimas”, la familia y los amigos. Ciertas etapas de la vida son particularmente favorables a la reconfiguración de nuestro entorno. Durante la niñez, heredamos un cierto número de relaciones impuestas (la familia de origen), y construimos lazos, algunos de los cuales resultan duraderos, en la escuela o en diversas actividades. La entrada en la vida adulta marca la ocasión para una renovación significativa de nuestro entorno. La familia se ve relegada al banquillo, y los contextos de nuestras actividades (los estudios, el trabajo) generan nuevas relaciones, así como, con gran frecuencia, la constitución de una nueva familia con su carga de relaciones asociadas (la familia política, los amigos del cónyuge). (JARIEGO, 2014, p. 106).⁶

⁶Uma vez criadas, as relações evoluem. Alguns desaparecem, enquanto outros são reforçados até que sejam incorporadas nas duas categorias principais de relacionamento “íntimo”, família e amigos. Certas fases da vida são particularmente favoráveis a reconfiguração do nosso meio. Durante a infância, nós herdamos uma série de relações impostas (família de origem), e construímos laços, alguns dos quais são duráveis, na escola ou em várias atividades. A idade adulta marca a ocasião para uma renovação da nossa significativa do nosso meio. A família é relegada para o banco, e contextos das nossas atividades (estudos, trabalho) geram novas relações assim como, com mais frequência, a criação de uma nova família com sua carga de relações associadas (família política, amigos do cônjuge). (JARIEGO, 2014, p. 106) [tradução da autora].

Marques (2007) afirma que o tempo de vida escolar, a situação profissional e o núcleo familiar contribuem para o dinamismo de agregação e o tamanho da rede. São elementos pessoais, intrínsecos, que influirão nas interações do ego com a estrutura social possibilitando ou impedindo a formação dos vínculos.

De uma forma geral, contribuem para aumentar as redes: permanecer ou estender a vida escolar; obter um emprego longamente desejado e sair da casa dos pais ou se separar. A redução das redes, por outro lado tende a acontecer quando: se concluem os estudos; se começa a trabalhar; ocorre imigração; se iniciar uma relação emocional estável (e casar em particular) e dedicar-se à vida familiar e à casa (nascimento de filhos, por exemplo). Mudar o padrão de sociabilidade pode contribuir para aumentar ou reduzir as redes. Os autores afirmam que as redes de indivíduos de renda mais baixa se reduzem mais cedo pela ocorrência mais precoce no ciclo de vida de elementos redutores das redes. Embora me pareça que os autores confundem por vezes evento que afeta a rede com o resultado sobre a sociabilidade de tal evento (como, por exemplo, dedicar-se à família ou mudar a sua sociabilidade), o trabalho sugere alguns elementos importantes para serem testados em pesquisas posteriores. (MARQUES, 2007, p.46)

O que convém ressaltar é a diversidade de aplicação da análise de rede social para explorar os padrões de sociabilidade, compreendendo que é um vasto campo de investigação e exploração nas ciências sociais. Desse modo, à luz da Análise de Redes Sociais - ARS, buscase a aplicação desse conceito teórico-metodológico no estudo sobre os aspectos sociais da habitação, especificamente em programas de habitação de interesse social. Confluindo nessa exploração de redes a relevância do sistema gestional da moradia.

Estudar as redes sociais implica também na sistematização do que se pretende pesquisar. Alguns dos principais indicadores de medidas de investigação já foram citadas acima. Vê-se necessário conceituá-las e apresentar quais os métodos usados para identificá-las.

Uma das medidas pesquisadas em uma rede é a coesão. Ela leva em conta a existência de solidariedade, da assistência e da colaboração mútua. No entender de Cunha (2014a, p.46) a coesão “é o grau aos quais os atores são conectados diretamente um ao outro por ligações coesas. Grupos são identificados como 'panelinhas' (cliques) se cada indivíduo está diretamente ligado a cada outro indivíduo.” Ela é mensurada mediante a proximidade dos nós:

a medida da coesão do subgrupo se apoia na comparação entre a frequência relativa das relações entre membros de um subgrupo e aquela entre membros e não membros. Os subgrupos baseados na frequência ou densidade relativa dos laços

entre membros existem pelo fato de serem relativamente mais coesivos, se comparados ao restante da rede. (LAZENGA, 2014, p.48)

Em menor correlação, a coesão também se correlaciona com o número de vínculos.

A coesão está associada a padrões de conectividade mais intensos. Foi medida por: coeficiente de clusterização (média das densidades das vizinhanças de todos os nós da rede), grau médio (número médio de vínculos por nó na rede) e informação (proporção de todos os caminhos entre quaisquer nós na rede que passam por um dado nó. No caso, foi considerada a medida do ego). Essa dimensão também se correlaciona com o número de vínculos, mas com menor correlação. (MARQUES, 2007, p.88)

A densidade da rede também pode ser mensurada considerando a porcentagem de ligações que existem em uma rede entre o total de ligações possíveis. A densidade mais próxima de 1,0 implica que cada ponto está ligado a todos os outros *alters*. A densidade 0 significa que nenhum *alter* conhece outro; ou mais próxima 0 implica em poucas interações com os *alters* (JARIEGO, 2014). O cálculo é feito do seguinte modo, dividindo o número de relações existentes (RE) entre as relações possíveis (RP) e multiplicando por 100. Desse modo, tem-se a representação da fórmula do cálculo da densidade:

$$D = \frac{RE}{RP \times 100}$$

A respeito da intensidade dos laços estabelecidos na rede, Granovetter (1979) classifica em laços fracos, fortes ou ausentes. Bott (1990) também aborda esse aspecto e propõe como hipótese de estudos que, quando a rede social está muito unida (forte), os membros de sua rede tendem a chegar a um consenso sobre normas e exercem consistente pressão informal uns sobre os outros para se conformar às normas. Do contrário, quando a rede social não está muito unida (fraca) outras relações podem sobrepor a esta rede.

Na hipótese de Granovetter (1979) a força de um vínculo é a combinação de tempo, intensidade emocional, intimidade (confiança mútua) e reciprocidade do vínculo:

Muchas nociones intuitivas sobre la "fuerza" de un vínculo interpersonal deberían verse satisfechas por la siguiente definición: la fuerza de un vínculo es una (probablemente lineal) combinación del tiempo, la intensidad emocional, intimidad (confianza mutua) y los servicios recíprocos que caracterizan a dicho vínculo. Cada uno de estos aspectos es independiente del otro, aunque el conjunto esté altamente intracorrelacionado. La discusión sobre las medidas de operación y el peso con respecto a estos cuatro elementos queda pospuesta a futuros estudios empíricos. Para nuestro propósito presente es suficiente con que la mayoría de nosotros esté de

acuerdo , sobre una simple base intuitiva, si un vínculo dado es fuerte, débil o ausente. (GRANOVETTER, 1979, p.2)⁷

A reciprocidade é a troca voluntária e solidária, entre os membros da rede. (LAZENGA, 2014). Os membros da rede, que estejam conectados, se escolhem entre si. Pode ser definida como a contraprestação das ações recebidas entre os membros.

Cuando pensamos en reciprocidad sabemos que estamos hablando de una característica humana omnipresente, algo que es común a todas las sociedades conocidas. Al igual que otros conceptos fundamentales tomados de las Ciencias Sociales (cultura, religión, etc.), los cuales han sido tratados en profundidad por algunos de los científicos más importantes, es difícil establecer una única definición del término. Por ello podemos hablar de reciprocidad positiva y negativa, generalizada o equilibrada, capaz de sostener relaciones entre iguales o mantener competiciones entre enemigos (MOLINA, 2005, p.166).⁸

De acordo com Lazenga (2014) as análises podem ser de três níveis: estrutural, relacional e individual. A análise estrutural busca descrever o conjunto social inteiro; neste aspecto pode ser descrita a coesão e a densidade das relações entre os atores. No nível relacional o alvo da análise são as díades, ou às vezes as tríades, descrevendo principalmente as transferências e as trocas de recursos, verificando a densidade e a reciprocidade das relações. O nível individual decorre da estrutura relacional, compreendendo a análise de centralidade e prestígio individual nas relações da rede. Considerando os três níveis de análise, verifica-se que a percepção das relações dos atores se torna o próprio objeto de pesquisa.

Outro aspecto da ARS são as relações de conflito existentes na estrutura. Esse aspecto em algumas análises não é considerado, ou até mesmo ignorado. O que Lazenga (2014) propõe é que as relações conflituosas também sejam levadas em conta na análise da rede em quaisquer estruturas:

⁷ Muitas noções intuitivas sobre a "força" de uma relação interpessoal deve ser satisfeita pela seguinte definição: a força de um vínculo é uma combinação (provavelmente linear) de tempo, intensidade emocional, intimidade (confiança mútua) e serviços recíprocos que caracterizam um dito vínculo. Cada um desses aspectos é independente da outra, embora a montagem é altamente inter-relacionada. O debate sobre as medidas operacionais e de peso em relação a esses quatro elementos é adiado para estudos futuros empíricos. Para o nosso propósito atual é suficiente para que a maioria de nós chegar a acordo sobre uma base simples e intuitiva, se um determinado link é forte, fraco ou ausente. (GRANOVETTER, 1979, p.2) [tradução da autora].

⁸ Quando pensamos em reciprocidade, sabemos que estamos falando de uma característica humana onipresente, algo comum a todas as sociedades conhecidas. Como outros conceitos fundamentais retirados das Ciências Sociais (cultura, religião, etc.), que foram tratados em profundidade por alguns dos cientistas mais importantes, é difícil estabelecer uma definição do termo. É por isso que podemos falar de reciprocidade positiva e negativo, generalizado ou equilibrado, capaz de sustentar relações entre iguais ou manter competições entre inimigos (MOLINA, 2005, p.166) [tradução da autora].

Notemos que, na maior parte do tempo, os pesquisadores se concentram nas relações “positivas”, nas trocas de apoio e nas relações de coordenação. Vínculos conflituosos ou “difíceis” são mais raramente incluídos por falta de cooperação por parte das pessoas entrevistadas ou porque os pesquisadores chamam, às vezes, “relações”, fenômenos que não o são (LAZENGA, 2014, p.20).

Na análise das redes sociais o conceito de capital social possui relevância para a compreensão do desenvolvimento de mecanismos de transmissão de valores, informações, recursos e vantagens. Essa expressão “tem origem em um artigo de L.F. Hanifan, em 1916, no oeste de Virginia. O conceito reaparece nos trabalhos sobre planejamento urbano em 1960 com Jane Jacobs” (CUNHA, 2014a, p.24).

Capital social é o agregado de recursos reais ou potenciais que o resultado do fato de se ter uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizada de conhecimentos e reconhecimentos – ou em outras palavras, membros dentro de um grupo – que providencia a cada um dos seus membros o suporte advindo do capital que lhes coletivamente pertence sendo uma credencial que intitula a cada um, créditos, nos vários sentidos da palavra (BOURDIEU, 1986, p.51 apud CUNHA, 2014b, p.26)

O capital social é também entendido “como a posição estrutural ocupada por um ator na rede e as vantagens auferidas pela manipulação das relações de exclusividade aí concentradas” (FAZITO, 2010, p.32). Coleman, por sua vez, apresenta o conceito de capital social eivado de obrigações e normas sociais:

Capital social é definido por sua função. Ele não é uma entidade singular, mas uma variedade de diferentes entidades, com estes dois elementos em comum: todas elas consistem de alguns aspectos da estrutura social e todas elas facilitam certas ações de atores – sejam pessoas ou atores corporativos – dentro da estrutura (COLEMAN, 1988, p.16 apud CUNHA, 2014b, p.27)

Putnam (2006) conceitua capital social baseado na interação dos vínculos fortes e fracos:

Por ironia, como observou Granovetter, os vínculos interpessoais “fortes” (como parentesco e íntima amizade) são menos importantes do que os vínculos “fracos” (como conhecimento e afiliação a associações secundárias) para sustentar a coesão comunitária e a ação coletiva. (...) sistemas horizontais extensos, porém isolados sustentam a cooperação dentro de cada grupo, mas os sistemas de participação cívica, que englobam diferentes categorias sociais, promovem uma cooperação mais ampla. Essa é também uma das razões pelas quais os sistemas de participação cívica são parte tão importante do estoque de capital social de uma comunidade. (PUTNAM, 2006, p. 185)

Segundo Fazito (2010), o conceito de capital social lastreado pela ARS pode ser desenvolvido sob duas linhas de pesquisa: o fechamento da rede, ou fechamento reticular, e os buracos estruturais. A ideia de fechamento de rede está amparada nas considerações de

Simmel (1955) e Granovetter (1973). A relação entre os membros da rede fechada entre si pode assumir o poder de gerar constrangimentos, obrigações e a canalização de ações para a manutenção da ordem coletiva. Esse processo fundamenta o entendimento sobre capital social, porque “enseja a produção de valores, normas e obrigações, autoridade, confiança e prestígio entre os membros do grupo” (FAZITO, 2010, p.31). Nesse aspecto, compreende-se as afirmações de Nadalin:

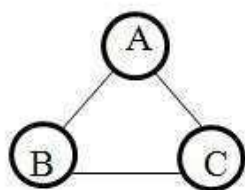
[...] os processos de industrialização e crescimento acelerado das grandes cidades atraem grandes contingentes de migrantes que não são integrados naturalmente no sistema legal vigente. Dada a necessidade de sobrevivência, estes migrantes passam a criar suas próprias regras, seu “contrato social” com acordos improvisados feitos entre os componentes de uma rede de confiança composta por outros migrantes pobres pessoalmente conhecidos. (NADALIN, 2011, p.252)

O modo como o membro da rede utiliza os seus contatos pessoais para realização bem sucedida de ações, com relações sociais fortes e fracas, designa a expressão buracos estruturais. O buraco estrutural está relacionado à posição de atores sociais, possibilitando vantagens dentro da estrutura social. Por meio de laços fracos estes atores conseguem construir vínculos sociais dentro da estrutura social, conectando-se a grupos desvinculados entre si, angariando informações e recursos não disponíveis dentro de sua rede de laços fortes.

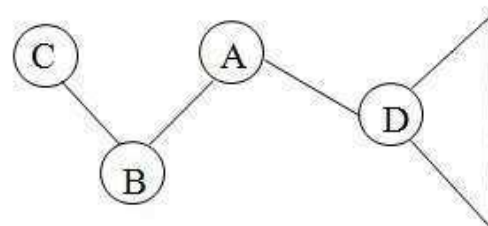
Marteleto (2001) expressa graficamente o fechamento reticular e os buracos estruturais (Figura 9). Segundo a autora, A otimiza seus contatos com a rede aberta, ampliando suas relações sociais, pois está em posição estratégica privilegiada, obtendo vantagens da posição. A segunda posição permite que a rede se abra para novos fluxos de interação, para a comunicação com ambientes externos. A primeira posição, fechada em si mesma, canaliza o fluxo possibilitando informações mais verossímeis e transmissão de valores e obrigações, com maior nível de confiança.

Figura 9. Abertura estrutural da Rede

Fechamento reticular (Rede Fechada)



Buracos Estruturais (Rede Aberta)



Fonte: MARTELETO, 2001 (adaptado)

As relações de vizinhança podem ser analisadas compreendendo os dois mecanismos de formação estrutural, por exemplo, verificando a formação dos valores sociais e a coesão mútua na rede. As dinâmicas das redes abertas e fechadas permitem, ainda, a aplicação de conceitos e técnicas subjacentes para entender como acontece o controle social dentro de vizinhança. Essas relações podem gerar recursos e captação de informações para o surgimento e fortalecimento do controle social local. O controle social, no sentido mais amplo na aplicação da ARS, seriam os mecanismos estabelecidos na rede para a correção de desvios ou diferenças nos padrões das relações (HAERTER, 2012). Os membros dos laços ou redes sociais “devem cumprir as condições que ele exige tacitamente de seus ocupantes” (BOURDIEU, 2012, p.165), sob pena de se sentirem deslocados.

As demandas sociais comuns e as condições análogas de vivência permitem que os indivíduos se agreguem. Essa formação social em torno de uma causa leva, também, à compreensão da formação de movimentos sociais. As análises das “redes são essenciais para compreender os fatores que geram as aprendizagens e os valores da cultura política que vão sendo construídos no processo interativo” (GOHN, 2011, p.334). Esse aspecto de análise proposto por Gohn (2011) diz respeito à análise de redes nos movimentos sociais, a fim de compreender como as relações tornam-se fontes de inovação e saberes.

Embora as redes sociais possuam uma organização humana informal os efeitos podem ser percebidos fora do seu micro espaço, nas interações com o Estado, sociedade e instituições representativas. Os indivíduos se organizam no espaço político em função das suas mobilizações e socializações (MARTELETO, 2001).

2.1 Os movimentos sociais e as teorias

No Século XX os movimentos sociais ganharam protagonismo social e político, abrangendo áreas anteriormente intocadas pelos conflitos sociais (MELUCCI, 1989). Contudo, “na realidade histórica, os movimentos sociais sempre existiram e cremos que sempre existirão. Isto porque eles representam forças sociais organizadas que aglutinam as pessoas não como força-tarefa, de ordem numérica, mas como campo de atividades e experimentação social” (GOHN, 2011, p.13-14).

Os movimentos da classe trabalhadora e sindical, por exemplo, são fenômenos característicos da sociedade industrial; por outro lado, os movimentos camponeses, religiosos e nacionalistas existiram durante séculos em diversas partes do mundo (FRANK e FUENTES

1989). As causas de agregação coletiva são diversas, podendo versar sobre moradia, meio ambiente, condições trabalhistas, direitos humanos, gênero, educação, saúde, dentre outros.

Os movimentos sociais como hoje os conhecemos são fruto dessa sociedade industrial. A concentração espacial dessa população marginal nas cidades, sua não-inserção no mercado de trabalho formal, logo, no sistema de produção capitalista, sua precariedade, entre outros fatores, foram motores para o surgimento de movimentos sociais, sindicatos e outras organizações populares, dentre elas, inclusive, os movimentos de luta por moradia.

A definição de movimento social tem sofrido mudanças em virtude das transformações da sociedade. Segundo Lüchamann:

Não foram poucas as mudanças observadas no tratamento do tema do ativismo político-social e das ações coletivas. Mudaram os cenários (não mais a transição democrática, mas o regime representativo, o processo de globalização, a sociedade de informação etc), ampliou-se o leque de atores, temas, objetos e referentes empíricos estudados e, mais que tudo, se diversificaram enormemente as abordagens teóricas assentadas agora em torno de noções como redes de movimentos sociais, sociedade civil, esfera pública, participação, deliberação, cidadania ativa, empoderamento, ações afirmativas, etc (LÜCHAMANN, 2008, p.12).

Para Touraine (2006), em cada tipo de sociedade é necessário distinguir os movimentos sociais propriamente ditos, conforme o poder econômico e social, os conflitos estruturais e aqueles a eles submetidos. As transformações da sociedade em suas diversas perspectivas proporcionam a mutabilidade da definição dos movimentos.

De modo geral, conceituam-se como movimento social as “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas” (GOHN, 2011, p.335). São definidos como “um tipo de ação coletiva orientada para a mudança, em que uma coletividade de pessoas é dirigida, de modo não hierárquico, por um ator social” (MARTELETO, 2001, p.73). Pode-se ainda acrescentar que “eles expressam energias de resistência ao velho que oprime ou de construção do novo que liberte” (GOHN, 2011, p.336). São considerados como alavancas das mudanças sociais (CASTELLS, 2013). Compreendidos, também, como “esforços coletivos de pessoas social e politicamente subordinadas para mudar suas condições de vida” (EPSTEIN, 1995:VII apud GOHN, 2011b, p.92).

São ações de exigências de atendimento às demandas sócio-econômico-política com lutas pela ampliação ou acesso do espaço político. Sejam essas condições objetivas ou subjetivas em face à inoperância ou ausência do Estado.

Os novos movimentos sociais surgem como consequência das contradições geradas na desigualdade na propriedade, na apropriação do produto social e no planejamento produtivo. Embora sejam universais tais contradições, é a partir do seu contexto social específico que os movimentos as enfrentam e associam às carências básicas da população. Seu projeto fundamental é a construção da democracia em dupla perspectiva: institucional e das relações sociais ou “cultura democrática”, a qual depende da capacidade de articulação de um espectro mais amplo de atores sociais e da reconstrução prática da cidadania. É um processo que aponta para a liberdade, para a igualdade, para a autonomia, para a autogestão, para o respeito à vida, para a representação política alternativa pelo próprio movimento, que são valores inerentes à cidadania e à sua conquista e exercício. (MARTELETO, 2001, p. 73)

A existência dos movimentos decorre de dinâmicas sociais a partir da funcionalidade e coexistência do comunitário e do associativo. Os vínculos sociais entre os indivíduos possuem alto grau de mutabilidade e transitoriedade, por isso os autores que analisam redes sociais mencionam com frequência na instabilidade existencial da rede. Isso porque os indivíduos estão sujeitos a inúmeras variáveis que possibilitam a ocorrência de mudanças. Entretanto, a afinidade e consciência de grupo permitirão maior durabilidade da atuação do movimento e existência da rede social mobilizadora e garantirão a permanência da ação.

O pertencimento individual ou a participação e motivação em toda a classe de movimentos sociais possui um forte componente moral e uma preocupação defensiva com a justiça na ordem social mundial. Podemos dizer, então, que movimentos sociais mobilizam seus membros de forma defensiva/ofensiva contra uma injustiça percebida a partir de um sentimento moral compartilhado, tal como foi analisado por Barrington Moore em sua obra *A Injustiça. As Bases Sociais da Obediência e da Revolta*. A moralidade e a justiça/injustiça, tanto no passado como no presente, foram as forças motivacionais e sustentadoras dos movimentos sociais (...) (FRANK e FUENTES 1989, p.25)

De outra forma, existem também, movimentos sociais lastreados pela imposição de seus interesses particularistas, cuja finalidade não é a mudança social emancipatória. São, na verdade, movimentos sectaristas, com ações marcadamente destrutivas e intolerantes.

Não podemos ignorar que existem tipos de movimentos sociais conservadores, muitos deles fundamentados em xenofobias nacionalistas, religiosas, raciais etc. Estes tipos não querem as mudanças sociais emancipatórias, mas impor as mudanças segundo seus interesses particularistas, pela força, utilizando a violência como estratégia principal em suas ações. [...] são movimentos construídos a partir de práticas sectárias, destrutivas e de total negação à ordem social vigente. (GOHN, 2011, p.14)

Tratando-se do bem estar coletivo, do acesso aos direitos sociais, atém-se aos movimentos sociais progressistas, que atuam conforme uma agenda emancipatória, mobilizados no enfrentamento da exclusão e na luta pela inclusão social. Sobre tais movimentos dedica-se esta análise, compreendendo especificamente a questão da moradia urbana. Estes possuem como objeto de luta a privação de acesso à moradia digna e a inclusão

social através do usufruto do espaço urbano de modo igualitário para os que participam do movimento e aos usuários da cidade como um todo.

O que mobiliza é esta privação/opressão/injustiça com respeito a “nós”, de qualquer forma que “nós” nos definamos ou nos percebamos. Então, cada movimento social serve não só para lutar contra a privação, mas, ao fazê-lo, também (re) afirma a identidade das pessoas ativas no movimento e talvez também a daqueles “nós” pelos quais o movimento atua (FRANK e FUENTES 1989, p.25).

As ações concretas dos movimentos podem ser distintas, variando “da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas.” (GOHN, 2011, p.335). Os movimentos são agentes de transformação social, tem aparição espontânea, possuem atuação mutável, adaptável e cíclica (FRANK e FUENTES, 1989; GOHN, 2012). A maioria deles busca a autonomia do poder do Estado:

Os movimentos sociais são cíclicos em dois sentidos. Em primeiro lugar, respondem às circunstâncias, que variam segundo as flutuações e os ciclos políticos, econômicos e, talvez, ideológicos. Em segundo lugar, os movimentos sociais tendem a ter ciclos de vida próprios. Os movimentos como tais, assim como seus membros, sua mobilização e sua força tendem a ser cíclicos, já que mobilizam as pessoas em resposta a (principalmente contra e em menor grau a favor de) circunstâncias que, em si mesmas, são de caráter cíclico. (FRANK e FUENTES, 1989, p.25)

Na análise de Castells (2013) os movimentos surgem da combinação da mobilização emocional e da indignação:

Mas movimentos sociais não nascem apenas da pobreza ou do desespero político. Exigem uma mobilização emocional desencadeada pela indignação que a injustiça gritante provoca, assim como pela esperança de uma possível mudança em função de exemplos de revoltas exitosas em outras partes do mundo, cada qual inspirando a seguinte por meio de imagens e mensagens em rede pela internet. (CASTELLS, 2013, p.154)

A mudança social coletiva seria motivada pelo entusiasmo, a conexão em rede e a superação do medo repressor. Ademais, nas considerações do referido autor, sem movimentos sociais não há transformação. Pois, os mesmos são geradores de mudanças, proporcionando novas dinâmicas organizacionais com expressões individuais e coletivas posicionando frente ao sistema vigente.

A compreensão dos movimentos sociais não está delimitada apenas na definição conceitual. Gohn (2014) e Carlos (2011) apresentam três correntes teóricas dos movimentos sociais que elucidam a prospecção da mobilização e ação coletiva: (1) a histórico-estrutural, (2) a culturalista-identitária e a (3) institucional/ organizacional comportamentalista. Cada uma delas apresenta os motivos para cooptação e ação dos indivíduos.

Conforme a abordagem histórico-estrutural afirma, a forma como a sociedade está organizada é o pré-requisito central para o desenvolvimento da ação coletiva. No entender dos teóricos histórico-estruturais, os movimentos sociais estão associados à luta de classe e são analisados como paradigmas do processo de mudança e transformação social.

A segunda é culturalista-identitária também conhecida como teoria dos novos movimentos sociais. O principal aspecto dessa abordagem é destacar que as novas ações coletivas abriram espaços sociais e culturais, para sujeitos não incluídos na cena pública (GOHN, 2014).

Destarte, há um deslocamento na origem dos conflitos sociais, do sistema econômico-industrial para as áreas culturais, do plano material para o plano simbólico. Os conflitos ‘(...) afetam a identidade pessoal, o tempo e o espaço na vida cotidiana, a motivação e os padrões culturais da ação individual’ (MELUCCI, 1989, p.58 apud ARAUJO, 2010, p.118). A ênfase na cultura é atribuída pelo autor às transformações da sociedade na nova fase do capitalismo, em que prevalece a dominação simbólica através do consumo do discurso produzido e difundido pelos sistemas informacionais e simbólicos, entre os quais se sobressaem os meios de comunicação de massa. (ARAUJO, 2010, p.118)

A terceira corrente, a institucional/ organizacional-comportamentalista, tem enfoque na racionalidade e estratégia da ação, enfatizando o papel central dos recursos econômicos na emergência da ação coletiva (CARLOS, 2011). Segundo Gohn (2014) essa corrente teórica foi revisada substituindo a centralidade atribuída à mobilização de recursos econômicos e organizacionais pela dimensão política e cultural do movimento social, com ênfase no papel do contexto político-institucional na emergência da ação coletiva. Sendo denominada também como teoria do processo político “os trabalhos que se destacam nesta fase são de Cohen (1985) e Gamson (1975) e dois outros que foram publicados nos anos de 1990: Morris e Mueller (1992) e Tarrow (1994). Este último influenciará, no novo século, vários analistas do Brasil e da Argentina na análise das novas ações coletivas locais” (GOHN, 2014, p. 33).

A teoria do processo político enfatiza as interações dos movimentos sociais e o ambiente onde atuam, considerando como relevante o contexto social e político. Nessa corrente teórica as mudanças estruturais da sociedade constituem a explicação da mobilização coletiva.

A partir dessa análise, a teoria do processo político desdobra-se na teoria do confronto político. Tarrow (2009) utiliza essa expressão no lugar da tríade movimentos sociais – revoluções – ação coletiva, com intuito de enfatizar o caráter reivindicatório vinculado a outros interesses (e em virtude disso, o confronto); e que, pelo menos um grupo da interação seja um governo.

A teoria do confronto político “tem início quando, de forma coletiva, as pessoas fazem reivindicações a outras pessoas, cujos interesses seriam afetados se elas fossem atendidas” (TARROW, 2009, p.12). As reflexões da teoria do processo político serão consideradas para compreender a relevância dos movimentos sociais para o provimento habitacional. Vez que, a questão da moradia explicita as “ambiguidades e contradições de atuar num contexto que ao mesmo tempo em que amplia as chances dos movimentos interagir e desafiar, o sistema político impõe escolhas novas e dilemáticas” (KOWARICK e MARQUES, 2011, p.235).

Lago (2012) caracteriza a participação dos movimentos sociais nos programas habitacionais como produto de um ciclo de confronto, começando pela mobilização, até suas formas de desmobilização e convencionalização.

Entendo “ciclo de confronto” como uma fase de conflito acentuado que atravessa um sistema social: com uma rápida difusão da ação coletiva de setores mais mobilizados para outros menos mobilizados; com um ritmo rápido na inovação das formas de confronto; com a criação de quadros interpretativos de ação coletiva, novos ou transformados; com uma combinação da participação organizada e não-organizada; e com consequência de fluxos intensificados de informação e de interação entre desafiantes e autoridades. Esse confronto (...) produz externalidades que dão aos desafiantes ao menos uma vantagem temporária e permite que superem a fraqueza na sua base de recursos. Ele exige que o Estado monte amplas estratégias de reação que são ou repressivas ou facilitadoras, ou uma combinação de ambas. Ele produz resultados gerais que são mais do que a soma dos resultados de um agregado de eventos desconectados. (TARROW, 2009, p.182 apud LAGO, 2012, p.52 e 53).

Nesse ciclo de confronto, a mobilização é a incorporação de reivindicações ou propostas de um movimento por outro. Compreendido como a absorção de vários movimentos em torno de uma causa única. No passo seguinte, as conexões entre atores organizados contra o Estado são fortalecidas. Porém, em mobilizações tão abrangentes criadas em torno destas conexões, polariza-se internamente os movimentos. Em conseguinte, verifica-se a divisão das grandes organizações em grupos menores, de modo especial quando algum setor passa a pregar mudanças ou ações mais radicais, ou seja, a desmobilização. O fim do ciclo se encontra na institucionalização, “provocada pelo abandono temporário (ou definitivo) do embate político em detrimento da cooperação com o Estado” (LAGO, 2012, p.59).

2.2 Movimentos sociais pela moradia no Brasil

No Brasil os movimentos sociais centrados nas questões urbanas surgiram nos anos 1960, com as propostas de Reforma de Base no Governo João Goulart. Entretanto, com o Golpe Militar em 1964, as reivindicações e propostas foram inviabilizadas. Nos anos

seguintes, as crises econômicas e sociais tornaram o Regime insustentável, e no vácuo de Estado e Mercado surge a conjuntura propícia para o protagonismo político-social dos movimentos sociais:

Os temas da reforma urbana reapareceriam nos anos 1970 e 1980, numa época de abertura lenta e gradual, em que os movimentos sociais aos poucos ganhavam mais visibilidade e relevância política, e eram capazes de construir um discurso e uma prática social marcados pela autonomia. As suas reivindicações eram apresentadas como direitos, com o objetivo de reverter as desigualdades sociais com base em uma nova ética social, que trazia como dimensão importante a politização da questão urbana, compreendida como elemento fundamental para o processo de democratização da sociedade brasileira. (SAULE JR, 2010, p. 259)

No final da década de 1970 emergiram movimentos de trabalhadores urbanos, inicialmente formados pelos núcleos sindicais. No cenário das lutas sociais, os movimentos pela moradia tornaram-se um dos fatores fundamentais no enfrentamento da questão urbana (CARVALHO, 2010). Dada à inacessibilidade de meios para obtê-la, tornou-se a causa mais popular nas grandes cidades (GOHN, 2010).

A rede de articulações sociopolíticas era composta de intelectuais e trabalhadores, que militavam e militam no tema urbano. Credita-se à adesão aos movimentos a intensa instabilidade econômica enfrentada:

A crise econômica mundial, especificamente reduziu a confiança popular no Estado nacional e em suas instituições políticas tradicionais como defensoras e promotoras dos interesses do povo.[...] Portanto, durante esta crise, em quase nenhuma parte é o “poder do Estado” um desiderato ou instrumento adequado para satisfazer as necessidades populares. Por isso, as pessoas, em todos os lugares – embora de formas distintas – buscam avançar, ou pelo menos proteção ou afirmação ou liberdade, por meio de múltiplos movimentos sociais não-estatais que, desta forma, buscam reorganizar a vida social e redefinir a vida política (FRANK e FUENTES, 1989, p.29).

Aos poucos os movimentos populares não reivindicavam ao Estado apenas a moradia, mas buscavam a participação em todos os passos necessários à produção (BONDUKI, 1986). A população, como sujeito na definição e implantação da política habitacional, pode ser considerada como “a grande conquista desses movimentos, nascidos a partir da base e de necessidades concretas, no bojo do ressurgimento dos movimentos populares no período final da Ditadura” (CARVALHO, 2010, p. 23).

Algumas dessas mobilizações tinham o apoio da Igreja Católica, de profissionais e entidades comprometidas ou de outros movimentos populares (CARVALHO, 2010; GOHN, 2010). Destacam-se, dentre eles, a União Nacional por Moradia Popular – UNMP – e o Fórum Nacional de Reforma Urbana – FNRU. A UNMP iniciou com uma ampla mobilização

na cidade de São Paulo, chamando a atenção para a necessidade de implementação de um projeto de habitação (GOHN, 2010).

A União Nacional por Moradia Popular é uma articulação de movimentos de moradia organizada em 22 estados brasileiros, que tem em seus princípios, a organização de base e a autogestão na habitação. Está presente no Conselho Nacional das Cidades e no Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. O Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU) reúne movimentos populares, associações de classe, ONGs e instituições de pesquisa e tem na questão do direito à cidade seu maior foco. (LAGO, 2012, p.19)

Ademais, esses movimentos se associaram ao movimento da reforma urbana, propondo a elaboração da Emenda Popular da Reforma Urbana no processo constituinte, intervindo através de mobilizações e pressões populares (CARVALHO, 2010). O Movimento Nacional de Luta por Moradia – MNLM, a União Nacional por Moradia Popular – UNMP, a Confederação Nacional de Associações de Moradores – CONAM, e a Central dos Movimentos Populares – CMP tornaram-se referências de movimentos populares nacionais ligados à questão da moradia.

As expectativas de transformação do espaço urbano a partir do diálogo do Poder Público com a população, consolidados no texto da constituição, instituíram nova perspectiva na política urbana.

Em meados dos anos 1990, os movimentos sociais populares de luta pela moradia perderam a visibilidade. Para Gohn (2011b) isso foi causado pela diminuição das formas de protesto nas ruas, e, conseqüentemente, diminuíram a visibilidade na mídia. Kowarick e Marques (2011) atribuem esse enfraquecimento, e até mesmo a desmobilização, à exigibilidade de institucionalização dos movimentos e a normalização de formas de ação coletiva, altamente visíveis na transição democrática.

A institucionalização debilita os movimentos sociais e o poder político do Estado os nega. Os movimentos sociais requerem uma organização flexível, adaptativa e não-autoritária que dirija o poder social na busca de metas sociais, as quais não podem ser alcançadas só por meio da espontaneidade fortuita. Mas esta organização flexível não tem de necessariamente implicar a institucionalização, que limita e restringe o poder social destes movimentos. (FRANK e FUENTES, 1989, p.27).

Até mesmo no debate acadêmico, onde os movimentos sociais ocuparam posição privilegiada nas análises sociológicas, verificou-se “misterioso sumiço” no período citado (KOWARICK e MARQUES, 2011, p.253).

No sentido inverso, no Uruguai nos anos 1960 e 1970 um aglomerado de associações e cooperativas habitacionais, formou uma federação habitacional, a *Federación Uruguaya de*

Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua – FUCVAM. Ela representa legalmente as cooperativas associadas perante as instituições públicas e privadas, podendo estabelecer relações contratuais em todos os níveis de governo (GALIZA, 2015).

Imbuídos no propósito de melhorar o atendimento da demanda habitacional no país, a FUCVAM passou a atuar com mais abrangência no enfrentamento da desigualdade, defendendo a implantação de um amplo programa de desenvolvimento social. Assegurando como bandeira de luta: “*no mas vivienda sin gente, ni gente sin vivienda*”⁹.

A atuação da FUCVAM, ainda em vigência, tornou-se tão abrangente no enfrentamento do acesso à moradia que tem sido interpretada como a transformação de uma instituição em um movimento social (SILVA, 2009). O cooperativismo habitacional no Uruguai dificilmente teria sobrevivido sem a ação dessa federação (BARAVELLI, 2006). Ou seja, uma instituição que se tornou um movimento social.

A lei uruguaia possibilita que os sócios cooperados tenham o direito de uso e gozo da posse, e os classifica como usuários; quem dispõe da propriedade, conforme sua vontade, podendo vender ou locar, classifica-se como proprietário (BORONAT, 1992). Os usuários da moradia, integrantes da FUCVAM dispõe apenas da posse, a propriedade é da unidade cooperativa ou cooperativa matriz. A atuação contínua e veemente das cooperativas tem sido possível em virtude do tratamento atribuído à moradia. As unidades habitacionais não são tratadas como mercadorias, mas como direito no qual deve ser usufruído. Também, atribui-se a esse princípio à continuidade da atuação da FUCVAM.

Nos primeiros anos do século XXI, outros movimentos de luta urbana reassumiram o protagonismo político-social no Brasil.

Alguns exemplos ilustram essa forma de organização, incluindo vários setores de participantes: a Marcha Nacional pela Reforma Agrária, de Goiânia a Brasília (maio de 2005), foi organizada por articulações de base como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Grito dos Excluídos e o próprio MST e por outras, transnacionais, como a Via Campesina. Também se realizaram articulações com universidades, comunidades, igrejas, através do encaminhamento de debates prévios à marcha. A Parada do Orgulho Gay tem aumentado expressivamente a cada ano, desde seu início em 1995 no Rio de Janeiro, fortalecendo-se através de redes nacionais, como a ABGLT, de grupos locais e simpatizantes. A Marcha da Reforma Urbana, em Brasília (outubro de 2005), resultou não só da articulação de organizações de base urbana (Sem Teto e outras), mas também de uma integração mais ampla com a Plataforma Brasileira de Ação Global contra a Pobreza. A Marcha Mundial das Mulheres tem sido integrada por organizações civis de todos os continentes (SCHERER-WARREN, 2006, p. 112).

⁹“não mais habitação sem gente, nem gente sem habitação.” [tradução da autora].

Além disso, foi criada a CMS, Coordenação dos Movimentos Sociais. Agregando diversos movimentos sociais na questão da moradia (GOHN, 2010). Buscando a autonomia política como mecanismo de empoderamento frente a injustiça e opressão, objetivando a recuperação de direitos.

A autonomia é aqui compreendida, de forma muito preliminar, como a capacidade de determinado ator de estabelecer relações com outros atores (aliados, apoiadores e antagonistas) a partir de uma liberdade ou independência moral que lhe permita codefinir as formas, as regras e os objetivos da interação, a partir dos seus interesses e valores. Por essa chave, a autonomia não pressupõe ausência de relação, mas a disposição e a capacidade de participar com o outro sem perder certa “distância crítica” que permite colocar a própria relação como objeto de reflexão (KOWARICK e MARQUES, 2011, p. 236).

Além da autonomia política, os movimentos populares pela moradia reivindicam a autogestão. À medida que a autonomia está atrelada a independência política e moral dos movimentos sociais, a autogestão corresponde à possibilidade privativa da administração dos recursos destinados à causa.

A autogestão na habitação corresponde a ações em que a produção habitacional ou a urbanização de uma área se dá através do controle da gestão dos recursos públicos e da obra pelos movimentos populares, associações e cooperativas. É a própria comunidade gerindo o processo da produção da solução de sua habitação. Falamos do controle em todas as etapas, desde a definição do terreno, do projeto, da equipe técnica que os acompanhará, da forma de construção, compra de materiais, contratação de mão de obra, organização do mutirão, prestação de contas e organização da vida comunitária. Na autogestão, verifica-se a *‘a criação de uma alternativa de gestão e organização popular, sendo as decisões tomadas autonomamente pela associação que congrega os participantes daquele mutirão, a qual gerencia todo o processo de construção’* (BONDUKI, 1992 apud LAGO, 2012, p.21). Essa forma de atuação consiste não apenas na construção de moradias ou urbanização, mas da construção da vida comunitária e da busca por qualidade de vida de grupos organizados a partir de movimentos populares (LAGO, 2012, p.21).

Os primeiros municípios que experimentaram a autogestão na habitação de interesse social foram São Paulo, Diadema e Santo André, no Estado de São Paulo; e Ipatinga, no Estado de Minas Gerais (LAGO, 2012). Essas experiências foram financiadas pelos governos municipais ou estaduais, desenvolvidas através de mutirões.

A participação dos movimentos sociais através das associações e cooperativas na política habitacional ainda é resultado de lutas e pressões. Programas habitacionais como Programa de Arrendamento Residencial – PAR – permitiram a participação das cooperativas, no entanto, não abrangia a autogestão. Outros programas como: Programa Crédito Solidário - PCS, e o Programa Minha Casa Minha Vida –MCMV – também ocuparam os debates entre movimentos sociais e Poder Público (LAGO, 2012). Embora não representem um percentual

tão expressivo na política habitacional, os movimentos sociais continuam apresentando propostas para ampliar a participação e autogestão nos programas habitacionais (Tabela 8).

Tabela 8 – Unidades Habitacionais (U.H.) no PCS e MCMV-E

Ano	U.H. - PCS	U. H. MCMV-E	Total de Unidades habitacionais
2005	1.117		1.117
2006	4.376		4.376
2007	5.208		5.208
2008	7.839		7.839
2009	1.540	309	1.849
2010	40	7.564	7.604
2011	50	1.522	1.572
Total	20.170	9.395	29.565

Fonte: Caixa Econômica Federal; Elaboração: LAGO, 2012.

Verifica-se que, o maior volume de unidades habitacionais concluídas concentra-se em 2008 e 2010. Os períodos coincidem com os anos seguintes ao início de programas de infraestrutura urbana na política nacional. Em 2007 foi criado o PAC, que estimulou o investimento privado e a ampliou os investimentos públicos em infraestrutura, por meio da desoneração fiscal de produtos na indústria da construção. Em 2009 foi criado o programa MCMV, estimulando a indústria de base, a contratação de mão-de-obra e a circulação de crédito. Embora o PCS tenha concluído mais unidades habitacionais que o MCMV-E, este último tornou-se mais notório, tendo em vista a abrangência do Programa e suas metas. O Programa Crédito Solidário é aplicado para as famílias agrupadas por uma cooperativa, associação ou entidade privada sem fins lucrativos, a fim de que possam utilizar o Fundo de Desenvolvimento Social – FDS – para compra ou reforma da casa própria. Em contrapartida, o Programa Minha Casa Minha Vida possui um atendimento mais amplo, possibilitando o acesso por diferentes segmentos de renda, podendo ser agrupados em entidades civis (MCMV-E) ou representados pelo Poder Público Municipal (MCMV-FAR) para a habitação de interesse social.

As diferenças mais marcantes entre os Programas Crédito Solidário e Minha Casa Minha Vida Entidades estão na forma de financiamento de cada um deles. Apesar de ambos estarem abrigados no Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), a origem de seus recursos e a forma de concessão de financiamento são totalmente distintos. O PCS tem como recurso os próprios depósitos do FDS e o MCMV-E é baseado em recursos do Orçamento Geral da União repassados ao FDS, através da Lei 11.977/2009. (LAGO, 2012, p.29 e 30)

Outro fator relevante apresentado por Lago (2012) revela a continuidade da articulação e a concentração espacial dos movimentos sociais no território nacional. Dentre os estados da

federação que mais receberam recursos do PCS estão Rio Grande do Sul; Santa Catarina; Goiás; São Paulo; Mato Grosso do Sul; Minas Gerais; e Maranhão. Os recursos oriundos do MCMV-E, a maior parte foi destinada aos estados de Goiás, São Paulo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais.

Segundo Kowarick e Marques (2011) o movimento de moradia é considerado o principal movimento popular na cidade de São Paulo. Entretanto, é um movimento muito fragmentado internamente. As divergências de atuação e posicionamento político ocasionam dissensões e assim surgem novos agrupamentos do mesmo modelo de movimento. Ainda que a incorporação das reivindicações seja latente, a desmobilização é verificável.

Outro aspecto é a disputa pelo acesso ao Estado e aos recursos públicos; fazendo com que a identidade do movimento seja mais definida a partir da sua relação com as instâncias estatais-administrativas, do que com a localização societária.

Em qualquer caso, a participação é o que irá garantir a eficácia da ação. Muitas vezes o que chamamos de "militante" é na verdade um cliente, para o qual a participação é o preço que se paga pelo acesso a um bem. No geral, a inclusão da família na lista dos beneficiários segue os critérios dos movimentos, que costumam premiar aqueles que têm participação mais ativa nas assembleias, nos atos e ocupações promovidos pelo movimento (KOWARICK e MARQUES, 2011, p. 240).

Essa institucionalização dos movimentos sociais proporciona uma linha tênue, talvez imperceptível, entre a organização do movimento pela moradia e os aspectos da burocratização para a participação e acesso aos programas habitacionais. Os movimentos passam a disputar entre si o acesso ao crédito habitacional, e entre seus participantes é construída uma clientela dos menos favorecidos e mais atuantes para o acesso aos programas habitacionais. Transformando o movimento em uma modalidade mercadológica, com conveniências e interesses. A articulação e independência dos movimentos sociais são desconstruídas "nos jogos labirínticos da política" (KOWARICK e MARQUES, 2011, p. 240).

Em garantia da sobrevivência dos movimentos sociais é necessário cada vez mais defender o caráter emancipatório de suas ações, bem como a autonomia política e a possibilidade de autogestão dos recursos financeiros obtidos.

A proposta desta análise concentra-se nas redes de articulação dos participantes dos movimentos sociais. As relações lineares, não hierárquicas, a organização interna e a articulação dos indivíduos é a maneira prática de como se manifesta os movimentos sociais; é cediço que existam vazios para serem pesquisados nesse eixo temático (GOHN, 2011).

A abordagem aqui definida infere que o contexto social e político acarretam na mobilização coletiva, a teoria do processo político de Tarrow. Além disso, compreende-se que no plano individual a insurgência do movimento social não surge de uma estratégia política, mas das motivações particulares dos participantes (CASTELLS, 2013).

A análise de redes pode ser aplicada no estudo de diferentes situações e questões sociais. Esta representação das redes humanas permite perceber como uma rede de muitas unidades é capaz de originar uma nova ordem, que não pode ser entendida apenas por suas unidades individuais. Porém, no interior do todo, a rede não deixa de ser uma ligação de fios individuais onde cada um constitui uma unidade em si, único em forma e posição (MARTELETO, 2001, p. 79).

Nesse caminho analítico, são as relações preexistentes, nas quais possibilitaram a agregação dos indivíduos em torno de uma questão social, que poderão resultar em redes sociais amplas, articuladas, cujo apoio é recíproco e menos conflitante. Partindo desse pressuposto, objetiva-se analisar as redes de suporte social após a articulação dos indivíduos nos movimentos sociais pela moradia e a obtenção da unidade habitacional através do MCMV-E.

3. MINHA CASA MINHA VIDA EM TABOÃO DA SERRA-SP

3.1 Material e métodos

A pesquisa constituiu de uma análise exploratória descritiva centrada na rede de suporte social dos indivíduos, para conhecer as características das redes da população alvo e perceber como as variáveis se relacionam. Para este estudo foi examinada uma amostra não probabilística intencional. Os indivíduos entrevistados foram intencionalmente escolhidos para garantirem a amplitude da representação das variáveis (LEVIN, 2004).

O tamanho da amostra foi definido considerando o tamanho do universo estudado, o nível de confiança e o nível de significância. Esse número é o resultado obtido do uso da fórmula do Teorema do Limite Central:

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1-p)}{(N-1) \cdot e^2 + Z^2 \cdot p \cdot (1-p)}$$

Em que n é o tamanho da amostra que se busca definir. O tamanho do universo analisado é representado por N ; nesta análise a população escolhida totaliza 544 unidades habitacionais. A variável Z representa o desvio do valor médio para alcançar o nível de confiança. Atribuiu-se a essa análise o nível de confiança de aproximadamente 95%, deste modo $Z=1,96$. Esse valor é dado pela forma da distribuição de Gauss (LEVIN, 2004).

O nível de significância é expresso pela variável e . É a margem de erro admitida na amostra, cujo valor é 0,05 (5%). E, por fim, a proporção de respostas representada pela variável p . Os integrantes da população alvo têm duas possibilidades de resposta: podem aceitar participar da entrevista ou se recusarem. Usa-se $p=50\%$, tendo em vista o percentual de possibilidades de anuência na participação da pesquisa (LEVIN, 2004). Deste modo, o resultado aproximado de $n = 200$, constituída por 100 moradores das modalidades do MCMV analisadas (Entidade e FAR).

Estes são os motivos que nos levaram a trabalhar com uma amostra de 200 domicílios. Garantindo maior representação e cobertura das informações. Mapeia-se, assim, a heterogeneidade de domicílios, de características de seus moradores e, logo, de suas redes sociais.

A análise considerou a caracterização da rede pessoal, egocêntrica, em relações específicas de colaboração em domicílios de interesse social. Analisando a rede quanto ao tamanho e composição da rede; quanto à reciprocidade e à relação de vizinhança. A estrutura

organizacional social analisada são as relações decorrentes da habitação, especificamente as redes de suporte social, conforme definição de Guadalupe (2009).

A definição aqui admitida para domicílio é o local estruturalmente separado e independente que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas (IBGE, 2010). A pesquisa valeu-se desse conceito sintético para unificar o entendimento de acordo com as fontes secundários de dados que dele se utiliza IBGE, PNAD, FJP, IPEA, etc. A habitação de interesse social é o provimento habitacional subsidiado ou oferecido pelo Estado àqueles que possuem menor renda (BRASIL, 2005)¹⁰.

Considerou-se como estrutura de rede o domicílio inserido em Condomínios do MCMV-E e FAR, analisando as relações de suporte social a partir da vizinhança. É relevante considerar que:

Proximidade e contato entre vizinhos são as bases para a mais simples e elementar forma de associação com que lidamos na organização da vida cidadina. [...] Na organização social e política da cidade, é ela a menor unidade local. Seguramente um dos mais notáveis de todos os fatos sociais é que, remontando a eras imemoriais, devesse existir esse entendimento instintivo de que o homem que estabelece seu lar a seu lado começa a fazer jus ao seu senso de camaradagem. [...] A vizinhança existe sem organização formal. A sociedade de aperfeiçoamento local é uma estrutura erigida nas bases da organização de vizinhança espontânea e existe com o propósito de dar expressão ao sentimento local face a assuntos de interesse local (PARK, 1967, p.30)

Sobre a relação de vizinhança ainda destacamos que os indivíduos integrantes dessas unidades de domicílio, não escolheram o lugar em virtude da vizinhança instalada. Todos foram acomodados nas unidades no mesmo período e não foram atraídos pela composição dos membros da localidade. Em outras palavras, há um convívio “forçado” ou, ao menos, não-natural, que pode influenciar o apoio social dessas populações através da emergência de conflitos.

A habitação de interesse social constitui-se como objeto desta análise considerando as informações obtidas por institutos de pesquisa. Tais asseguram que as famílias com renda mensal inferior a três salários mínimos constituem a maior parcela do déficit de moradias e infraestrutura das cidades brasileiras (BRASIL, 2004; FJP, 2014; IPEA, 2016).

¹⁰ A Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – PNDU – e o Plano Nacional de Habitação – PlanHab – consideram população de menor renda as famílias com renda mensal inferior a três salários mínimos (BRASIL, 2004; 2005).

Elege-se o programa de habitação Minha Casa Minha Vida, tendo em vista a indubitável relevância e abrangência territorial no período de 2009 a 2016¹¹, o mais recente e notório programa habitacional. Ademais, foi o maior programa habitacional que incluía a participação de movimentos sociais, através das cooperativas e associações no modelo autogestão em prol da moradia. Ainda que timidamente outros programas permitissem a participação de entidades na forma cooperada, o MCMV foi, até então, o primeiro que se destacou pela dimensão da quantidade de unidades construídas e pelos recursos utilizados para habitação.

Infere-se que o cooperativismo centrado na realidade social e estruturado em movimentos populares resulta em redes sociais de suporte amplas, densas, integradas e menos conflitantes. Para que fosse possível constatar a assertiva foi necessário considerar também outra modalidade não cooperativada, destinada ao público socioeconômico semelhante. A análise buscou traçar um comparativo entre as redes sociais de suporte cooperativadas e redes sociais de suporte não-cooperativadas.

3.2 Procedimentos para a escolha do município

A definição da amostra desta análise decorreu a partir dos dados da Secretaria Nacional de Habitação- SNH, vinculada ao Ministério das Cidades. Para a participação no Minha Casa Minha Vida-Entidades (MCMV-E) as associações ou cooperativas, inicialmente, precisavam ser habilitadas pelo Ministério das Cidades, que analisava as propostas encaminhadas. O MCMV-E tinha como objetivo atender às necessidades de habitação da população de baixa renda nas áreas urbanas, financiado com os recursos do Orçamento Geral da União - OGU, depositados ao FDS – Fundo de Desenvolvimento Social.

Foram 882 entidades habilitadas entre 2010 e 2012, de acordo com as Portarias nº 105/2010, nº191/2011 e nº 291/2012 do Ministério das Cidades (BRASIL, 2010; 2011; 2012). O período selecionado abrange a primeira fase e o início da segunda fase do programa habitacional. Buscou-se com a especificidade deste período, unidades ocupadas, por pelo menos dois anos, contados até a coleta de dados. Desta forma, as unidades precisariam ter sido construídas e entregues até 2014. A instituição financeira tem como prática contratual considerar como tempo hábil para a construção entre dezoito a vinte e quatro meses.

¹¹ Conforme mencionado anteriormente, o MCMV ainda vigora, contudo, desde o segundo semestre de 2016 não há recursos destinados para a faixa 1, em nenhuma modalidade.

Considerando o tempo de construção e ocupação das unidades, o lapso temporal 2009 a 2012 contemplou as nuances da pesquisa.

A habilitação da entidade era pré-requisito para apresentação da proposta habitacional junto à instituição financeira; não representava a garantia de aprovação e contratação da proposta pretendida. A quantidade de unidades entregues do MCMV-E compreendeu um número menor do que as propostas contratadas. Em todo o país, no período de 2009 a 2014, 165 (cento e sessenta e cinco) propostas foram contratadas, no entanto, apenas 70 (setenta) entidades conseguiram efetuar a entrega das unidades habitacionais. (Tabela 9).

Tabela 9. Programa Minha Casa, Minha Vida - Fases 1 e 2 – Brasil

Faixa	Modalidade	Número de Unidades Contratadas	Número de Unidades Concluídas	Número de Unidades Entregues	Valor Contratado (R\$)
	Entidades	53.882	29.909	7.818	1.160.648.271,14
	FAR	1.273.186	942.690	824.236	69.735.301.501,22
1	FAR – Urban.	48.757	29.280	20.956	3.045.286.855,02
	Oferta Publica	166.865	99.843	86.611	3.373.557.000,00
	Rural	166.656	114.782	113.800	4.346.147.738,10
2	CCFGTS	1.592.105	1.468.137	1.367.156	126.449.337.632,71
3	CCFGTS	453.677	310.122	210.055	35.749.463.240,18
	Total	3.755.128	2.994.763	2.630.632	243.859.742.238,37

Fonte: Banco de dados Instituições/Agentes Financeiros; Elaboração: Ministério das Cidades 2016.

Os motivos da discrepância do número de unidades contratadas e o número de unidades entregues não são expostos pelo Ministério das Cidades, tampouco pela Instituição Financeira.

A FJP apresenta quatro categorias de renda para a identificação do déficit: até três salários; mais de três a cinco salários; mais de cinco a dez salários; e mais de dez salários. Essa classificação indicou que, até 2009, 90,1% do déficit habitacional urbano concentrava-se na categoria até três salários mínimos. Esse índice, na Região Sudeste, representou 86,4% da composição do déficit habitacional. Com base nessas informações foi possível assegurar que o Estado de São Paulo representa a maior demanda habitacional para a faixa de renda até três salários mínimos. Dado os valores absolutos da deficiência habitacional paulista, especialmente da Região Metropolitana de São Paulo, parece caso relevante a investigação de empreendimentos habitacionais situados no Estado de São Paulo. Nesse sentido, este é um dos motivos de sua eleição:

Estando às portas dos anos 10 do Século XXI, a Região Metropolitana de São Paulo torna-se local cada vez mais privilegiado para análises e estudos específicos acerca de sua dinâmica demográfica. Sua formação territorial, ocupação e alocação de expressivos contingentes populacionais sempre estiveram associados ao seu papel como dinamizador das atividades econômicas do país e do estado, desde o início do Século XIX. (KOWARICK e MARQUES, 2011, p. 53).

Ademais, além do crescimento populacional incontrolável e explosivo, do dinamismo econômico e da maior concentração metropolitana do país, a Região Metropolitana de São Paulo é marcadamente caracterizada por volumosos fluxos migratórios de pobreza (KOWARICK e MARQUES, 2011).

De acordo com os dados do Ministério das Cidades, nas fases 1 e 2 do MCMV, no Estado de São Paulo, os seguintes municípios contrataram e concluíram as unidades do MCMV-E, entre 2009 e 2014: Campinas; Guarulhos; Itaquaquecetuba; São João da Boa Vista; e Taboão da Serra (Tabela 10).

Tabela 10. Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades em São Paulo – Fases 1 e 2

Município	Entidade	CNPJ	Unidades Contratadas	Unidades Concluídas
Campinas	COOP ARARAS	51044378000128	110	110
Guarulhos	SOC MORADIA	00085489000141	218	218
Itaquaquecetuba	CCECA	02862089000120	1.438	298
S.J. da Boa Vista	ASCSJ	01194920000150	79	79
S. J. da Boa Vista	JD DAS AZAL	11190209000181	117	117
Taboão da Serra	AMAENM	07367387000168	384	384

Fonte: Banco de dados Instituições/Agentes Financeiros – Ministério das Cidades 2016.(Adaptado)

Para esta análise, era necessário que o município também fosse contemplado com o MCMV-FAR, a fim de que fosse realizado o comparativo entre as duas modalidades. Desse modo, em São Paulo, somente Campinas, Guarulhos, São João da Boa Vista e Taboão da Serra receberam, nas fases 1 e 2, unidades nas duas modalidades (Tabela 11)

Tabela 11. Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades – Unidades

Município	Modalidade	Unidades Contratadas	Unidades Concluídas
Campinas	Entidades	110	110
Campinas	FAR	8.310	8.289
Guarulhos	Entidades	218	218
Guarulhos	FAR	7.328	4.499
São João da Boa Vista	Entidades	196	196
São João da Boa Vista	FAR	926	926
Taboão da Serra	Entidades	384	384
Taboão da Serra	FAR	160	160

Fonte: Banco de dados Instituições/Agentes Financeiros – Ministério das Cidades 2016 (grifo nosso)

Dentre os municípios que apresentaram as duas modalidades contratadas, Taboão da Serra apresentou situação atípica. O número de unidades da modalidade MCMV-E é superior ao MCMV-FAR, o que se configurou como interessante estudo de caso.

Taboão da Serra está situada no Estado de São Paulo (Figura 10) e integra a Região Metropolitana da capital. O Município era subdistrito de Itapeverica da Serra antes de ser emancipado em 1959 (IBGE, 2010); está situado a oeste da cidade de São Paulo, próximo às regiões de valorização imobiliária, como Morumbi, Vila Suzana, Vila Andrade e Itaim.

Figura 10. Mapa do Brasil – São Paulo em destaque



Fonte: Elaboração própria a partir de base cartográfica do IBGE (2017)

A Região Metropolitana de São Paulo constitui área de maior volume populacional do país, e ainda se estabelece como região de maior dinamismo migratório. O tamanho da população, conseqüentemente, influi nas demandas sociais, tais como moradia, segurança, saúde, educação, entre outros. O modelo metropolitano tende a priorizar as áreas centrais (o município polo) em detrimento das áreas periféricas. Desse modo, a ocupação irregular e informal, e toda a demanda social pertinente, se acentua nos municípios limítrofes. Como afirma Ribeiro:

Como a riqueza continua concentrada nos municípios polos, pode-se concluir que uma das principais características da dinâmica socioterritorial das regiões metropolitanas brasileiras é a existência de forte pressão pela ocupação das áreas centrais como condição de acesso à renda para vastos segmentos de trabalhadores subempregados (RIBEIRO, 2006, p.223)

A proximidade com a capital do Estado fez com que Taboão da Serra absorvesse as demandas sociais do entorno (Figura 11). As ocupações irregulares e o crescimento das favelas em Taboão da Serra são perceptíveis, apresentando os piores indicadores de abastecimento de água e esgotamento sanitário da Região Metropolitana (KOWARICK e MARQUES, 2011).

Figura 11. Região Metropolitana de São Paulo – Taboão da Serra em destaque



Fonte: Elaboração própria a partir de base cartográfica do IBGE (2017)

O Plano Diretor do Município instituiu como objetivo a regulação do parcelamento, uso e ocupação do solo, a fim de estruturar a cidade. A lei municipal, aprovada em 26 de dezembro de 2006, estabelecia como meta regularizar as edificações irregulares existentes no prazo de 180 dias, a partir da publicação da lei (TABOÃO DA SERRA, 2006). Contudo, a meta não logrou êxito no prazo estipulado, e através das Leis Complementares nº 164/2008 e nº 290/2012, novos prazos foram estabelecidos. Novamente, os prazos não foram cumpridos diante da quantidade de edificações irregulares. Sendo assim, o Município, em parceria com o

Governo Estadual, estabeleceu uma ação continuada com o Programa Cidade Legal, para a regularização fundiária.

Taboão da Serra não possui população rural. Sua estrutura econômica está lastreada majoritariamente na indústria e comércio. Possui população estimada de 260mil habitantes (IBGE, 2010) e 20 km², com densidade demográfica de aproximadamente 13mil habitantes/km², o que resulta na intensa verticalização da área.

A entidade responsável pelo MCMV-E em Taboão da Serra é a Associação de Moradores Esperança de um Novo Milênio – AMENM. A associação é composta pelos integrantes de dois movimentos sociais de habitação, o Movimento de Trabalhadores Sem Teto – MTST – e o Movimento dos Sem Teto de Taboão da Serra – MST-Taboão. Para que os movimentos sociais tenham acesso ao programa MCMV é necessário que o mesmo esteja institucionalizado por meio de uma associação ou cooperativa.

O programa MCMV possui cinco produtos para atendimento do faixa 1: entidades; FAR; FAR-urbanização; oferta pública; e rural. Dentre eles, o MCMV-Entidades e MCMV-FAR são as duas modalidades que mais se assemelham quanto à renda, localização e valores do imóvel. Por isso, para grupo de controle da análise realizado no MCMV-E, tem-se outra modalidade do programa habitacional que atende ao mesmo perfil socioeconômico, o MCMV-FAR. Ademais, em Taboão da Serra, para a faixa 1 foram oferecidas apenas essas duas modalidades e como nos demais municípios brasileiros, o MCMV-FAR foi inicialmente gerido pelo Poder Público municipal, coube ao município selecionar quais seriam os moradores das unidades construídas.

Os dados provêm de *survey* interseccional, colhidos em janeiro de 2017, considerando como principais critérios para seleção dos indivíduos: residir nas unidades habitacionais indicadas; ser o responsável pelo imóvel, mesmo que momentaneamente; e disponibilidade durante o período da coleta de dados. Ponderando a unidade habitacional, buscou-se coletar as informações do responsável pelo domicílio de cada unidade, o contratante legal do imóvel. A coleta dos dados foi possibilitada pela colaboração e informação dos membros da Associação de Moradores Esperança de um Novo Milênio, da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente de Taboão da Serra, dos Síndicos e dos funcionários dos Condomínios.

Os participantes desta pesquisa foram voluntários e informados sobre os objetivos da análise em curso. A coleta de dados foi realizada preservando a confidencialidade das informações, com finalidade exclusiva de produção acadêmica. Para esse estudo foi utilizado

um questionário para a caracterização da situação sócio demográfica, profissional, levantamento do apoio social e relação com a vizinhança (Anexo I).

O instrumento de análise da rede social utilizado foi uma versão adaptada de outras análises de redes (BARRERA, 1980; CUNHA, 2014b). Parte significativa destes estudos se vale de geradores de nomes. A definição utilizada para essa ferramenta está baseada no que ensina Lazenga:

São denominados geradores de nomes, as questões sociométricas que permitem reconstruir uma rede social. Questões simples são sempre suficientes para gerar informações necessárias á reconstituição de uma rede completa. Uma lista de nomes com um critério bem definido reduz o número de “esquecimentos” por parte de uma pessoa entrevistada. (LAZENGA, 2014, p.26).

O questionário aplicado contempla as seguintes variáveis: número de elementos da rede, o vínculo (tipo de relação), residência (atual ou antiga vizinhança), o tipo de apoio (material, imaterial e emocional) e a reciprocidade do apoio (Anexo I). Além disso, para a elaboração dos grafos foi utilizado o software UCINET 6.647. tendo em vista que as relações pesquisadas estão baseadas nas redes de suporte social egocentrada, aspectos da rede como centralidade e densidade não foram analisadas, vez que essas dimensões necessitam da intersecção de outras redes.

Por tratar-se de uma análise em movimentos sociais, foi necessário estabelecer previamente o contato com as lideranças, que viabilizaram as entrevistas, autorizando a entrada nos condomínios. Nos empreendimentos não vinculados a um movimento social foram solicitadas autorizações com os síndicos e membros dos conselhos condominiais.

As variáveis foram escolhidas a fim de compreender a dinâmica dos vínculos existentes nesses empreendimentos habitacionais. Buscou-se compreender as redes de suporte social dos moradores a partir de necessidades imediatas e cotidianas.

Como gerador de nomes, para a formação da rede, as questões mencionavam sobre atividades, trocas solidárias e apoio mútuo. O apoio material versava a quem o entrevistado recorria quando precisasse de algo tangível (alimento, medicamento, etc). Para o apoio imaterial o entrevistado era interpelado acerca de auxílio nas atividades domésticas (cuidado dos filhos, se fosse o caso, e em situações de enfermidade). E o aspecto emocional versava sobre conselhos e informações. A respeito do vínculo foram estabelecidos quatro grupos: família, amigo, trabalho/ estudo e vizinho.

Na caracterização da rede também foi questionada a frequência de contato, se diariamente, algumas vezes por semana, semanalmente, algumas vezes por mês ou algumas vezes por ano. A cada entrevistado era questionado a proximidade com a vizinhança. E por

fim, se o entrevistado já havia se envolvido em conflitos no atual local de domicílio; a existência de relações conflituosas ou difíceis também foi considerada.

Os empreendimentos estudados foram construídos em Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS. O processo de implantação das ZEIS iniciou-se em 2005. Por meio de lei complementar em 2009 e em seguida incluído no Plano Diretor do município foram classificadas as ZEIS em duas categorias. As ZEIS 1 são áreas públicas ou privadas, ocupadas predominantemente por população de baixa renda, de interesse público na promoção da regularização urbanística e fundiária. As ZEIS 2 – áreas não edificadas ou subutilizadas com potencial de ocupação por Habitação de Interesse Social, para famílias de baixa renda que não possuam moradia, adequadas à urbanização (TABOÃO DA SERRA, 2012).

Anteriormente, as áreas destinadas aos empreendimentos estudados não dispunha de edificações. Constituíam vazios urbanos. Entretanto, o entorno era, e ainda é ocupado irregularmente. Os empreendimentos estão bem próximos, separados apenas pelo Córrego Ponte Alta.

3.3. Condomínio João Cândido A e B

O Movimento de Trabalhadores Sem Teto – MTST – é um movimento social urbano pela moradia popular. O movimento se formou em 1997, em São Paulo, após a Marcha Nacional, organizada pelo Movimento dos Sem Terra – MST –, mobilizando trabalhadores que enfrentam problemas na provisão da moradia. Conforme a descrição do próprio movimento, as ações buscam uma redefinição da moradia urbana no embate direto contra a especulação imobiliária. O lema do MTST define a maneira de atuação do movimento: “*Ocupar e resistir, a luta é pra valer!*”. Imóveis não utilizados ou terrenos vazios são potenciais alvos de ocupação. Os integrantes do movimento são enfáticos no uso do termo, *ocupar*; a expressão *invadir* é rechaçada, pois a intenção não é se estabelecer definitivamente na área ocupada. A ocupação é uma estratégia de atuação, uma maneira de chamar a atenção do Poder Público e da sociedade em geral para estabelecer diálogos sobre o direito à cidade. Apesar de ter atuação mais expressiva na Região Metropolitana de São Paulo, as ações do MTST influenciam outros movimentos sociais pela moradia popular em todo território nacional.

O Movimento dos Sem Teto de Taboão da Serra – MST-Taboão – também é um movimento urbano pela moradia popular com atuação concentrada em debates, passeatas, atos e manifestações. Os integrantes do movimento não realizam ocupações. Diferentemente do

MTST, não há entre os membros um convívio de moradia, mesmo que temporário. O MST-Taboão iniciou suas atividades em 2002, com atuação específica no município de Taboão da Serra. Esse movimento acredita que os direitos sociais são alcançados com a mobilização da população, “*o povo unido, jamais será vencido*”, esse é o lema enfatizado pelos membros do MST-Taboão.

Para a contratação do MCMV-E esses dois movimentos se mobilizaram e através da Associação de Moradores Esperança de um Novo Milênio apresentaram a proposta de 384 unidades habitacionais. Os líderes dos movimentos no período organizaram as unidades em duas etapas. Coube à Associação escolher dentre os seus membros quais seriam os beneficiários das unidades habitacionais.

Foram organizados dois condomínios: o Condomínio João Cândido A (Figura 12) e o João Cândido B (Figura 12). Cada um deles possui 192 unidades, distribuídas em três blocos, em oito pavimentos, com apartamentos oito apartamentos por andar, de dois e três quartos, com áreas entre 54m² e 63m², respectivamente, sala, cozinha, área de serviço, banheiro e varanda. O Condomínio João Cândido A dispõe do salão de festas como única área de lazer; o Condomínio João Cândido B dispõe de uma estrutura de lazer maior, como o salão de festas, parque infantil e mini-praça (com bancos, mesas e uma pequena área verde). O acesso aos condomínios é controlado por guaritas.

Figura 12. Condomínio João Cândido A



Fonte: Pesquisa/ Elaboração própria (2017)

Figura 13. Condomínio João Cândido B



Fonte: Pesquisa/ Elaboração própria, (2017)

Como estratégia de integração dos membros dos movimentos, foi fixada uma cota de vinte e cinco unidades do Condomínio João Cândido A destinadas aos integrantes do MST-Taboão. Enquanto que as demais, cento e sessenta e sete unidades, seriam destinadas aos integrantes do MTST. No Condomínio João Cândido B seria o inverso, vinte e cinco unidades para o MTST, e as demais cento e sessenta e sete unidades para o MST-Taboão. As siglas e os lemas dos movimentos estão fixados nas partes altas dos Condomínios. Desse modo, identifica-se visualmente qual movimento predomina dentre os moradores.

O terreno em que os condomínios foram construídos foi uma área doada pelo município de Taboão da Serra. A área localizada no Jardim Salete pertencia a uma cooperativa habitacional, que decretou falência e foi desapropriada pelo município em decorrência das dívidas de tributos municipais.

Os signatários do contrato habitacional, portanto, mutuários do MCMV-E, mensalmente pagam à instituição financeira o valor correspondente à parcela do financiamento. Embora pareça não haver sentido mencionar essa informação, na análise em questão trata-se de aspecto relevante. Ainda que os condomínios tenham sido construídos sob a organização e execução de uma entidade, a contratação é pessoal e individual. Cada morador responde por sua unidade adquirida.

Conforme previsão contratual, a inadimplência do pagamento pode resultar no leilão da unidade, em hasta pública, permitindo a participação de qualquer indivíduo. De acordo com os membros dos movimentos, os mesmos buscam soluções alternativas para evitar a inadimplência. As unidades podem ficar ao dispor do movimento ou alugadas para outros

membros, por exemplo, para que não haja o arremate da unidade por quem não faça parte da associação.

O que é relevante destacar sobre os dois condomínios é o fato de que os mesmos são decorrentes do intenso processo de mobilização de seus moradores. As intervenções pela apropriação do espaço urbano, em múltiplas ações, podem ter influenciado na formação das redes pessoais de suporte social.

3.4. Condomínios Ipê e Jequitibá

Os Condomínios Ipê (Figura 14) e Jequitibá (Figura 15) foram entregues à população de Taboão da Serra em fevereiro de 2013. São 160 apartamentos, cada condomínio constituído por 80 unidades, distribuídas em quatro blocos, cada um com cinco pavimentos, constituído por quatro apartamentos por andar no bairro Jardim Novo Record. Cada unidade possui 49m², com dois quartos, sala, cozinha, área de serviço e banheiro.

Os moradores desses condomínios residiam no Loteamento Ponte Alta, loteamento de ocupação irregular no bairro Jardim Novo Record. De acordo com o Plano Diretor do Município (Taboão da Serra, 2012), a área do loteamento citado é considerada Área de Preservação Permanente (APP). O Córrego Ponte Alta e o Parque Central foram classificados como Zona de Preservação Ambiental (ZPA). Por esse motivo, os moradores dessas áreas, ocupadas irregularmente por assentamentos precários, foram transferidos para projetos habitacionais, nesse caso os Condomínios Jequitibá e Ipê. O Córrego Ponte Alta, ora canalizado, delimita os bairros Jardim Novo Record e Jardim Salete, e mais especificamente, separa os condomínios analisados.

Figura 14. Condomínio Ipê



Fonte: Pesquisa/ Elaboração própria (2017)

Figura 15. Condomínio Jequitibá



Fonte: Pesquisa/ Elaboração própria (2017)

As unidades desses condomínios não são financiadas, por ser oriunda de área que sofreu intervenção para a canalização do Córrego Ponte Alta. Conforme informações da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente de Taboão da Serra, o Ministério das Cidades dispensou os pagamentos, subsidiando 100% da obra. Em contrapartida, os moradores só detêm a posse do imóvel, sob o comprometimento do município de que receberão a propriedade após dez anos residindo no mesmo. Sendo assim, os moradores são impedidos legalmente de vender ou alugar a unidade.

Buscando preservar as relações de vizinhança que já existiam, o município realocou os moradores tentando manter os antigos vizinhos próximos. A tentativa de preservar os vínculos era uma maneira de auxiliar na adaptação ao novo local de moradia. Essa origem comum

pode ter importância na estruturação das redes sociais da comunidade, bem como na relação desses moradores. Além disso, há uma relativa uniformidade na situação socioeconômica dos moradores desses condomínios.

Os dados sobre os condomínios analisados estão sintetizados abaixo (Tabela 12).

Tabela 12 - Síntese das informações dos Condomínios

Descrição	Condomínio João Cândido A	Condomínio João Cândido B	Condomínio Ipê	Condomínio Jequitibá
Localização	B. Jardim Salete	B. Jardim Salete	B. Jardim Record	B. Jardim Record
Famílias atendidas	192	192	80	80
Tipos de planta baixa	2 *Planta 1: sala, cozinha, área de serviço, banheiro, dois quartos e varanda; ** Planta 2: sala, cozinha, área de serviço, banheiro, três quartos e varanda.	2 *Planta 1: sala, cozinha, área de serviço, banheiro, dois quartos e varanda; **Planta 2: sala, cozinha, área de serviço, banheiro, três quartos e varanda.	1 *sala, cozinha, área de serviço, banheiro e dois quartos.	1 *sala, cozinha, área de serviço, banheiro e dois quartos.
Área da unidade m²	54m ² planta 1 63m ² planta 2	54m ² planta 1 63m ² planta 2	49m ²	49m ²
Modalidade de enquadramento	MCMV – E	MCMV – E	MCMV - FAR	MCMV – FAR
Ano da entrega	Dezembro de 2014	Janeiro de 2015	Fevereiro de 2013	Fevereiro de 2013
Renda das famílias atendidas	Conforme regra estabelecida no Programa MCMV de 0 a 3 salários mínimos comprovados	Conforme regra estabelecida no Programa MCMV de 0 a 3 salários mínimos comprovados	Conforme regra estabelecida no Programa MCMV de 0 a 3 salários mínimos comprovados	Conforme regra estabelecida no Programa MCMV de 0 a 3 salários mínimos comprovados

Fonte: Pesquisa/ Elaboração própria (2017)

Os condomínios construídos na modalidade MCMV-E apresentam mais unidades entregues e área construída maior que a modalidade MCMV-FAR, propiciando que mais integrantes dos movimentos sociais pudessem ter acesso à moradia e, conseqüentemente, um número maior de pessoas pudessem se relacionar enquanto novos vizinhos.

3.5. Análise da Amostra

Os condomínios possuem ao todo 544 unidades habitacionais, sendo 384 unidades do MCMV-E e 160 unidades do MCMV-FAR. As unidades habitacionais estão divididas em quatro condomínios: João Cândido A e João Cândido B, na modalidade MCMV-E, cada uma com 192 unidades; e Ipê e Jequitibá, na modalidade MCMV-FAR, cada uma com 80 unidades.

A amostra foi composta de 200 moradores, constituída por 100 moradores de cada modalidade, 169 mulheres (84,5%) e 31 homens (15,5%). Tendo em vista a facilitação da coleta de dados e disponibilidade dos entrevistados, foram relacionados 50 moradores de cada condomínio. Foram 85 mulheres e 15 homens na modalidade entidades; e foram 84 mulheres e 16 homens na modalidade FAR.

Relativo à faixa etária, 23,5% dos entrevistados, possuem acima de 55 anos de idade; o grupo de 33 a 39 anos representa 21,5%; seguidos do grupo de 40 a 47 anos, que representa 20,5% do total de entrevistados (Tabela 13).

Tabela 13 – Perfil dos Entrevistados - Faixa Etária

Faixa Etária	Mulheres (%)	Homens (%)	Total (homens e mulheres) (%)
18 a 25	5,5	1,5	7
26 a 32	12	0,5	12,5
33 a 39	17,5	4	21,5
40 a 47	18	2,5	20,5
48 a 54	12,5	2,5	15
Acima de 55	19	4,5	23,5
Total:	84,5	15,5	100

Fonte: Pesquisa – Elaboração própria (2017)

A presença majoritária de mulheres nos empreendimentos habitacionais estudados é decorrente dos estímulos e das diretrizes apresentados na Lei 11.124/2005, que instituiu o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS.

Art. 4º A estruturação, a organização e a atuação do SNHIS devem observar: [...]

II – as seguintes diretrizes:

a) prioridade para planos, programas e projetos habitacionais para a população de menor renda, articulados no âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal; [...]

h) estabelecer mecanismos de quotas para idosos, deficientes e famílias chefiadas por mulheres dentre o grupo identificado como o de menor renda da alínea "a" deste inciso (BRASIL, 2005, art. 4º)

Na composição do arranjo familiar, dentre os entrevistados 47,5% declararam estar casados, civilmente ou mantém união estável. Outros 39,5% se declararam solteiros, 7% divorciados e 6% são viúvos (Tabela 14).

Tabela 14. Perfil dos Entrevistados - Estado Civil

Estado Civil	Entrevistados (%)
Casados	47,5
Solteiros	39,5
Divorciados	7
Viúvos	6
Total	100

Fonte: Pesquisa – Elaboração própria (2017)

Ainda sobre a composição familiar, mais da metade dos entrevistados (51,5%) possuem arranjo familiar estruturado na composição: indivíduo-cônjuge / indivíduo-cônjuge-filhos. A segunda maior composição está centrada na estrutura indivíduo-filhos-netos totalizando 27% dos entrevistados (Tabela 15). Há ocorrência de entrevistados com arranjo familiar indivíduo-cônjuge-filho e que se declararam solteiros. Bem como, há entrevistados que se declararam casados civilmente, porém com a composição familiar indivíduo-filho.

Tabela 15. Arranjo Familiar dos Entrevistados

Arranjo Familiar	Entrevistados (%)
Cônjuge com ou sem filhos	51,5
Filhos e/ou netos	27
Pais/Avós	9,5
Irmãos/Cunhados/Sobrinhos	1
Sozinho	11
Total	100

Fonte: Pesquisa – Elaboração própria (2017)

O MCMV, no texto normativo que o instituiu, priorizou o atendimento às famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar. São diferentes tipos de famílias com chefia feminina. Famílias monoparentais (mulher com filhos); famílias formadas por casais, com ou sem filhos; e famílias unipessoais. A mulher chefe de família é figura cada vez mais comum nos centros urbanos; provedora do sustento familiar, precisa conciliar a atividade laboral e o ambiente familiar. Mesmo com normas que garantam a proteção de direitos às mulheres, elas são mais suscetíveis aos menores salários, à violência doméstica, entre outros.

Os domicílios chefiados por mulheres estão em situação de maior vulnerabilidade econômica, e em consequência disso, a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano reconhece o grupo de mulheres, como sendo o de maior vulnerabilidade social. Como chefes de família, as mulheres estão ocupando posição predominantemente masculina, reproduzindo algumas desigualdades já verificadas em outras esferas da sociedade:

De toda forma, ainda são percebidas situações de maior vulnerabilidade nos domicílios chefiados por mulheres, em especial, os por mulheres negras, quando comparados aos domicílios chefiados por homens. Os dados de rendimento, por exemplo, mostram que a renda domiciliar per capita média de uma família chefiada por um homem branco é de R\$ 997, ao passo que a renda média numa família chefiada por uma mulher negra é de apenas de R\$ 491. Do mesmo modo, enquanto 69% das famílias chefiadas por mulheres negras ganham até um salário mínimo, este percentual cai para 41% quando se trata de famílias chefiadas por homens brancos (IPEA, 2011, p.19).

A definição de vulnerabilidade social utilizada está lastreada no conceito utilizado pelo IPEA (2015), referindo-se ao acesso, à ausência ou à insuficiência de infraestrutura urbana, capital humano, renda e trabalho, sendo um “instrumento de identificação das falhas de oferta de bens e serviços públicos no território nacional” (IPEA, 2015, p.8).

Considerando esse diagnóstico, a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – PNDU – estabeleceu em suas diretrizes a proteção dos direitos das populações vulneráveis, citando expressamente as mulheres (BRASIL, 2004).

Dentre os entrevistados, 35% declaram que concluíram o ensino médio e apenas 7% concluíram o ensino superior (Tabela 16). Os entrevistados que se declararam “sem escolaridade” sabiam ler e escrever, no entanto, não se consideravam suficientemente aptos para afirmar que possuíam outro nível de escolaridade. Os percentuais dos entrevistados sem escolaridade, com o ensino primário e fundamental somam 57,5%.

Tabela 16. Perfil dos Entrevistados – Escolaridade

Escolaridade	Entrevistados (%)
Sem escolaridade	3,5
Primário	20
Fundamental	34
Médio	35
Superior	7
Pós-Graduação	0,5
Total	100

Fonte: Pesquisa – Elaboração própria (2017)

Entre os subítemos analisados para estimar a vulnerabilidade social, a escolaridade está inserida na composição de dois itens: capital humano e renda e trabalho. Vez que, a baixa escolaridade está associada, frequentemente às ocupações profissionais com os menores rendimentos, que não exigem mais qualificação, incorrendo, também, em indicativo de exclusão social. Os indivíduos analisados conseqüentemente estarão mal inseridos no mercado de trabalho em virtude da baixa escolaridade e da falta de qualificação formal.

[...] essas situações que informam tanto sobre a situação atual das pessoas, em seus diferentes grupos sociodemográficos, quanto sobre suas perspectivas (ativos, recursos, acesso a estruturas) para buscar a inclusão na dinâmica social e econômica do país. [...] A vulnerabilidade de renda e trabalho, medida por este subíndice, agrupa não só indicadores relativos à insuficiência de renda presente (percentual de domicílios com renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo de 2010), mas incorpora outros fatores que, associados ao fluxo de renda, configuram um estado de insegurança de renda: a desocupação de adultos; a ocupação informal de adultos pouco escolarizados; a dependência com relação à renda de pessoas idosas; assim como a presença de trabalho infantil. (IPEA, 2015, p. 9 e 10)

Desse modo, o próximo item analisado na pesquisa consubstancia as inferências sobre a vulnerabilidade social está relacionado à renda e trabalho. A respeito da situação profissional e, conseqüentemente, da provisão de renda dos entrevistados, apenas 29% possui trabalho formal, com registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS). Apesar do trabalho formal, são ocupações de baixa qualificação profissional (empregada doméstica, babá, porteiro, cabelereira, por exemplo), reduzindo-se a baixos salários. Insta mencionar que 52,5% dos entrevistados (autônomos, desempregados, estudante e cooperativado) possuem formas mais instáveis de rendimento, tornando-se vulneráveis a situação de desemprego e variação de renda (Tabela 17).

Tabela 17. Perfil dos Entrevistados – Situação Profissional

Situação Profissional	Entrevistados (%)
Aposentado	12
Autônomo	27
Auxílio/Pensão	6,5
Desempregado	23
Estudante	2
Trabalhador cooperativado	0,5
Trabalho formal	29
Total	100

Fonte: Pesquisa – Elaboração própria (2017)

Assim, o perfil populacional é composto de indivíduos mal inseridos no mercado de trabalho, com baixa escolaridade e baixo capital humano, influenciando na condição atual e potencial do mesmo. Os entrevistados foram os chefes dos domicílios que, em sua maioria, são mulheres, que mantêm suas famílias com a improvisação da renda recebendo entre 0 a 3 salários mínimos, que conforme o enquadramento do programa habitacional.

3.6. Compreensão das Redes Sociais

O objetivo é identificar e analisar de forma comparativa as redes sociais, os desdobramentos de modos cooperados e participativos de provimento habitacional, no MCMV-Entidades nas formas de suporte social. Buscou-se caracterizar o processo de formação de redes sociais no MCMV - Entidades e no MCMV – FAR, modalidades do programa habitacional que diferem quanto à gestão; e entender as redes sociais na construção de formas de apoio social. A ajuda mútua, a assistência e a colaboração proporcionada pelos laços sociais possibilitará compreender as especificidades das redes em torno da moradia popular urbana.

Desse modo, como hipótese inicial, pressupunha que as redes de suporte social em grupos formados a partir de movimentos sociais seriam amplas, integradas e, com isso, permitem melhor possibilidade de superação da necessidade do dia-a-dia aos que estão inseridos nesse contexto e variabilidade social entre os atores e o ego. Para compreender esse pressuposto, buscou-se a análise de redes sociais como ferramenta capaz de mensurar o tamanho e a composição, verificando a capacidade de sociabilidade de acordo com o local de inserção.

Ressalte-se que o desenho das redes de suporte social formadas representa um recorte empírico, ou seja, situa-se em um espaço definido. O espaço, neste caso, são os condomínios residenciais pertencentes do programa habitacional MCMV, e período definido, janeiro de 2017. A rede, no entanto, continua a ser transformada, a fazer novos contatos, fortalecer elos ou enfraquecer laços. Haja vista que seus integrantes estão, também, em contato com outras redes e espaços sociais, as redes analisadas são apenas um recorte, um fragmento que tem um alto grau de mutabilidade.

A rede pessoal de suporte social investigada está lastreada na proposta de “identificação das relações de um indivíduo com as pessoas citadas por ele” (CHARLOT, 1994, p. 2 apud MARTELETO, 2001, p. 75). As redes possuem o caráter transitório (GRANOVETTER,

1973), variando de tamanho e de atores. Os indivíduos entrevistados citaram os nomes que compõe a sua rede de suporte social imediata no questionário aplicado. Como gerador de nomes, para a formação da rede, as questões mencionavam sobre atividades, trocas solidárias e apoio mútuo. O apoio material versava a quem o entrevistado recorria quando precisasse de algo tangível (alimento, medicamento, etc). Para o apoio imaterial o entrevistado era interpelado acerca de auxílio nas atividades domésticas (cuidado dos filhos, se fosse o caso, e em situações de enfermidade). E o aspecto emocional versava sobre conselhos e informações.

A respeito do vínculo foram estabelecidos quatro grupos: família, estudo/ trabalho, antiga vizinhança e atual vizinhança. A família, rede primária (GUADALUPE, 2009) apresenta os laços fortes (GRANOVETTER, 1973), como paradigma inicial do comportamento social. O convívio social oriundo das relações de estudo e trabalho, consideradas como redes secundárias (GUADALUPE, 2009) resultam das escolhas profissionais, são influenciadas diretamente pela situação econômica do indivíduo e são caracterizadas pela formalidade da convivência (ABREU, 2003; MARQUES, 2007), As relações de vizinhança também são consideradas como rede primária (GUADALUPE, 2009) envolvem laços afetivos. Tendo em vista a percepção da ancoragem dos laços sociais a partir da mudança do domicílio seccionou-se: antigo e atual vizinhança. Identificando a rede de suporte social distinta com *locus* diversificado.

E por fim, se o entrevistado já havia se envolvido em conflitos no local de domicílio. Cabe lembrar que, na rede em questão, os indivíduos citavam a quem poderia recorrer em situações emergenciais, embora certamente eles conheçam muitas outras pessoas.

A finalidade é compreender a relação entre a estrutura territorial e a estrutural relacional. Observa-se, especificamente, se há a influência do modo de gestão (gestão pelo poder público x autogestão dos recursos) do espaço de moradia, que por sua vez é segregado economicamente, sobre a constituição das redes sociais entre os indivíduos dele pertencentes. A pertinência do estudo está inserida na desigualdade socioeconômica, nos aspectos da moradia, e nas formas de organização e gestão das unidades habitacionais. Por isso, vale novamente a menção que foram analisados condomínios na modalidade MCMV-Entidades, cujo modelo é autogestor, e MCMV-FAR, geridos inicialmente pelo Poder Público.

A autogestão implica que desde o projeto, a seleção de moradores até, por fim, o acompanhamento pós-ocupacional as decisões foram tomadas pelos integrantes das entidades gestoras, sejam elas associações ou cooperativas. Já a gestão através do Poder Público incorre que todas as decisões foram definidas por ele mesmo, na figura do gestor municipal; e em sua maioria, sem a consulta da população.

A rede de suporte social proporciona essencialmente a assistência, solidariedade e colaboração mútua (GUADALUPE, 2009). A soma de todos os atores associados ao ego indica o tamanho da rede de suporte social, considerando as relações diádicas. Cabe mencionar que os entrevistados descritos como isolados, afirmaram que não recorrem a ninguém para o suporte social, pois segundo eles todos vivem em situação semelhante e não estariam aptos para auxiliá-los.

Os entrevistados citavam os nomes de pessoas nos quais eles recorriam: “A quem você recorre quando precisa de algum alimento que acabou (açúcar, café) ou medicamento emprestado? Quem lhe ajuda quando você precisa de um martelo, panela, furadeira emprestada? Caso precise de algum valor em dinheiro, que seja uma quantia pequena, a quem você pede emprestado?”. Do mesmo modo incorreram as questões sobre o apoio imaterial: “Se você precisar de ajuda nas tarefas em casa, cuidando dos seus filhos pequenos, lhe auxiliando se você estiver doente, quem lhe oferece auxílio?” E por fim, o apoio emocional: “Se você estiver precisando desabafar ou precisando de um conselho, quem são as pessoas que você procura?”.

O questionário (ANEXO I) permitiu que os entrevistados citassem nomes de pessoas que compõem a rede de suporte social imediata. Inicialmente foram considerados todos os vínculos citados (família, antiga vizinhança, atual vizinhança, colegas de trabalho e estudo) (Tabela 18).

Tabela 18. Tamanho da rede de suporte social – Todos os vínculos citados

Tamanho da Rede	MCMV-Entidade	MCMV-FAR
1 ator	7%	1%
2 atores	7%	2%
3 atores	12%	14%
4 atores	10%	15%
5 atores	16%	20%
6 atores	15%	19%
7 atores	15%	13%
8 atores	9%	10%
9 atores	1%	1%
10 atores	3%	2%
11 atores	1%	1%
15 atores	1%	-
Não citaram/ Isolados	3%	2%
Total	100%	100%

Fonte: Pesquisa – Elaboração própria (2017)

Seccionando os vínculos citados e isolando especificamente os que eram referentes ao novo local de moradia, 84% dos entrevistados do MCMV-E caracterizaram os atores de suas redes como pertencentes à atual vizinhança. Os demais, 16%, declararam que os atores de suas redes faziam parte de outros vínculos (família, trabalho e da antiga vizinhança). Em contrapartida, sobre a natureza dos vínculos no MCMV-FAR, 72% caracterizaram os atores de suas redes como pertencentes à atual vizinhança. (Tabela 19). Recorrer à rede de vizinhos da atual vizinhança como suporte social possibilita a indicação de maior cooperação entre os integrantes e o envolvimento dos atuais vizinhos no cotidiano do entrevistado.

Tabela 19. Tamanho da rede de suporte social – atual vizinhança

Tamanho da Rede	MCMV-Entidade	MCMV-FAR
1 ator	26%	18%
2 atores	12%	20%
3 atores	17%	11%
4 atores	13%	7%
5 atores	11%	6%
6 atores	2%	7%
7 atores	2%	3%
8 atores	1%	-
Não citaram/ Isolados	16%	28%
	Total	100%

Fonte: Pesquisa – Elaboração própria (2017)

O maior número de pessoas citadas dentre as relações da atual vizinhança indicam uma rede de suporte social maior. Pondera-se que as redes sociais identificadas são formadas mediante a inserção espacial, ou melhor, do condomínio em que estão inseridos (localismo). Apesar da situação socioeconômica das duas modalidades do MCMV possuírem similitudes e os empreendimentos situarem-se na mesma área, separados apenas pelo córrego, não há identificação de redes sociais que mesclam indivíduos desses empreendimentos. Isto significa que os indivíduos que residem no MCMV-E declaram não possuir nenhum vínculo de suporte ou apoio social com os que residem no MCMV-FAR, embora a proximidade seja um fato tão visível. Verifica-se, portanto, a formação de redes a partir do local e realidade pregressa, ou seja, relacionam-se em grupos distintos os indivíduos que militam em movimentos sociais e indivíduos oriundos de ocupação de área irregular (não integrante de movimento social).

Além de serem questionados sobre o apoio e a assistência recebidos, os entrevistados também foram inquiridos sobre a contrapartida do suporte, ou seja, a reciprocidade. Dentre os citados como apoio na atual vizinhança, sob as mesmas condições de suporte (material,

imaterial e emocional) no MCMV-E 84% declararam que há relações recíprocas, enquanto que os entrevistados do MCMV-FAR, 72% das relações de suporte social foram recíprocas.

Considerando as informações colhidas por meio dos questionários, foi possível obter a representação das redes de suporte social. Buscou-se selecionar, nesta análise, redes específicas de quatro moradores de cada modalidade, a fim de ilustrar as inferências obtidas, comparando entre as unidades MCMV-Entidade e MCMV-FAR. Buscou-se ainda comparar redes de indivíduos em situação de liderança nos empreendimentos. Para esta representação, os moradores, e suas respectivas redes, foram escolhidos com o perfil de gênero, etário e situação profissional mais próximo. Lastreando-se no referencial teórico que pressupõe que redes femininas são predominantemente circunscritas nas relações primárias, localismo e homofilia (MOORE, 1990); que a idade influenciará na rede, vez que quanto mais velho o indivíduo menor a rede social (MARQUES, 2007); e que indivíduo com maior tempo de escolaridade e, conseqüentemente, melhor inserção profissional, maior a rede obtida (MARQUES, 2007).

Sintetizando as informações para a elaboração dos grafos das redes tem-se (Tabela 20):

Tabela 20. Síntese dos moradores representados nos grafos

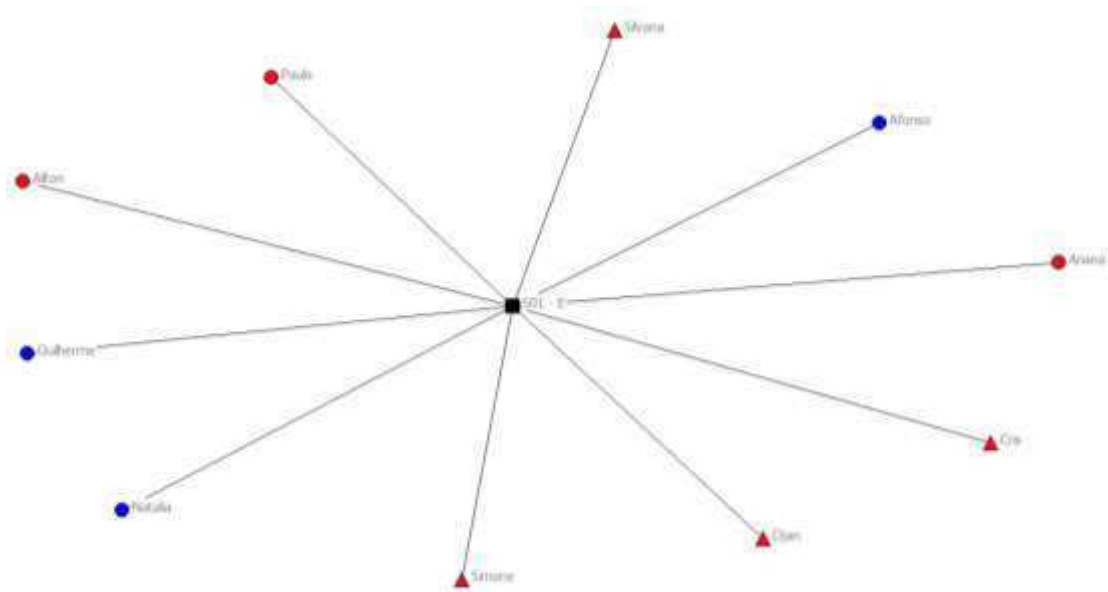
Tipo de empreendimento habitacional	Entrevistado/modalidade	Idade	Atividade Profissional	Número de atores na rede	Relação predominante da rede
Entidade	S01 – E: Mulher	59 anos	Cooperativa	10	Trabalho/ família
	S02 – E: Homem	45 anos	Trab. Formal	5	Atual vizinhança
	S03 – E: Mulher	26 anos	Trab. Formal	10	Antiga e atual viz.
	S04 – E: Homem	25 anos	Trab. Formal	6	Atual vizinhança
FAR	S01 – FAR: Mulher	62 anos	Aposentada	8	Atual vizinhança
	S02 – FAR: Homem	31 anos	Autônomo	7	Trabalho
	S03 – FAR: Mulher	27 anos	Trab. Formal	6	Família
	S04 – FAR: Homem	40 anos	Trab. Formal	5	Trabalho/família

Fonte: Pesquisa – Elaboração própria (2017)

O primeiro grafo representa a rede de suporte social de “S01 - E¹²”, uma moradora de uma unidade habitacional da modalidade MCMV-E. S01 - E é integrante do MTST, mulher, tem 59 anos, é divorciada, estudou até o ensino primário, perfazendo aproximadamente 5 anos de estudo, e trabalha em uma cooperativa. O arranjo familiar é composto por ela e um filho. A entrevistada citou dez atores que compõem sua rede de suporte social (Figura 16).

¹² S01 – E: Sujeito 01 modalidade Minha Casa Minha Vida – Entidade. Nome fictício, utilizado com a finalidade de preservar o sigilo das informações obtidas durante a pesquisa.

Figura 16. Rede de Suporte Social - Moradora “S01 - E”



Legenda: □ Ego / △ Atual vizinhança / ○ Antiga vizinhança/trabalho/ família
 Fonte UCINET 6.647 - Elaboração própria (2017)

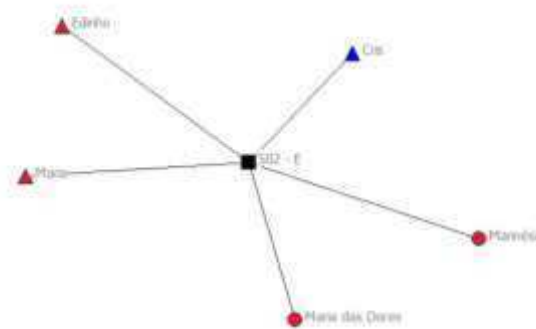
Para a representação da rede de suporte social optou-se pelo seguinte critério de cores: o ego é representado ao centro, na cor preta; as relações onde há reciprocidade estão representadas em vermelho; e as relações nos quais não há reciprocidade estão representadas em azul. Em todas as representações foi adotado este critério.

Levando em conta apenas a atual vizinhança de S01 – E, obtém-se grafo distinto. Pois, parte dos integrantes da rede de suporte social de S01 – E não reside nas unidades do MCMV-E, mas fazem parte do movimento social no qual ela é militante. S01 – E considera que a relação com a vizinhança é muito próxima, embora já tenha vivenciado situações de conflito com outros moradores do condomínio. Dentre os dez atores citados, S01- E os solicita principalmente para o suporte emocional (conselhos e informações).

O morador “S02 - E¹³”, também reside em uma unidade habitacional da modalidade MCMV-E. S02 - E é integrante do MTST, homem, tem 45 anos, é solteiro, mora só, estudou até o ensino médio (aproximadamente 12 anos de atividade escolar) e trabalha como assistente administrativo em uma empresa. O entrevistado citou cinco atores que compõem sua rede de suporte social (Figura 17).

¹³ S02 – E: Sujeito 02 modalidade Minha Casa Minha Vida – Entidade. Nome fictício, utilizado com a finalidade de preservar o sigilo das informações obtidas durante a pesquisa.

Figura 17. Rede de Suporte Social – Morador “S02 - E”

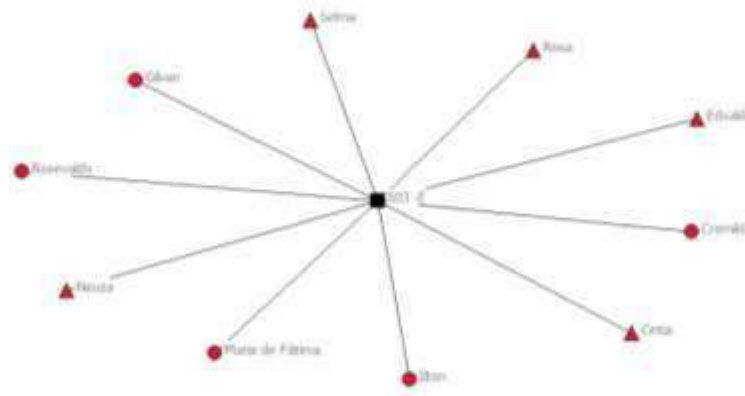


Legenda: □ Ego / △ Atual vizinhança / ○ Antiga vizinhança/trabalho/ família
 Fonte UCINET 6.647 - Elaboração própria (2017)

De igual modo, na representação da rede de suporte social apenas da atual vizinhança, obtém-se formatação diferente do grafo do morador S02 – E. O entrevistado recorre aos seus contatos primordialmente para o apoio material e imaterial.

A terceira moradora do MCMV-E, representada através do grafo (Figura 18), é a “S03 - E¹⁴”. Ela é mulher, possui 26 anos, casada, trabalha como técnica em enfermagem, cursa o ensino superior (tempo médio de 14 anos de atividade escolar) e reside com o esposo e a filha. A entrevistada faz parte do MST-Taboão e recorre a sua rede primordialmente para a obtenção de apoio material.

Figura 18. Rede de Suporte Social – Moradora “S03-E”

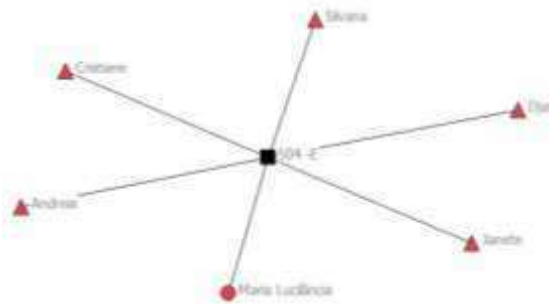


Legenda: □ Ego / △ Atual vizinhança / ○ Antiga vizinhança/trabalho/ família
 Fonte UCINET 6.647 - Elaboração própria (2017)

¹⁴ S03 – E: Sujeito 03 modalidade Minha Casa Minha Vida – Entidade. Nome fictício, utilizado com a finalidade de preservar o sigilo das informações obtidas durante a pesquisa.

A última representação gráfica da rede de suporte social da modalidade MCMV-E é o grafo do morador “S04- E¹⁵”. O morador é integrante do MTST, homem, possui 25 anos, casado, trabalha como porteiro, não concluiu o ensino fundamental (perfazendo cerca de 7 anos de atividade escolar) e reside com a esposa e três filhas. A rede citada pelo morador (Figura 19) é composta por seis atores, nos quais há reciprocidade de apoio com três deles. Dentre os vínculos relacionados o morador S04-E recorre aos atores da rede para o apoio emocional.

Figura 19. Rede de Suporte Social – Morador “S04 - E”



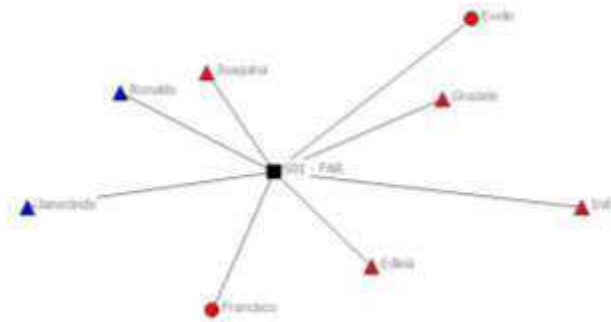
Legenda: □ Ego / △ Atual vizinhança / ○ Antiga vizinhança/trabalho/ família
 Fonte UCINET 6.647 - Elaboração própria (2017)

Da mesma maneira, foram selecionados quatro moradores da modalidade MCMV-FAR com o intuito de compará-los em suas variações. Assim, tem-se a rede de suporte social da moradora “S01 - FAR¹⁶”, que tem 62 anos, mulher, casada, estudou até o ensino fundamental (9 anos de atividade escolar), aposentada e reside com o marido e neto (Figura 20).

¹⁵ S04 – E: Sujeito 04 modalidade Minha Casa Minha Vida – Entidade. Nome fictício, utilizado com a finalidade de preservar o sigilo das informações obtidas durante a pesquisa.

¹⁶ S01 – FAR: Sujeito 01 modalidade Minha Casa Minha Vida – FAR. Nome fictício, utilizado com a finalidade de preservar o sigilo das informações obtidas durante a pesquisa.

Figura 20. Rede de Suporte Social – Moradora “S01 - FAR”

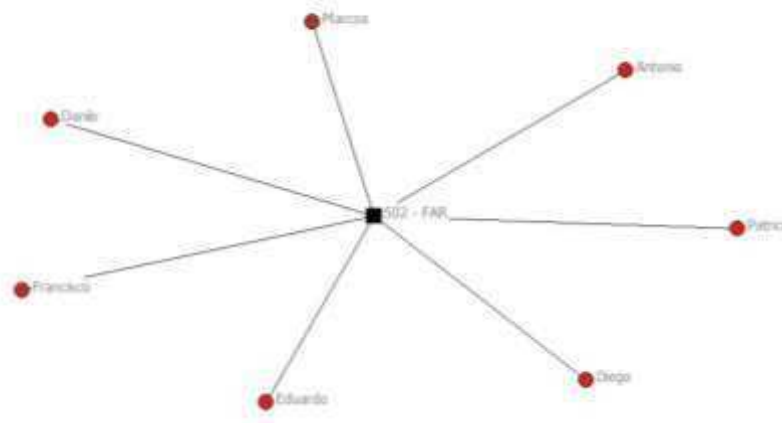


Legenda: □ Ego / △ Atual vizinhança / ○ Antiga vizinhança/trabalho/ família
 Fonte UCINET 6.647 - Elaboração própria (2017)

A moradora citou oito atores em sua rede de suporte social. Sobre a reciprocidade, ela mantém apoio mútuo com seis atores. E ainda, seis atores fazem parte das relações da atual vizinhança, a maior parte dos vínculos citados responde ao apoio emocional.

O segundo morador da modalidade MCMV-FAR representado pelo grafo (Figura 21) é “S02 - FAR¹⁷”. Ele tem 31 anos, homem, solteiro, cursou até o ensino médio (12 anos de atividade escolar), vendedor autônomo e convive com a mãe e o padrasto. Dentre os vínculos citados, a principal demanda do morador S02-FAR corresponde ao apoio material e emocional.

Figura 21. Rede de Suporte Social– Morador “S02 - FAR”



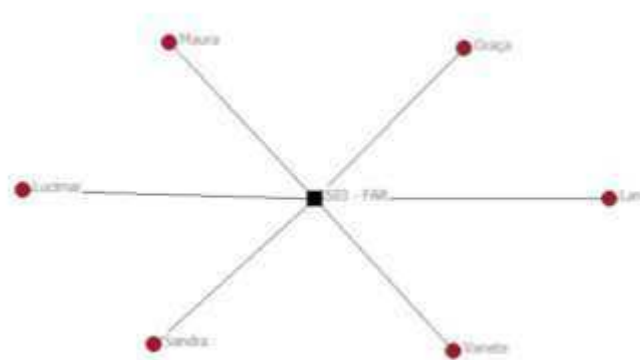
Legenda: □ Ego / △ Atual vizinhança / ○ Antiga vizinhança/trabalho/ família
 Fonte UCINET 6.647 - Elaboração própria (2017)

¹⁷ S02 – FAR: Sujeito 02 modalidade Minha Casa Minha Vida – FAR. Nome fictício, utilizado com a finalidade de preservar o sigilo das informações obtidas durante a pesquisa.

Quanto à reciprocidade nas relações o morador mencionou que há apoio e colaboração mútua, não excluindo nenhuma das relações. Entretanto, quanto à rede de suporte social na atual vizinhança, a moradora que vive no empreendimento desde a inauguração, não mencionou nenhum vizinho. O morador considera a relação com a vizinhança razoável, embora não possua laços de apoio social.

O terceiro caso selecionado é a moradora “S03 - FAR¹⁸”. Cujo perfil sócio demográfico é: mulher, tem 27 anos, casada, concluiu o ensino médio (totalizando 12 anos de atividade escolar), trabalha como auxiliar de limpeza e reside com o marido e o filho. A representação da rede da moradora S03 - FAR (Figura 22) é composta por seis atores, marcadamente caracterizada pela presença dos membros da família. A reciprocidade do suporte social é mantida com todos os integrantes, a maior parte dos vínculos citados responde ao apoio emocional e imaterial.

Figura 22. Rede de Suporte Social – Moradora “S03 - FAR”



Legenda: □ Ego / △ Atual vizinhança / ○ Antiga vizinhança/trabalho/ família
Fonte UCINET 6.647 - Elaboração própria (2017)

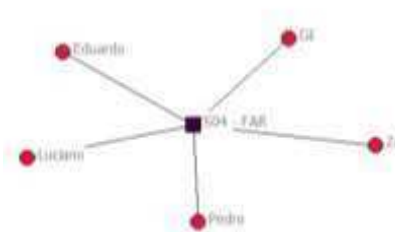
A última representação na modalidade MCMV-FAR é do morador “S04 - FAR¹⁹”. Ele tem 40 anos, homem, casado, cursou até o ensino fundamental, porém não concluiu (aproximadamente 6 anos de atividade escolar), trabalha como porteiro e reside com a companheira e dois filhos. O morador S04 - FAR também declarou que em sua rede de suporte social há a mutualidade do apoio. Foram citados cinco atores na formação da rede, e

¹⁸ S03 – FAR: Sujeito 03 modalidade Minha Casa Minha Vida – FAR. Nome fictício, utilizado com a finalidade de preservar o sigilo das informações obtidas durante a pesquisa.

¹⁹ S04 – FAR: Sujeito 04 modalidade Minha Casa Minha Vida – FAR. Nome fictício, utilizado com a finalidade de preservar o sigilo das informações obtidas durante a pesquisa.

todos eles fazem parte da convivência profissional do entrevistado (Figura 23). De igual modo, segundo o entrevistado, todos os atores da rede de suporte social atendem todas as demandas, material, imaterial e emocional.

Figura 23. Rede de Suporte Social – Morador “S04 - FAR”



Legenda: □ Ego / △ Atual vizinhança / ○ Antiga vizinhança/trabalho/ família
Fonte UCINET 6.647 - Elaboração própria (2017)

Assim, considerando os atuais vizinhos na rede de suporte social do morador S04 - FAR, o grafo resultante retrata o mesmo isolado, sem vínculos.

Optou-se por escolher, para a representação das redes, chefes de domicílios que tivessem o gênero, atividades no ambiente condominial semelhante, perfil etário e profissional mais próximo, a fim de possibilitar uma análise comparativa entre as redes. Desse modo, os grafos das Figuras 16 e 20 mostram a diferença das redes de suporte social entre mulheres, acima de 55 anos com papéis de lideranças locais. A primeira representação, Figura 16, é de uma integrante de um movimento social, e por exercer atividades de coordenação no mesmo, a rede não se restringe aos moradores da atual vizinhança e possui mais vínculos comparada a representação da Figura 20. A moradora representada na Figura 20, guardadas suas devidas proporções, também exerce papel de liderança entre os moradores; ela faz parte do conselho do Condomínio.

É possível, também, verificar que a situação de liderança possibilita a abertura estrutural da rede das entrevistadas. A moradora S01-E se relaciona com as lideranças dos movimentos sociais, e a moradora S01-FAR se relaciona com outros líderes do entorno (polícia militar e presidente da associação de moradores). Não se limitando apenas aos vínculos com a atual vizinhança.

Segundo Marques (2007), a idade do indivíduo influencia a composição da rede, caracterizando-se pela diminuição dos vínculos, com o passar do tempo, e pelo alto grau de localismo, vez que as relações de emprego são escassas, decorrente da aposentadoria ou da diminuição de atividades. Em virtude do desempenho da função de liderança, seja em um

movimento social ou no conselho do condomínio, o quadro de relações das moradoras entrevistadas S01-E, do MCMV-E, e S01-FAR, do MCMV-FAR, trazem um novo parâmetro na caracterização das redes sociais. Pois elas apresentaram rede de suporte social maior com variabilidade de vínculos.

Comparativamente, as redes no MCMV-E representadas são maiores e caracterizadas pelo localismo. As redes no MCMV-FAR expressam laços mais solidificados fora do ambiente de moradia. Reportando novamente aos grafos, é o que se verifica nas Figuras 18 e 22. As duas representações (Figura 18 e 22) são de chefes de domicílio com 26 e 27 anos, respectivamente, casadas e trabalham formalmente. A inserção em um movimento social foi relevante na composição da rede. Distingue-se também entre elas o tempo de atividade escolar. Na Figura 18 a moradora está inserida em um movimento social, cursa o ensino superior e possui dez atores nas relações estabelecidas, mesclando antiga e atual vizinhança, enquanto que na Figura 22 não há relação com atual vizinhança, não há inserção em um movimento social e a moradora estudou até o ensino médio.

A mesma conclusão (inserção em movimento social) se aplica quando comparada as Figuras 19 e 23. O grafo da Figura 19 possui cinco atores, enquanto que na Figura 23 possui seis atores. Eles possuem similitudes quanto ao tempo de atividade escolar, profissão e núcleo familiar. Todavia, a composição da rede na Figura 19 está baseada exclusivamente nas relações de vizinhança atual. Em contrapartida a Figura 23 ressalta as relações da antiga vizinhança.

Nas Figuras 17 e 21, os grafos de redes masculinas, mostram que os laços sociais obtidos através dos movimentos sociais perduram, não excluindo outras relações obtidas pelos laços familiares e empregatícios. É indubitavelmente significativa a participação em movimentos sociais para composição de rede de suporte social situada na atual vizinhança.

Os grafos ainda permitem concluir que nas redes femininas de participantes de movimentos sociais, dentro do mesmo empreendimento (S01-E e S03-E), representadas nas Figuras 16 e 18, respectivamente, embora haja a diferença de idade, conseguem manter o mesmo número de atores nas redes, totalizando dez vínculos. O que não se aplica às redes femininas não inseridas em movimento social (S01-FAR e S03-FAR); estas últimas não confirmam o que Marques (2007) assevera que, à medida que o indivíduo envelhece os atores da rede diminuem. Pois S01-FAR possui mais vínculos sociais que S03-FAR.

Observando-se também as redes de suporte social masculinas comparadas às redes de suporte social feminina, vê-se que as redes femininas são maiores e baseadas em relações

primárias e as redes masculinas são menores e lastreadas em relações alheias à condição de moradia.

Portanto, são quatro situações exemplificativas que ressaltam a participação em movimentos sociais como fator preponderante para rede de suporte social ampla e situada na atual vizinhança (localismo). Constata-se que, redes de suporte social em movimentos sociais, apesar de serem aproximadas em virtude da mesma situação socioeconômica e mobilização social (homofilia), com a fixação da moradia nos condomínios torna-se centrada no atual local de domicílio (localismo).

Utilizando o *software* Ucinet 6.647 foram obtidos os dados de algumas das propriedades das redes de suporte social. Sobretudo os atributos quanto à densidade e centralidade da rede. Tratando-se de análise de rede egocentrada, o coeficiente de agrupamento e o número de subgrupos formados a partir da rede social matriz (número de cliques) resultaram em zero. A descrição detalhada de cada atributo consta no ANEXO II.

A análise da densidade possibilita a representação da conexão entre os membros da rede, aquiescendo qualitativamente à disposição da mesma ao ego, verificando o índice de conectividade entre os envolvidos. O cálculo é feito a partir do número de laços dividido pelo número de pares possíveis dentro da rede. Tendo como análise precípua as redes egocentradas, foram desconsideradas as relações entre os *alters* e por isso a densidade resultante é a representação numérica da conexão entre os atores e o ego (Tabela 21)

Tabela 21. Atributos das redes de suporte social

Atributos	S01 - E	S02 - E	S03 - E	S04 - E	S01 FAR	S02 FAR	S03 FAR	S04 FAR
Nº de atores	10	5	10	6	8	7	6	5
Coef. de agrupamento²⁰	0	0	0	0	0	0	0	0
Nº de Cliques	0	0	0	0	0	0	0	0
Densidade	0,155	0,300	0,173	0,214	0,194	0,250	0,286	0,333
Grau de centralidade externa	0,93	0,84	0,91	0,91	0,906	1	1	1
Grau de centralidade interna	0,60	0,60	0,80	0,33	0,62	1	1	1

Fonte UCINET 6.647 - Elaboração própria (2017)

²⁰ Coeficiente de clustering

A centralidade interna e externa significa o grau de relacionamento que ele exerce na rede em relação aos outros atores, podendo ser forte ou fraco. Um alto grau de centralidade é aquele que possui um relacionamento ativo com vários atores da rede, mantendo a reciprocidade no relacionamento. As redes de suporte social dos indivíduos inseridos no MCMV-E são menos densas com grau de centralidade (externa e interna) menor comparada ao MCMV-FAR. É provável, pois a relação de reciprocidade no MCMV-FAR, representados nos grafos, é maior, comparadas às representações do MCMV-E.

Na análise em questão as relações analisadas se restringiam entre o ego e os atores; os entrevistados não detalhavam os vínculos dos atores entre si. As entrevistas não seguiram o encadeamento dos nomes citados, ou seja, não foi utilizado o método *bola-de-neve*. Sendo assim, não há insumos para traçar o perfil social dos atores das redes de suporte social diagnosticadas, pois o cerne da investigação é a habitação dos vínculos (na atual ou antiga vizinhança). Embora a quantidade de atores entre as redes de suporte social apresentem números próximos, a natureza desses vínculos é o atributo no qual se atém na presente análise.

No tocante à proximidade, (Tabela 22) os entrevistados deveriam escalonar a relação com a vizinhança referindo em cinco níveis: muito próxima (falo com eles todos os dias); próxima (recorro a eles sempre que preciso); razoável (falo com alguns e evito falar com outros); pouco próxima (é raro falar com eles); nada próxima (evito encontrar-me com eles).

Tabela 22. Relação percebida com a vizinhança

Proximidade com a vizinhança	MCMV-Entidade	MCMV-FAR
Muito próximo	20%	17%
Próxima	15%	22%
Razoável	37%	26%
Pouco próxima	26%	27%
Nada próxima	2%	8%
Total	100%	100%

Fonte: Pesquisa - Elaboração própria (2017)

A proximidade com a vizinhança vislumbra compreender a percepção do entrevistado com o entorno. Se há relacionamento com a vizinhança ou, se de alguma forma, o cotidiano desgastou a convivência. Vê-se que os entrevistados na modalidade MCMV-E, majoritariamente, consideram a relação com a vizinhança razoável. Em contrapartida, os moradores entrevistados do MCMV-FAR consideram-se pouco próximos aos demais.

O MCMV-FAR foi inaugurado em 2013 e o MCMV-Entidade foi inaugurado em 2014. Considerando o tempo em que residiam nos condomínios, nas duas modalidades, quase todos declaram que residem desde a inauguração, permitindo concluir que a evasão de moradores foi mínima (Tabela 23). A baixa evasão foi justificada pelos moradores por dois fatores: a maioria dos entrevistados declarou-se identificado ao local de moradia, considerando pertencente ao lugar, reforçando o preceito do localismo nas redes. Outros ainda disseram que a insuficiência de rendimentos tornou-se um impeditivo para que fosse adquirido outro imóvel em outra localização. Considerando a questão da hipossuficiência um empecilho para a mudança de localidade.

Tabela 23. Tempo de residência

Período	MCMV-Entidade	MCMV-FAR
3 anos (2013)	- %	91%
2 anos (2014)	92%	1%
1 ano (2015)	3%	4%
>1 ano (2016)	5%	4%
Total	100%	100%

Fonte: Pesquisa - Elaboração própria (2017)

Os moradores entrevistados do MCMV-E apresentaram um índice de proximidade mais elevado que o MCMV-FAR. Embora a maioria dos entrevistados habitem nas unidades MCMV-E e MCMV-FAR a dois e três anos, respectivamente, nos dois casos os moradores se conheceram anteriormente. Os moradores do MCMV-E possuíam um conhecimento prévio em virtude das ações e ocupações dos movimentos sociais. Enquanto que os moradores do MCMV-FAR são oriundos da remoção da ocupação de área irregular do Município; tais remoções frequentemente estão relacionadas a atos de violências, porque são cortados os vínculos do indivíduo ao território que ele faz parte. Essa violência pode ser minimizada através de políticas habitacionais, acompanhamentos e assistências sociais, o que não ocorreu conforme se esperava. É provável que as similitudes socioeconômicas e a convivência anterior permitiram essa formação de redes de suporte social, até mesmo a situação de conflito/violência na contextualização do território.

Sobre a questão dos conflitos na relação de vizinhança nas duas modalidades a proporção foi a mesma: 72% declararam que nunca se envolveram em situação conflituosa, enquanto que 28% declararam ter se envolvido com discussões e conflitos em virtude da relação de moradia. Tais conflitos possuem causas atreladas à inexistência de espaço amplo para o lazer, especialmente para o público infantil, da insuficiência de vagas de

estacionamento para os veículos, além disso, da existência do controle de entrada e saída de moradores, realizada pelas portarias dos condomínios. O controle do fluxo de pessoas com a solicitação da identificação foi interpretada como excesso de controle pelos porteiros. Entretanto, a maneira como os conflitos são resolvidos é distinta.

Os moradores do MCMV-FAR relataram que em situações extremas a segurança pública é acionada com a intervenção da Polícia Militar. Os moradores do MCMV-E buscam resolver as questões conflitantes com o auxílio ou intervenção dos líderes ou coordenadores dos movimentos, dos quais fazem parte. A mediação dos conflitos através dos movimentos sociais decorre de dois fatores preponderantes: o acompanhamento pré e pós ocupacional; e as constantes mobilizações sociais.

O acompanhamento pré e pós-ocupacional do MCMV-E foi realizado pelas lideranças da Associação de Moradores Esperança de um Novo Milênio – AMENM, que une os interesses dos dois movimentos sociais. Mesmo de posse das unidades habitacionais, os membros da Associação (integrantes do MST-Taboão e MTST) são convocados periodicamente a participar das mobilizações pró-moradia em outras áreas. Os embates ocorridos entre os integrantes dos movimentos sociais e o Poder Público (entenda-se por Poder Público representado na Polícia Militar, Conselho Tutelar e Assistência Social), nas manifestações e ocupações, fizeram com que a presença dos mesmos fosse interpretada como repressão. Por esse motivo, as intervenções externas são avaliadas negativamente e interpretadas como ameaça. É provável, que a inexistência de ingerência de outras organizações e entidades faça com que o grupo, ou o movimento, torne-se uma estrutura socialmente mais fechada, como já mencionando o fechamento reticular (MARTELETO, 2001). O controle social contínuo e a situação socioeconômica similar permitiram a formação de redes de suporte social mais coesas, integradas e homogêneas. A força dos laços pode degenerar ou homogeneizar a informação, podendo, inclusive, sectarizar os membros vinculados.

No que diz respeito às unidades do MCMV-FAR, de acordo com a Secretaria de Habitação, a licitação, para o acompanhamento pré ocupacional, foi deserta, prejudicando as adaptações iniciais. O distanciamento entre os moradores do MCMV-FAR e o Poder Público Municipal inviabilizou dirimir as dificuldades nos primeiros meses de instalação dos moradores. Sobre isso, a empresa que venceu o segundo processo licitatório, a Empresa Brasileira de Regularização Fundiária – EBRF – assegurou que, após alguns meses de moradia, iniciou os trabalhos com dificuldades.

De modo peculiar, os movimentos sociais responsáveis pela gestão dos condomínios do MCMV-Entidades atuam no controle social dos indivíduos. A compreensão sobre controle social é que:

O Controle Social [...] é percebido como uma série de mecanismos ou instrumentos utilizados pela sociedade, ou por um grupo social, com o objetivo implícito ou explícito de controlar os comportamentos (ou diferentes manifestações destes) e ações diferentes ao seu sistema. Assim, e justificando sua proximidade com o tema “desvio social”, o Controle ocupa-se, principalmente, em limitar os “desvios”, normalmente definidos e elaborados por uma série de modelos que se apresentam como consensuais, no comportamento e ações acreditados numa sociedade ou grupo. (HAERTER, 2012, p.23).

A inserção em um movimento social nas demandas sociais, principalmente habitacional, torna-se uma posição estratégica. Conforme Kowarick e Marques (2011):

Apesar do discurso anti-institucional, com a abertura democrática os movimentos de moradia foram cada vez mais assumindo um papel de mediação entre os governos e as comunidades, assumindo o papel de organizar e influenciar a seleção da demanda por moradia, principalmente no caso dos governos populares. Num contexto de escassez, as organizações passam a disputar entre si, e com o governo, o direito de indicar as famílias a serem beneficiadas pelos novos programas habitacionais. Muitas vezes, uma ocupação bem sucedida – ou seja, da qual resulte a desapropriação do imóvel – significa garantir para a organização ou organizações de movimento que se envolveram diretamente na luta a prerrogativa de indicar parte das famílias beneficiadas (KOWARICK E MARQUES, 2011, p. 240).

Desse modo, embora haja semelhanças nas redes, o controle social é distinto para os modelos de gestão do MCMV. A existência de uma mobilização em torno de uma causa e os benefícios decorrentes do ativismo buscam assegurar o controle social específico das ações dos seus participantes.

Numa tentativa de integrar os moradores, o Condomínio Ipê passou a utilizar os canteiros para a criação de hortas comunitárias. O salão de festas no Condomínio Jequitibá passou a ser usado para aulas de capoeira com crianças e adolescentes duas vezes por semana. Os dois condomínios elaboraram um manual de convivência proibindo condutas germinadoras de conflitos. De acordo com os moradores, após essas medidas as discussões e desentendimentos reduziram.

Os moradores dos Condomínios João Cândido A e João Cândido B quinzenalmente reúnem-se em torno do movimento dos quais são oriundos. As mobilizações e a participação de atos de ocupação ainda são acompanhadas, ainda que na forma de apoio.

Não integrava o teor das perguntas, mas em relatos espontâneos dos entrevistados do MCMV-E e do MCMV-FAR foi explanado como versava as relações anteriores às novas unidades habitacionais.

Segundo os moradores do MCMV-E, nas ações de ocupação de imóveis, a direção dos movimentos sociais distribuíam atribuições específicas para cada um dos seus membros. Em algumas ocupações a cozinha era comunitária e não havia delimitação tão rígida na utilização dos espaços, a propriedade não era particular/individualizada. Havia a indicação de coordenadores e subcoordenadores para cada ocupação, a fim de proporcionar interação e comunicação eficaz entre os demais integrantes do movimento. Por este motivo, para a maioria dos integrantes dos movimentos sociais, as relações e os vínculos sociais existentes entre os moradores apresentavam-se mais coesos e mais integrados do que se apresentam no período da coleta dos dados.

O tratamento à questão do direito à moradia traz uma percepção dispare sobre o condomínio onde residem. O direito à moradia não se confunde com o direito à propriedade, apesar de, no ideário popular, esses dois direitos se confundirem. Os moradores do MCMV-E têm receio de que qualquer uma das unidades seja leiloada em virtude da inandimplência de um mutuário. Por isso, apesar de contratualmente a unidade possuir um titular e ser um direito unipessoal e intransferível, todos os integrantes do movimento social se interessam sobre a situação contratual de todos os moradores.

Outro aspecto apontado, em alguns relatos, era que nem sempre todos os membros da família faziam parte das ocupações. O atual arranjo familiar que reside nas unidades habitacionais do MCMV-E não era o mesmo que compunha as ocupações. Ou por vezes não era possível identificar nas ações coletivas todos os membros da mesma família, visto que, os movimentos (MTST e MST-Taboão) possuem maneiras de atuação distintas.

Os moradores integrantes do MCMV-FAR consideraram a mudança para um condomínio uma desvantagem, já que, anteriormente eles residiam em casas (unidades isoladas) e agora residem em apartamentos. Alguns deles já se conheciam por residirem na mesma área, porém a convivência condominial proporcionou mudança no comportamento e até mesmo nos vínculos relacionais. A aquisição da habitação acabou por, em alguma medida, desmobilizar a população. Por isso, os grafos representados nas Figuras 24,25, 26 e 27 as redes de suporte social, em maior número, baseiam-se em relações fora da atual vizinhança.

O direito à moradia é a garantia de um mínimo de bem estar social, no qual o indivíduo terá um lugar para fixar residência, estar abrigado e protegido; o direito à propriedade é a fruição do direito de controle do bem imóvel, com a possibilidade de dispor à maneira do

usuário, inclusive de vendê-lo. Vê-se que as políticas habitacionais ainda estão baseadas na cultura do direito da propriedade e não da moradia, com unidades habitacionais firmadas no direito personalíssimo e unipessoal, impossibilitando, segundo a lei, o usufruto apenas da posse.

De um modo geral, a situação do domicílio tem sido interpretada pelos entrevistados como uma mudança na qualidade de vida. A instabilidade e a irregularidade da habitação eram problemas recorrentes. Dentre as redes de suporte social identificadas nas entrevistas, buscou-se identificar a semelhança na condição econômica com variações no aspecto da gestão condominial.

A fundamentação para a integração das redes de suporte social na modalidade MCMV-E pode ser amparada pelo que constata Marques (2007). Segundo o autor, as redes dos indivíduos se conectam em um espaço de luta comum, para em seguida tornarem-se redes atreladas particularmente ao espaço de moradia.

O acesso dos indivíduos às estruturas de oportunidades que conduzem às condições sociais em geral, e às situações de pobreza em particular, é mediado pelos padrões de relação que esses indivíduos têm com outros indivíduos e com organizações de variados tipos. Dado que esses indivíduos se localizam no espaço (uma propriedade das redes denominada propinquidade), as conexões de rede também funcionam como elemento de ligação entre espaços mais ou menos segregados. Nesse sentido, redes com maiores proporções relativas de pessoas não habitando o mesmo local de moradia do ego tenderiam a integrar mais intensamente os indivíduos. Isso nos leva a uma importante propriedade das redes que pode ser enunciada como a proporção dos nós de uma dada rede pessoal que habitam o mesmo local que o ego (MARQUES, 2007, p.36)

As inferências relativas às redes de suporte social podem significar indicadores de avaliação de políticas públicas. No entendimento de Bloemer:

Ancorados nestes conceitos, a título de exemplificação, pode-se recorrer aos indicadores que poderão ser utilizados na avaliação do “Programa Minha Casa Minha Vida”, bem como em outros direcionados a habitação de interesse social, cujos instrumentos de efetividade, eficácia e eficiência poderão ser considerados por esta política pública. Logicamente, para cada indicador seria necessário um detalhamento maior, inclusive, no que diz respeito ao conceito aqui utilizado, passível de críticas, bem como melhor detalhamento do objetivo a ser alcançado. (BLOEMER, 2013, p. 66).

Para a autora, a efetividade de uma política pública estaria intrinsecamente relacionada ao alcance de justiça social, igualdade e redução da exclusão social. Como indicador de efetividade a avaliação pode versar sobre a satisfação dos moradores com o espaço físico e social em que ele tornou-se inserido.

O MCMV-E, modalidade que recebeu a menor parcela de recursos para a contratação de unidades habitacionais, apresentou redes de suporte social mais colaborativa e coesas

comparadas às redes da modalidade MCMV-FAR. O que permite considerar que o MCMV-E deveria ser a modalidade mais estimulada e incentivada pelo Poder Público Federal, preservando a autonomia e singularidade dos movimentos sociais que originam as associações e cooperativas de habitação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos capítulos, propôs-se identificar e analisar as redes de suporte social, em modalidades do programa Minha Casa Minha Vida que se diferenciavam pela maneira como geriam os recursos, o projeto e as unidades habitacionais. Ao utilizar a metodologia de ARS buscou-se os condicionantes mais importantes na formação das redes de suporte na sociabilidade existente entre os moradores de unidades habitacionais do MCMV-FAR e MCMV-Entidades. A princípio, por configurar um perfil semelhante de demanda habitacional deduz-se que a organização social será a mesma, ao que ficou comprovado que não é.

De fato, a conformação social do espaço urbano está diretamente atrelada à situação econômica. Vê-se crescente a política de “empurrar” a população mais carente para áreas periféricas ou sem infraestrutura adequada, negando-lhes o direito à cidade. Vez que, a inclusão territorial não se limita apenas a oferta da moradia, é necessário oferecer-lhes cidadania. Embora seja frequente a associação da desigualdade social à renda, esta não se limita apenas a este fator. A desigualdade também está associada ao conceito de cidadania; quando o acesso a um mínimo de bem-estar é negado ao indivíduo, cerceia-lhe a cidadania e amplia a desigualdade social frente aos demais.

Podemos presumir, então, dada a natureza dos conjuntos habitacionais e a relativa homogeneidade do grupo populacional, que as relações são fundamentalmente endógenas. Logo, há evidências de segregação socioespacial. Num contexto de enormes desigualdades sociais, este processo de segregação, aliado à endogenia, pode cercear indivíduos e grupos de uma melhor condição de vida, constringindo-os.

A luta pela apropriação do espaço social e físico assume contornos coletivos e o resultado influi na cooptação de indivíduos em movimentos de articulação social. Desses movimentos em prol da moradia decorreu a presente análise, que teve como objetivo identificar e analisar a ocorrência do apoio social, no tocante às relações atreladas à vizinhança.

Verificou-se que dentro de uma localidade específica (habitação de interesse social) e com situação econômica semelhante, os indivíduos são solidários e ajudam as pessoas com as quais possuem uma associação forte. Observando-se também a reciprocidade, os que recebem ajuda oferecem colaboração.

Com base nesses dois fatores, localidade e situação econômica, permite-se inferir que as redes de suporte social nos condomínios do MCMV-Entidades são maiores e mais colaborativas comparadas aos condomínios do MCMC-FAR. As redes de suporte social no

MCMV-E possuem menor variabilidade da sociabilidade e localismo mais elevado. Apesar da rede de suporte social entre os novos vizinhos ser maior, entre os indivíduos, na modalidade Entidades, não se verificou vínculos com atores de diferentes estratos sociais, o que associa ao grupo capital social menos diversificado.

No tocante ao controle social, observou-se a influência dos movimentos sociais articuladores como interventores e modeladores do comportamento grupal. Foi possível identificar (na coleta dos dados) a subordinação e obediência dos membros dos movimentos sociais à liderança do mesmo. Os entrevistados do MCMV-Entidades antes de responder a qualquer pergunta questionavam quem permitiu a entrevista, ou seja, qual coordenador estava ciente da pesquisa. Outros participavam sem receio, pois já haviam sido informados da realização da pesquisa. Por tratar-se da análise de empreendimentos habitacionais, com a devida acuidade, foi solicitada a autorização das lideranças dos movimentos sociais e dos síndicos, bem como, à Secretaria de Habitação do Município de Taboão da Serra.

Em seguida, os entrevistados questionavam se as respostas seriam apresentadas à instituição financiadora do programa. Havia o receio da participação na pesquisa em virtude da inadimplência ou atraso no pagamento das parcelas do financiamento. No entanto, a presente análise não propunha relacionar dados financeiros dos moradores, tampouco apresentar as informações à instituição financeira. O objetivo constituiu em ampliar o debate acadêmico/institucional sobre os aspectos sociais de habitação. Após a obtenção das respostas dos dois questionamentos os entrevistados naturalmente respondiam às perguntas.

Com receio de desmobilizar os integrantes do MCMV-Entidades, as lideranças dos movimentos sociais limitam a realização de pesquisas e entrevistas que ocasione uma leitura equivocada das ações do mesmo. As decisões referentes aos condomínios são externas a eles, cabendo aos moradores cumpri-las. Os dados demonstram que redes de suporte social de condomínios associativos são mais homogêneas e limitadas, devido, possivelmente, a um maior controle coercitivo da associação.

Ao contrário, na modalidade MCMV-FAR, não houve o mesmo receio da participação. Embora fosse perceptível o desconforto e a insatisfação dos moradores sobre a ação do poder público municipal em removê-los das residências anteriores e alocá-los nas unidades habitacionais (apartamentos).

Atendo-se a situação pregressa, no município em análise, os entrevistados da modalidade MCMV-Entidades não possuíam moradia própria, por isso ocupavam imóveis vazios ou eram beneficiários do programa Bolsa Aluguel. Enquanto que os entrevistados na

modalidade MCMV-FAR residiam em imóveis, nos quais possuíam a posse, mas não possuíam a propriedade.

Em consonância com outros trabalhos sobre o tema, as redes identificadas nos empreendimentos de habitação de interesse social são caracterizadas pelo localismo. Considerando as redes a partir do gênero, as redes femininas são maiores e lastreadas na vizinhança, diferentemente das redes masculinas, cuja relação de trabalho predomina nas redes de suporte. No entanto, homens integrantes de movimentos sociais possuem redes que se destacam vez que estão majoritariamente concentradas nas relações de atual vizinhança. A velhice também foi um atributo notável na análise, pois à medida que ciclos sociais se encerram ou se limitam, as relações de vizinhança se tornam predominantes.

Como restou comprovado nesta análise, é inegável que indivíduos hiposuficientes tendem a se relacionar e formar suas redes de suporte social predominantemente, no âmbito das relações de vizinhança. Indivíduos que integram movimentos sociais com maior frequência, por compartilharem da mesma luta, possuíam redes ligadas à situação de luta social (homofilia) e atualmente são predominantemente atreladas ao local de moradia (localismo). Ou seja, são redes com maior grau de homofilia quanto à origem, transformando-se em redes com maior localismo após a instalação no empreendimento. A configuração destas redes infere na possibilidade de mobilidade socioeconômica, pois indivíduos relacionando-se apenas com seus iguais não diversifica o capital social e limita a mobilidade.

Não foi encontrado na análise o efeito migratório decorrente do programa MCMV. De acordo com os dados estudados os indivíduos migrantes já residiam no município ou na região metropolitana antes mesmo da existência do programa habitacional. Tampouco, a alocação dos indivíduos em suas respectivas unidades habitacionais não gerou redes de migrantes, o núcleo familiar anterior ao MCMV se manteve.

Considera-se como relevante que independentemente do contexto onde reside o indivíduo, a sua rede de suporte social constitui um aspecto fundamental para a sua inserção num determinado meio. Ponderação perceptível pela declaração dos participantes na relação de vizinhança e na baixa evasão de moradores. Percebe-se que o espaço socialmente construído cria condições de habitabilidade e de qualidade de convivência. Ao permitir vínculos frágeis e fortes, os indivíduos se mantêm abertos às inovações.

A hipótese inicial de redes mais coesas e colaborativas em participantes de movimentos sociais se confirmou, no entanto, a homogeneidade indicando reduzido capital social. Portanto, os resultados sugerem que a relação entre redes e movimentos sociais é mais complexa do que fora formulado na hipótese inicial.

Tendo em vista a relevância do tema e percebendo os inesgotáveis questionamentos a partir das inferências obtidas neste estudo, as pesquisas sobre a habitação de interesse social e as relações sociais oriundas deste círculo de convivência continuarão, bem como a produção de artigos e estudos neste sentido, dando continuidade através de demais pesquisas, buscando compreender a relação de mobilidade social a partir da obtenção de uma unidade habitacional.

REFERÊNCIAS

- ABREU, S. G.: Programa rede social: questões de intervenção. In: Revista Interações: Sociedade e as Novas Modernidades, Vol. 5, 2003, 67-90. Coimbra: Portugal. 2003.
- ALBUQUERQUE, Maria do Carmo, (Org.) Participação popular em políticas públicas: espaço de construção da democracia brasileira. – São Paulo: Instituto Pólis, 2006.
- ALMEIDA, W.C. de. Direito Imobiliário. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- ALVAREZ, G. A. C. FUCVAM : os sem-teto uruguaios na contramão do neoliberalismo / 2008. 153p. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciências Sociais – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais). Londrina.
- AMORE, C.S. (Org.). Minha casa... e a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis Estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.
- ANDRADE, L. T. de; Et.al. Espaços públicos: interações, apropriações e conflitos Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XXIX, 2015, pág. 129-146. Porto: Portugal. 2015
- ARAUJO, N.V. de; Melucci e Tarrow: revisão teórica sobre movimentos sociais In: Revista em Pauta, v. 7, nº 25, Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010.
- AZEVEDO, S. Vinte anos de política de habitação popular (1964-1986): criação, trajetória e extinção do BNH. In: Revista da Administração Pública, nº 22, out/ dez. 1988, p.107-119. Rio de Janeiro, 1988.
- _____. Habitação e poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional Habitação. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2011.
- BALSAN, R. Impactos decorrentes da Modernização da Agricultura Brasileira. In: CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006.
- BARAVELLI, J. E. O cooperativismo uruguaio na habitação social de São Paulo – Das cooperativas FUCVAM à Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha. 2006, 170 p. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós Graduação da FAU/USP) São Paulo.
- BARBOSA, B.R. (et.al.) O Estatuto da Cidade: Comentado. São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010.
- BARON, C. M. P. A produção da habitação e os conjuntos habitacionais dos Institutos de Aposentadorias e Pensões - IAPs, Revista Tópos v. 5, nº 2, p. 102 - 127, UNESP, 2011.
- BARRERA, M. A method for the assessment of social support networks in community survey research. Connections, 3, 8-18. 1980

BAUMAN, Z. Confiança e medo na cidade. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2009

BLOEMER, N. M. S.; XAVIER, S. S. Programas habitacionais: indicadores de avaliação. In: Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, G&DR, v. 9, n. 3, p. 54-74, set-dez/2013, Taubaté, SP.

BONDUKI, N. G. et.al. Política habitacional e a luta pelo direito à habitação. In: COVRE, Maria de Lourdes M. (org.). A cidadania que não temos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

_____. Origens da habitação social no Brasil. São Paulo: Estação Liberdade, 1994.

_____. Do Projeto Moradia ao Minha Casa Minha Vida. Teoria e Debate, São Paulo, nº 82, ano 22, maio/junho 2009.

BORONAT, Y; RISO, M. La Vivienda De Interes Social En El Uruguay: 1970-1983. Montivideu: Fundacion De Cultura Universitaria, 1992.

BOTEGA, L.da R. Dossiê Cidades De Vargas a Collor: urbanização e política habitacional no Brasil In: Espaço Plural, Ano VIII, nº 17, 2º Semestre 2007, p.66-72. Rio Grande do Sul. 2007.

BOTT, E.: Family and Social Network: Roles, Norms, and Extended Relationships in Ordinary Urban Families, 1990.

BOURDIEU, P. A Miséria do mundo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: maio de 2017.

_____. LEI nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 11 jul. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em: maio de 2017.

_____. LEI nº 11.977, de 07 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 08 jul. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11977.htm. Acesso em: maio de 2017.

_____. POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO. Brasília: Ministério das Cidades, Coordenação de Edições Técnicas, novembro de 2004.

_____. Supremo Tribunal Federal (STF). A Constituição e o Supremo [recurso eletrônico] / Supremo Tribunal Federal. – 4. ed. – Brasília: Secretaria de Documentação, 2011

_____. Plano Nacional de Habitação. Versão para debates Brasília: Ministério das Cidades/ Secretaria Nacional de Habitação Primeira impressão: Maio de 2010.

BRITO, F. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. In: Revista Estudos Avançados, 2006. São Paulo, v. 20, n. 57, p. 221-236, Aug. 2006.

CACCIARI, M. A cidade. Barcelona: Editora Gustavo Gili, 2010.

CALDEIRA, T. P. do R.; Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. 2 ed. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2003

CAPUTO, A. C. (et.al.). A industrialização brasileira nos anos de 1950: Uma análise da instrução 113 da SUMOC. In: Revista Estudos Econômicos, 2009. São Paulo, v. 39, n. 3, p. 513-538, 2009.

CARLOS, E.; Contribuições Da Análise De Redes Sociais Às Teorias De Movimentos Sociais In: Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 19, n. 39, p. 153-166, jun. 2011

CARVALHO, C.S.: O Estatuto da Cidade: comentado. São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010.

CASTELLS, M. O poder da identidade. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. A sociedade em Rede. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

_____. Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTRIOTA, L. B. (org.). Urbanização Brasileira: redescobertas. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 2003.

CHERKEZIAN, H.; BOLAFFI, G. Os caminhos do mal-estar social: habitação e urbanismo no Brasil. Novos Estudos CEBRAP. São Paulo, n.º 50, p 125- 148, 1998.

CUNHA, A. V. da. Redes sociais, efeitos da vizinhança e criminalidade: o capital social e a eficácia coletiva como mecanismos explicativos da violência urbana / Ailton Vieira da Cunha. – Recife: Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós Graduação em Sociologia, Recife – PE, 2014 (2014a).

CUNHA, T.A. Conte Comigo: A migração abrindo portas. Migração Interna, Redes de Suporte Social e Vulnerabilidade Social na Região Metropolitana de Campinas. 2014, 212p. Tese de Doutorado (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas). Campinas –SP, 2014 (2014b).

_____. Redes sociais, capital social e mobilidade residencial intrametropolitana: o caso da Região Metropolitana da Baixada Santista. Campinas, SP: 2010. 134f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. São Paulo, nº 82, ano 22, maio/junho 2009.

DAVIS, M. *Planeta Favela*. Tradução: Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo. 2006.

FAZITO, D.: Capital social, análise de redes e os mecanismos intermediários do sistema migratório Brasil/EUA. In: DIAS, L. C.; FERRARI, M. (Org.). Territorialidades humanas e redes sociais. Florianópolis, Insular, 2011.

FERNANDES, E. Estatuto da Cidade, mais de 10 anos depois: razão de descrença, ou razão de otimismo? Rev. UFMG, Belo Horizonte, v. 20, n.1, p.212-233, jan./jun. 2013.

FJP – FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Déficit habitacional no Brasil 2011-2012: resultados preliminares. Belo Horizonte: FJP, 2014.

FONTES, B.; EICHNER, K. A Formação de Capital Social em uma Comunidade de Baixa Renda. In: MARTINS, Paulo H.; NUNES, Brasilmar F. (Orgs.) (2004). A Nova Ordem Social: Perspectivas da solidariedade contemporânea. Brasília: Paralelo 15. pp. 215-241, 2004.

FRANCO, A. de. Escola de Redes: novas visões sobre a sociedade, o desenvolvimento, a Internet, a política e mundo globalizado. Curitiba: Escola de Redes, 2008.

FRANK, A. G.; FUENTES, M.; Dez teses acerca dos movimentos sociais. Lua Nova [online], n.17, pp.19-48, 1989.

FREEMAN L. C. The development of social network analysis: a study in the sociology of science. SP Empirical Press Vancouver, BC, Canadá, 2004.

FREYRE, G. Casa-grande & senzala. 49 ed. São Paulo: Global, 2004.

GALIZA, H.R DOS S. *Reabilitação de áreas centrais sem gentrificação*. 2015, 190p. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro). Rio de Janeiro.

GOHN, M. G.. Movimentos sociais na contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 333-361, maio/ago. 2011.

_____. Novas Teorias dos movimentos sociais. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

GOMES, M.A.; PEREIRA, M.L. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. Ciênc. saúde coletiva [online]. Vol.10, n.2, pp. 357-363.2005

GRANOVETTER, M. S. (1973); "The strength of weak ties", en American Journal of Sociology; vol 78, nº 6. (pp. 1360 - 1380), 1973.

GUADALUPE, S. Intervenção em rede. Serviço social, sistêmica e redes de suporte social. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

HAERTER, L. O conceito de controle social nos olhares estruturalista, funcionalista, fenomenológico e interacionista In: Revista Querubim – revista eletrônica de trabalhos científicos nas áreas de Letras, Ciências Humanas e Ciências Sociais – Ano 08 nº16 vol. 2 – 2012, p.21-35

HARVEY, D. Cidades rebeldes. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2014.

JARIEGO, I. M. 7 lecturas para iniciarse en el análisis de redes sociales, Fuente y Nota REDES. Revista Hispana para el Análisis de Redes Sociales. Espanha.2014

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos Populacionais. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=355280> Acesso em: maio e junho de 2017.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [et al.] Retrato das desigualdades de gênero e raça. 4ª ed. Brasília: IPEA, 2011.

_____. Atlas da vulnerabilidade social nas regiões metropolitanas brasileiras. Brasília: IPEA, 2015.

KOWARICK, L; MARQUES, E. (orgs.). São Paulo: Novos Percursos E Atores — Sociedade, Cultura E Política, São Paulo: Editora 34/Centro de Estudos da Metrópole, 2011.

LAGO, L.C. do (org.). Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições. Rio de Janeiro: Letra Capital/ Observatório das Metrópoles, 2012.

LAZENGA, E. et.al. Redes sociais e Estruturas Relacionais; tradução Soraia Maciel Moreira. Belo Horizonte - MG: Fino Traço, 2014.

LEFEBVRE, H. A cidade do capital. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LEVIN, J. (et.al.) Estatística para Ciências Humanas. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

LUCHUMANN, L.H.H. et.al. Movimentos Sociais, Participação E Reconhecimento, Florianópolis, Fundação Boiteux, 2008.

MARICATO, E. Política habitacional no regime militar: do milagre brasileiro à crise econômica. Petrópolis. Vozes, 1987

_____. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: Metrópoles brasileiras. In: São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 21-33, 2000 (2000a).

_____. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Org.). A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Rio de Janeiro: Vozes, 2000 (2000b).

_____. Cidades rebeldes. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2014.

MARQUES, E. Redes Sociais, segregação e pobreza em São Paulo. 2007, 182 p. Tese de Livre Docência (Departamento de Ciência Política Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo) São Paulo – SP, 2007.

MARTELETO, R M. Análise de redes sociais – aplicação nos estudos de transferência da informação - Ci. Inf., Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, jan./abr. 2001

McCARTY, C. “La estructura en las redes personales”, Redes-Revista hispana para el análisis de redes sociales, vol. 19, 2010 (<http://revista-redes.rediris.es>)

MELLO, C. A. B. de.; Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Melhoramentos, 2005.

MELUCCI, A.: Um objetivo para os movimentos sociais? In: Lua Nova, São Paulo, n. 17, p. 49-66, June, 1989.

MINEIRO, E. (et.al.). Do Crédito Solidário ao MCMV Entidades: uma história em construção. In: LAGO, L.C. do (org.). Autogestão habitacional no Brasil: utopias e contradições. Rio de Janeiro: Letra Capital/ Observatório das Metrôpoles, 2012.

MOLINA, J.L.. La ciencia de las redes In: Apuntes de Ciencia y Tecnología, Nº 11, junio de 2004.

MOLINA, J., GIL, A. Reciprocidad hoy: la rede de las unidades domésticas y servicios públicos de dos colectivos de Vic (Barcelona). In: Porras, J. e Espinoza, V. Redes: enfoque y aplicaciones del análisis de redes sociales (ARS). Santiago: Universidad Bolivariana. 2005.

MONTANER, J. M.; MUXÍ MARTINEZ, Z. Arquitetura e política. Ensaios para mundos alternativos. 1ª, São Paulo, Gustavo Gili, 2014.

MOORE, G.; 1990. “Structural determinants of men’s and women’s personal networks”. In: Annual Sociological Review, vol. 55, nº5, 1990.

OLIVEIRA, V. F. de. Do BNH ao Minha Casa Minha Vida: mudanças e permanências na política habitacional. In: Caminhos de Geografia Uberlândia v. 15, n. 50, p. 36–53, Jun, 2014.

PARK, R.E. A Cidade: Sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, O. G. (org.). O Fenômeno Urbano: Rio de Janeiro. 1967.

PUTNAM, R. D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. 5. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006 (1993).

REZENDE, V. (Org.). Urbanismo na Era Vargas: a transformação das cidades brasileiras. 1ª Edição. Niterói: Editora da UFF. Intertexto Editora. 2012.

RIBEIRO, L.C.Q. Dinâmica socioterritorial das metrôpoles brasileiras: dispersão e concentração. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada - IPEA. Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise 2006.

_____. Reforma Urbana e gestão democrática: promessas e desafios do Estatuto da Cidade. Rio de Janeiro: Revan. 2012.

ROLNIK, R. É possível uma política urbana contra a exclusão? In: Serviço Social e Sociedade – nº. 72. Ano XXII, novembro de 2002. Cidade, Proteção e controle social, 2002.

_____. A Construção de uma política fundiária e de planejamento urbano para o país. In: Avanços e Desafios. Políticas Sociais (IPEA), v. 12, p. 199-210, Rio de Janeiro, 2006.

NADALIN, V.G. Economia urbana e mercado de habitação. In: CRUZ, B.O. (et. al.) Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil. Brasília: Ipea, 2011.

ROY, A. Planejamento e gestão espacial da pobreza. In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regionais, v. 11, n. 1, maio de 2009, pp. 129-139.

SANTOS, M. A urbanização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

SAULE JR., N.; UZZO, K.. A trajetória da reforma urbana no Brasil. In: SUGRANYES, A.; MATHIVET, C.(org.). Cidades para todos: propostas e experiências pelo direito à cidade. Santiago, Chile: HIC, 2010. p. 259-270.

SASSEN, S. La ciudad global: Nueva York, Londres, Tokio. Argentina: Universidade de Buenos Aires, 1999.

SCHERER-WARREN, I. Redes de movimentos sociais na América Latina - caminhos para uma política emancipatória? Caderno CRH, Salvador, v. 21, n. 54, p.505-517, set./dez. 2008.

_____. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

SILVA, M. K.; “Diz-me com quem andas, que te direi quem és”: Uma (breve) introdução à Análise de Redes Sociais. REVISTA USP, São Paulo, n. 92, p. 114-130, dezembro/fevereiro. 2012.

SILVA, R. A. DOS S. *O Cooperativismo Autogestionário Na Produção Da Habitação Popular*. 2009, 112 p. Dissertação de Mestrado (Escola de Arquitetura da UFMG) Belo Horizonte.

SIMMEL, G. As grandes cidades e a vida do espírito. In: Mana – Estudos de Antropologia Social. V. 11 nº 2, out., pp. 577-591, 2005.

SPOSITO, M.E.B. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, A.F.A; SOUZA, M.L.de; SPOSITO, M.E.B (Org.). A produção do espaço urbano. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

TABOÃO DA SERRA. LEI COMPLEMENTAR Nº 132 de 26 de dezembro de 2006 com as alterações da Lei Complementar 164 de 24 de abril de 2008, da Lei Complementar 176 de 03

de fevereiro de 2009 e da Lei Complementar 290 de 28 de dezembro de 2012. Diário Oficial do Município de Taboão da Serra, 28 de dezembro de 2012.

TARROW, S.; Para Mapear O Confronto Político In: Lua Nova, v. 76, 11-48. São Paulo, 2009.

TOMAÉL, M.I.; ALACARÁ, A.R.; DI CHIARA, I.G. Das redes sociais à Inovação In: Ciência da Informação – nº. 02. Volume 34, Maio/Agosto de 2005. Brasília. 2005.

TORRES, M. D. de F.. Estado, democracia e administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

TOURAINÉ, A.; Na fronteira dos movimentos sociais In: Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, n.1, p. 17-28, jan./abr. 2006.

VILLAÇA. F. O que todo cidadão precisa saber sobre habitação. São Paulo: Global Editora, 1986.

_____. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln institute, 2001.p. 69-111.

WATTS, D.J.: Seis Graus de Separação - A evolução da ciência de redes em uma era conectada. São Paulo: Leopardo, 2009

WERNA, E.: Pluralismo na habitação. São Paulo: Annablume, 2001.

WIRTH, L.: O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, O. G. (org.). O Fenômeno Urbano: Rio de Janeiro. 1967.

Questionário - Caracterização geral

Nome		Aposentado	
		Outros	
Sexo		Profissão que exerce atualmente	
Masculino 1			
Feminino 3			
Idade		Rendimento R\$ (valor discreto)	
18 – 25 anos			
26 – 32 anos			
33 – 39 anos			
40 – 47 anos			
48 – 54 anos			
> 55 anos			
Estado Civil		Núcleo familiar	
Solteiro		Nome	
Casado (Civil/ União)		Parentesco	
Divorciado			
Outros			
Ecolaridade		Qual é o bairro de residência anterior	
Sem escolaridade			
Ensino primário			
Ensino fundamental			
Ensino médio			
Ensino superior			
Pós-graduação			
Município de Residência em 2012		Vive quanto tempo no conjunto habitacional	
Situação na Profissão		Pessoa responsável pelo Domicílio	
Trabalhador autônomo		Filho (a) do responsável	
Trabalhador formal (carteira assinada)		Mãe	
Membro de cooperativa de produção		Sogra	
Desempregado		Irmã	
Estudante		Agregada	
		Esposa/ Marido	
		Outros	
		Relação Com Responsável	

Vizinhos	Gosto dos vizinhos que tenho agora	
	Gostaria de ter outras pessoas conhecidas como vizinhos	
	Gostaria de ter pessoas desconhecidas como vizinhos	
	Gostaria de ter meus antigos vizinhos	

Vizinhos	Muito próximo (falo com eles todos os dias)	
	Próxima (recorro a eles sempre que preciso)	
	Razoável (falo com alguns e evito falar com outros)	
	Pouco próxima (é raro falar com eles)	
	Nada próxima (evito falar com eles)	

Relação com a vizinhança

	Apoio material: A quem você recorre quando precisa de algum...
Alimento, Medicamento	
Equipamento/ bem (emprestado)	
Dinheiro	

	Apoio imaterial: A quem você recorre quando precisa de ajuda...
Dentro de casa (tarefas, atividades)	
Com as crianças ou com idosos	
Se ficar doente	

Apoio emocional: A quem você procura quando quer...	
Contar segredo	
Pedir um conselho	
Pedir uma informação	
Para divertir	
Já discutiu/brigou/se desentendeu com alguém	

Caracterização da Rede Social

Nome	Vínculo	Frequência	Residência	Você já ajudou com...	Você já ajudou...	Você...
	<input type="checkbox"/> Família _____ <input type="checkbox"/> Amigo <input type="checkbox"/> Trab./Estudo <input type="checkbox"/> Vizinho	<input type="checkbox"/> Diariamente <input type="checkbox"/> Alg. vezes p/sem. <input type="checkbox"/> Semanalmente <input type="checkbox"/> Alg. vezes p/ mês <input type="checkbox"/> Alg. vezes p/ano	<input type="checkbox"/> na mesma casa <input type="checkbox"/> no mesmo Conj. <input type="checkbox"/> no mesmo Bairro <input type="checkbox"/> no B. q morava <input type="checkbox"/> outro lugar	<input type="checkbox"/> alimento <input type="checkbox"/> medicamento <input type="checkbox"/> equip./ bem <input type="checkbox"/> dinheiro	<input type="checkbox"/> dentro de casa <input type="checkbox"/> com as crianças <input type="checkbox"/> com idosos <input type="checkbox"/> com enfermos	<input type="checkbox"/> ouviu um segredo <input type="checkbox"/> deu conselho <input type="checkbox"/> dá informações <input type="checkbox"/> recebe convite para divertir
	<input type="checkbox"/> Família _____ <input type="checkbox"/> Amigo <input type="checkbox"/> Trab./Estudo <input type="checkbox"/> Vizinho	<input type="checkbox"/> Diariamente <input type="checkbox"/> Alg. vezes p/sem. <input type="checkbox"/> Semanalmente <input type="checkbox"/> Alg. vezes p/ mês <input type="checkbox"/> Alg. vezes p/ano	<input type="checkbox"/> na mesma casa <input type="checkbox"/> no mesmo Conj. <input type="checkbox"/> no mesmo Bairro <input type="checkbox"/> no B. q morava <input type="checkbox"/> outro lugar	<input type="checkbox"/> alimento <input type="checkbox"/> medicamento <input type="checkbox"/> equip./ bem <input type="checkbox"/> dinheiro	<input type="checkbox"/> dentro de casa <input type="checkbox"/> com as crianças <input type="checkbox"/> com idosos <input type="checkbox"/> com enfermos	<input type="checkbox"/> ouviu um segredo <input type="checkbox"/> deu conselho <input type="checkbox"/> dá informações <input type="checkbox"/> recebe convite para divertir

ANEXO II

HUBS AND AUTHORITIES

```
-----
Input network:          S01 - E (D:\RAQUEL\Documents\UCINET data\S01 - E)
Output scores:         S01 - E-HubAuth (D:\RAQUEL\Documents\UCINET data\S01 - E-HubAuth)
No. of dimensions:    1
```

		1	2
		Hub	Author
		-----	-----
1	S01 - E	1.000	0.000
2	Natalia	0.000	0.316
3	Guilherme	0.000	0.316
4	Paulo	0.000	0.316
5	Ailton	0.000	0.316
6	Ariana	0.000	0.316
7	Afonso	0.000	0.316
8	Simone	0.000	0.316
9	Djan	0.000	0.316
10	Silvana	0.000	0.316
11	Cris	0.000	0.316

```
-----
Running time: 00:00:01
Output generated: 03 jan 18 14:33:42
UCINET 6.647 Copyright (c) 1992-2017 Analytic Technologies
```

|

EGONET DENSITY FOR VALUED TIES

```
-----
Input dataset:          S01 - E (D:\RAQUEL\Documents\UCINET data\S01 - E)
Incoming ties:         GT 0
Outgoing ties:         GT 0
Output dataset:        S01 - E-egoden (D:\RAQUEL\Documents\UCINET data\S01 - E-egoden)
```

		1	2	3
		Si	Av	De
		ze	g	ns
		De	it	
		g	y	
		-----	-----	-----
1	S01 - E	10	0	0
2	Natalia	1	0	
3	Guilherme	1	0	
4	Paulo	1	0	
5	Ailton	1	0	
6	Ariana	1	0	
7	Afonso	1	0	
8	Simone	1	0	
9	Djan	1	0	
10	Silvana	1	0	
11	Cris	1	0	

11 rows, 3 columns, 1 levels.

```
-----
Running time: 00:00:01 seconds.
Output generated: 03 jan 18 12:26:02
UCINET 6.647 Copyright (c) 1992-2017 Analytic Technologies
```

CLIQUE

Minimum Set Size: 3
 Input dataset: S01 - E (D:\RAQUEL\Documents\UCINET data\S01 - E)
 0 cliques found

Clique Participation Scores: Prop. of clique members that each node is adjacent to

Actor-by-Actor Clique Co-Membership Matrix

		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
		S	N	O	P	A	A	A	S	D	S	C
1	S01 - E	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2	Natalia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3	Guilherme	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4	Paulo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5	Ailton	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6	Ariana	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
7	Afonso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	Simone	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	Djan	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10	Silvana	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11	Cris	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

HIERARCHICAL CLUSTERING OF OVERLAP MATRIX

Level	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
0.000	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

FREEMAN DEGREE CENTRALITY

Input dataset: S01 - E (D:\RAQUEL\Documents\UCINET data\S01 - E)
 Output degree dataset: S01 - E-deg (D:\RAQUEL\Documents\UCINET data\S01 - E-deg)
 Output centralization dataset: S01 - E-degcz (D:\RAQUEL\Documents\UCINET data\S01 - E-degcz)
 Treat data as: Auto-detect
 Output raw totals: YES
 Output averages (normalized): YES
 Allow edge weights: YES
 Weighted normalization: YES
 Exclude diagonal: YES

Network Sheet 1 is directed? YES

Degree Measures

		1	2	3	4
		Outdeg	Indeg	nOutdeg	nIndeg
1	S01 - E	10.000	7.000	1.000	0.700
2	Natalia	0.000	1.000	0.000	0.100
3	Guilherme	0.000	1.000	0.000	0.100
4	Paulo	1.000	1.000	0.100	0.100
5	Ailton	1.000	1.000	0.100	0.100
6	Ariana	1.000	1.000	0.100	0.100
7	Afonso	0.000	1.000	0.000	0.100
8	Simone	1.000	1.000	0.100	0.100
9	Djan	1.000	1.000	0.100	0.100
10	Silvana	1.000	1.000	0.100	0.100
11	Cris	1.000	1.000	0.100	0.100

11 rows, 4 columns, 1 levels.

Graph Centralization -- as proportion, not percentage

	1	2
	Out-Centralization	In-Centralization
1 Sheet 1	0.9300	0.6000

1 rows, 2 columns, 1 levels.

CLUSTERING COEFFICIENT

Input dataset: S01 - E (D:\RAQUEL\Documents\UCINET data\S01 - E)

Overall graph clustering coefficient: 0.000
 Network density: 0.155
 (cc - density)/cc: -Inf
 Weighted Overall graph clustering coefficient: 0.000
 Small world index: 0.000

Node Clustering Coefficients

		1	2
		Clus Coef	HPairs
1	S01 - E	0.000	45.000
2	Natalia	0.000	0.000
3	Guilherme	0.000	0.000
4	Paulo	0.000	0.000
5	Ailton	0.000	0.000
6	Ariana	0.000	0.000
7	Afonso	0.000	0.000
8	Simone	0.000	0.000
9	Djan	0.000	0.000
10	Silvana	0.000	0.000
11	Cris	0.000	0.000

Node-level clustering coefficients saved as dataset ClusteringCoefficients (D:\RAQUEL\Documents\UCINET data\ClusteringCoefficients)
 Overall clustering coefficients saved as dataset OverallCC (D:\RAQUEL\Documents\UCINET data\OverallCC)

Please note that, for undirected graphs, the weighted clustering coefficient is simply transitivity.

Running time: 00:00:01
 Output generated: 03 Jan 18 12:52:24
 UCINET 6.647 Copyright (c) 1992-2017 Analytic Technologies

HUBS AND AUTHORITIES

Input network: S02 - E (D:\RAQUEL\Documents\UCINET data\S02 - E)
 Output scores: S02 - E-HubAuth (D:\RAQUEL\Documents\UCINET data\S02 - E-HubAuth)
 No. of dimensions: 1

		1	2
		Hub	Author
1	S02 - E	-1.000	0.000
2	Maria	0.000	-0.447
3	Marin@sio	0.000	-0.447
4	Cris	0.000	-0.447
5	Edinho	0.000	-0.447
6	Maria das Dolres	0.000	-0.447

Running time: 00:00:01
 Output generated: 03 Jan 18 14:31:33
 UCINET 6.647 Copyright (c) 1992-2017 Analytic Technologies

EGONET DENSITY FOR VALUED TIES

```
-----
Input dataset:          S02 - E (D:\RAQUEL\Documents\UCINET data\S02 - E
Incoming ties:         GT 0
Outgoing ties:        GT 0
Output dataset:       S02 - E-egoden (D:\RAQUEL\Documents\UCINET data\S02 - E-egoden
```

		1	2	3
		S	A	D
		i	v	e
		z	g	n
		e	s	
		D	i	
		e	t	
		g	y	
		-	-	-
1	S02 - E	5	0	0
2	Maria	1	0	
3	Marinésio	1	0	
4	Cris	1	0	
5	Edinho	1	0	
6	Maria das Dores	1	0	

6 rows, 3 columns, 1 levels.

```
-----
Running time: 00:00:01 seconds.
Output generated: 03 jan 18 14:37:17
UCINET 6.647 Copyright (c) 1992-2017 Analytic Technologies
```

FREEMAN DEGREE CENTRALITY

```
-----
Input dataset:          S02 - E (D:\RAQUEL\Documents\UCINET data\S02 - E
Output degree dataset: S02 - E-deg (D:\RAQUEL\Documents\UCINET data\S02 - E-deg
Output centralization dataset: S02 - E-degcz (D:\RAQUEL\Documents\UCINET data\S02 - E-degcz
Treat data as:         Auto-detect
Output raw totals:     YES
Output averages (normalized): YES
Allow edge weights:    YES
Weighted normalization: YES
Exclude diagonal:      YES
```

Network Sheet 1 is directed? YES

Degree Measures

		1	2	3	4
		Outde	Indeg	nOutd	nInde
		g	eg	g	g
1	S02 - E	5.000	4.000	1.000	0.800
2	Maria	1.000	1.000	0.200	0.200
3	Marinésio	1.000	1.000	0.200	0.200
4	Cris	0.000	1.000	0.000	0.200
5	Edinho	1.000	1.000	0.200	0.200
6	Maria das Dores	1.000	1.000	0.200	0.200

6 rows, 4 columns, 1 levels.

Graph Centralization -- as proportion, not percentage

	1	2
	Out-Ce	In-Ce
	ntrali	traliz
	zation	ation
1	Sheet 1	0.8400 0.6000

1 rows, 2 columns, 1 levels.

```
-----
Running time: 00:00:01 seconds.
Output generated: 03 jan 18 13:59:20
```

CLIQUEs

Minimum Set Size: 3
 Input dataset: S02 - E (D:\RAQUEL\Documents\UCINET data\S02 - E)

0 cliques found.

Clique Participation Scores: Prop. of clique members that each node is adjacent to

Actor-by-Actor Clique Co-Membership Matrix

		1	2	3	4	5	6
		S	M	M	C	E	M
		-	-	-	-	-	-
1	S02 - E	0	0	0	0	0	0
2	Maria	0	0	0	0	0	0
3	Marin@sio	0	0	0	0	0	0
4	Cris	0	0	0	0	0	0
5	Edinho	0	0	0	0	0	0
6	Maria das Dores	0	0	0	0	0	0

HIERARCHICAL CLUSTERING OF OVERLAP MATRIX

```

      M
      a
    M  r
    a  i
    r  a
S    i  E
0 M n d d
2 a C i a
- r s r n s
  i i i h
E a o s o D

Level  1 2 3 4 5 6
-----
0.000  XXXXXXXXXXXX

```

Group indicator matrix saved as dataset CliqueSets

CLUSTERING COEFFICIENT

 Input dataset: S03-E 2 (D:\RAQUEL\Documents\UCINET data\S03-E 2)

Overall graph clustering coefficient: 0.000
 Network density: 0.173
 (cc - density)/cc: -Inf
 Weighted Overall graph clustering coefficient: 0.000
 Small world index: 0.000

Node Clustering Coefficients

		1	2
		Clus Coef	nPairs
		-----	-----
1	S03 -E	0.000	45.000
2	Cintia		0.000
3	Cremilda		0.000
4	Rosa		0.000
5	Edvaldo		0.000
6	Rosevaldo		0.000
7	Gilvan		0.000
8	Ilton		0.000
9	Maria de Fátima		0.000
10	Selma		0.000
11	Neuza		0.000

Node-level clustering coefficients saved as dataset ClusteringCoefficients (D:\RAQUEL\Documents\UCINET data\ClusteringCoefficients)
 Overall clustering coefficients saved as dataset OverallCC (D:\RAQUEL\Documents\UCINET data\OverallCC)

Please note that, for undirected graphs, the weighted clustering coefficient is simply transitivity.

 Running time: 00:00:01
 Output generated: 29 Jan 18 11:58:24
 UCINET 6.647 Copyright (c) 1992-2017 Analytic Technologies

FREEMAN DEGREE CENTRALITY

```

Input dataset:                S03-E 2 (D:\RAQUEL\Documents\UCINET data\S03-E 2
Output degree dataset:       S03-E 2-deg (D:\RAQUEL\Documents\UCINET data\S03-E 2-deg
Output centralization dataset: S03-E 2-degcz (D:\RAQUEL\Documents\UCINET data\S03-E 2-degcz
Treat data as:               Auto-detect
Output raw totals:           YES
Output averages (normalized): YES
Allow edge weights:          YES
Weighted normalization:     YES
Exclude diagonal:            YES
    
```

Network Plan1 is directed? YES

Degree Measures

		1	2	3	4
		Outdeg	Indeg	nOutdeg	nIndeg
1	S03 -E	10.000	9.000	1.000	0.900
2	Cintia	1.000	1.000	0.100	0.100
3	Cremilda	1.000	1.000	0.100	0.100
4	Rosa	1.000	1.000	0.100	0.100
5	Edvaldo	1.000	1.000	0.100	0.100
6	Rosevaldo	1.000	1.000	0.100	0.100
7	Gilvan	1.000	1.000	0.100	0.100
8	Ilton	1.000	1.000	0.100	0.100
9	Maria de Fátima	1.000	1.000	0.100	0.100
10	Selma	1.000	1.000	0.100	0.100
11	Neuza	0.000	1.000	0.000	0.100

11 rows, 4 columns, 1 levels.

Graph Centralization -- as proportion, not percentage

	1	2
	Out-Ce	In-Ce
1 Plan1	0.9100	0.8000

1 rows, 2 columns, 1 levels.

CLUSTERING COEFFICIENT

```

Input dataset:                S04 -E 2 (D:\RAQUEL\Documents\UCINET data\S04 -E 2)
Overall graph clustering coefficient: 0.000
Network density: 0.214
(cc - density)/cc: -Inf
Weighted Overall graph clustering coefficient: 0.000
Small world index: 0.000
    
```

Node Clustering Coefficients

		1	2
		Clus Coef	nPairs
1	S04 -E	0.000	15.000
2	Janete		0.000
3	Djan		0.000
4	Cristiane		0.000
5	Silvana		0.000
6	Andreia		0.000
7	Maria Lucil#ncia		0.000

Node-level clustering coefficients saved as dataset ClusteringCoefficients (D:\RAQUEL\Documents\UCINET data\ClusteringCoefficients)
 Overall clustering coefficients saved as dataset OverallCC (D:\RAQUEL\Documents\UCINET data\OverallCC)

Please note that, for undirected graphs, the weighted clustering coefficient is simply transitivity.

```

Running time: 00:00:01
Output generated: 29 Jan 18 12:06:52
UCINET 6.647 Copyright (c) 1992-2017 Analytic Technologies
    
```


FREEMAN DEGREE CENTRALITY

```
-----
Input dataset:          S04 -E 2 (D:\RAQUEL\Documents\UCINET data\S04 -E 2
Output degree dataset: S04 -E 2-deg (D:\RAQUEL\Documents\UCINET data\S04 -E 2-deg
Output centralization dataset: S04 -E 2-degcz (D:\RAQUEL\Documents\UCINET data\S04 -E 2-degcz
Treat data as:        Auto-detect
Output raw totals:    YES
Output averages (normalized): YES
Allow edge weights:  YES
Weighted normalization: YES
Exclude diagonal:    YES
```

Network Plan1 is directed? YES

Degree Measures

		1	2	3	4
	Outde	Indeg	nOutd	nInde	
	g	eg	eg	g	
	-----	-----	-----	-----	-----
1	S04 -E	6.000	3.000	1.000	0.500
2	Janete	1.000	1.000	0.167	0.167
3	Djan	1.000	1.000	0.167	0.167
4	Cristiane	0.000	1.000	0.000	0.167
5	Silvana	1.000	1.000	0.167	0.167
6	Andreia	0.000	1.000	0.000	0.167
7	Maria Lucilândia	0.000	1.000	0.000	0.167

7 rows, 4 columns, 1 levels.

Graph Centralization -- as proportion, not percentage

	1	2
	Out-Ce	In-Cen
	ntrali	traliz
	zation	ation
	-----	-----
1 Plan1	0.9167	0.3333

1 rows, 2 columns, 1 levels.

```
-----
Running time: 00:00:01 seconds.
Output generated: 29 jan 18 12:10:59
```

HUBS AND AUTHORITIES

```
-----
Input network:          S01 - FAR (D:\RAQUEL\Documents\UCINET data\S01 - FAR)
Output scores:         S01 - FAR-HubAuth (D:\RAQUEL\Documents\UCINET data\S01 - FAR-HubAuth)
No. of dimensions:    1
```

		1	2
	Hub	Author	
	-----	-----	-----
1	S01 - FAR	1.000	0.000
2	Graziele	0.000	0.354
3	Edleia	0.000	0.354
4	Joaquina	0.000	0.354
5	Inês	0.000	0.354
6	Janecléide	0.000	0.354
7	Evelin	0.000	0.354
8	Francisco	0.000	0.354
9	Ronaldo	0.000	0.354

```
-----
Running time: 00:00:01
Output generated: 03 jan 18 15:09:23
UCINET 6.647 Copyright (c) 1992-2017 Analytic Technologies
```

CLUSTERING COEFFICIENT

Input dataset: S01 - FAR (D:\RAQUEL\Documents\UCINET data\S01 - FAR)

Overall graph clustering coefficient: 0.000
 Network density: 0.194
 (cc - density)/cc: -Inf
 Weighted Overall graph clustering coefficient: 0.000
 Small world index: 0.000

Node Clustering Coefficients

		1	2
		Clus Coef	nPairs
1	S01 - FAR	0.000	28.000
2	Graziele	0.000	0.000
3	Edleia	0.000	0.000
4	Joaquina	0.000	0.000
5	Inês	0.000	0.000
6	Janecléide	0.000	0.000
7	Evelin	0.000	0.000
8	Francisco	0.000	0.000
9	Ronaldo	0.000	0.000

Node-level clustering coefficients saved as dataset ClusteringCoefficients (D:\RAQUEL\Documents\UCINET data\ClusteringCoefficients)
 Overall clustering coefficients saved as dataset OverallCC (D:\RAQUEL\Documents\UCINET data\OverallCC)

Please note that, for undirected graphs, the weighted clustering coefficient is simply transitivity;

Running time: 00:00:01
 Output generated: 03 jan 18 15:17:27
 UCINET 6.647 Copyright (c) 1992-2017 Analytic Technologies

EGONET DENSITY FOR VALUED TIES

Input dataset: S01 - FAR (D:\RAQUEL\Documents\UCINET data\S01 - FAR)
 Incoming ties: GT 0
 Outgoing ties: GT 0
 Output dataset: S01 - FAR-egoden (D:\RAQUEL\Documents\UCINET data\S01 - FAR-egoden)

	1	2	3
	S	A	D
	i	v	e
	-	e	n
	e	s	
	D	i	
	e	t	
	E	y	
	-	-	-
1	S01 - FAR	8	0
2	Graziele	1	0
3	Edleia	1	0
4	Joaquina	1	0
5	Inês	1	0
6	Janecléide	1	0
7	Evelin	1	0
8	Francisco	1	0
9	Ronaldo	1	0

9 rows, 3 columns, 1 levels.

Running time: 00:00:01 seconds.
 Output generated: 03 jan 18 15:16:09
 UCINET 6.647 Copyright (c) 1992-2017 Analytic Technologies

CLIQUEES

 Minimum Set Size: 3
 Input dataset: S04 - FAR (D:\RAQUEL\Documents\UCINET data\S04 - FAR)
 0 cliques found.

Clique Participation Scores: Prop. of clique members that each node is adjacent to

Actor-by-Actor Clique Co-Membership Matrix

		1	2	3	4	5	6
		S	E	P	Z	G	L
		-	-	-	-	-	-
1	S04 - FAR	0	0	0	0	0	0
2	Eduardo	0	0	0	0	0	0
3	Pedro	0	0	0	0	0	0
4	Z ϕ	0	0	0	0	0	0
5	Gil	0	0	0	0	0	0
6	Luciano	0	0	0	0	0	0

HIERARCHICAL CLUSTERING OF OVERLAP MATRIX

```

S
0
4 E L
  d u
- u P c
  a e i
F r d G a
A d r Z i n
R o o  $\phi$  l o

Level 1 2 3 4 5 6
-----
0.000 XXXXXXXXXXXX
  
```

Group indicator matrix saved as dataset CliqueSets
 Actor-by-Actor clique co-membership matrix saved as dataset CliqueOverlap
 Clique co-membership partition-by-actor indicator matrix saved as dataset CliquePart

FREEMAN DEGREE CENTRALITY

 Input dataset: S01 - FAR (D:\RAQUEL\Documents\UCINET data\S01 - FAR)
 Output degree dataset: S01 - FAR-deg (D:\RAQUEL\Documents\UCINET data\S01 - FAR-deg)
 Output centralization dataset: S01 - FAR-degci (D:\RAQUEL\Documents\UCINET data\S01 - FAR-degci)
 Treat data as: Auto-detect
 Output raw totals: YES
 Output averages (normalized): YES
 Allow edge weights: YES
 Weighted normalization: YES
 Exclude diagonal: YES

Network S01 - FAR is directed? YES

Degree Measures

		1	2	3	4
		Outde	Indeg	nOutd	nInde
		#	#	#	#
1	S01 - FAR	0.000	0.000	1.000	0.750
2	Graciele	1.000	1.000	0.125	0.125
3	Edwaia	1.000	1.000	0.125	0.125
4	Joaquina	1.000	1.000	0.125	0.125
5	Inês	1.000	1.000	0.125	0.125
6	Janacielde	0.000	1.000	0.000	0.125
7	Evelin	1.000	1.000	0.125	0.125
8	Francisco	1.000	1.000	0.125	0.125
9	Ronaldo	0.000	1.000	0.000	0.125

9 rows, 4 columns, 1 levels.

Graph Centralization -- as proportion, not percentage

		1	2
		Out-Ce	In-Cen
		ntrol	tration
		ation	ation
1	S01 - FAR	0.9003	0.0250

1 rows, 2 columns, 1 levels.

CLUSTERING COEFFICIENT

Input dataset: s02 - far 2.0 (D:\RAQUEL\Documents\UCINET data\s02 - far 2.0)

Overall graph clustering coefficient: 0.000
 Network density: 0.250
 (cc - density)/cc: -Inf
 Weighted Overall graph clustering coefficient: 0.000
 Small world index: 0.000

Node Clustering Coefficients

	1	2
	Clus Coef	nPairs
1 S02 - FAR	0.000	21.000
2 Antonio	0.000	0.000
3 Diego	0.000	0.000
4 Marcos	0.000	0.000
5 Francisco	0.000	0.000
6 Eduardo	0.000	0.000
7 Patricia	0.000	0.000
8 Danilo	0.000	0.000

Node-level clustering coefficients saved as dataset ClusteringCoefficients (D:\RAQUEL\Documents\UCINET data\ClusteringCoefficients)
 Overall clustering coefficients saved as dataset OverallCC (D:\RAQUEL\Documents\UCINET data\OverallCC)

Please note that, for undirected graphs, the weighted clustering coefficient is simply transitivity.

Running time: 00:00:01
 Output generated: 29 Jan 18 12:17:14
 UCINET 6.647 Copyright (c) 1992-2017 Analytic Technologies

FREEMAN DEGREE CENTRALITY

Input dataset: s02 - far 2.0 (D:\RAQUEL\Documents\UCINET data\s02 - far 2.0)
 Output degree dataset: s02 - far 2 (D:\RAQUEL\Documents\UCINET data\s02 - far 2)
 Output centralization dataset: s02 - far 2 (D:\RAQUEL\Documents\UCINET data\s02 - far 2)
 Treat data as: Auto-detect
 Output raw totals: YES
 Output averages (normalized): YES
 Allow edge weights: YES
 Weighted normalization: YES
 Exclude diagonal: YES

Network Plan1 is directed? NO

Degree Measures

	1	2
	Degree	nDegr
	e	ee
1 S02 - FAR	7.000	1.000
2 Antonio	1.000	0.143
3 Diego	1.000	0.143
4 Marcos	1.000	0.143
5 Francisco	1.000	0.143
6 Eduardo	1.000	0.143
7 Patricia	1.000	0.143
8 Danilo	1.000	0.143

8 rows, 2 columns, 1 levels.

Graph Centralization -- as proportion, not percentage

1
Centralization
1 Plan1 1.0000

1 rows, 1 columns, 1 levels.

Running time: 00:00:01 seconds.

 CLIQUES

Minimum Set Size: 3
 Input dataset: s02 - far 2.0 (D:\RAQUEL\Documents\UCINET data\s02 - far 2.0)

0 cliques found.

Clique Participation Scores: Prop. of clique members that each node is adjacent to

Actor-by-Actor Clique Co-Membership Matrix

		1	2	3	4	5	6	7	8
	S A D M F E P D								
		-	-	-	-	-	-	-	-
1	S02 - FAR	0	0	0	0	0	0	0	0
2	Antonio	0	0	0	0	0	0	0	0
3	Diego	0	0	0	0	0	0	0	0
4	Marcos	0	0	0	0	0	0	0	0
5	Francisco	0	0	0	0	0	0	0	0
6	Eduardo	0	0	0	0	0	0	0	0
7	Patricia	0	0	0	0	0	0	0	0
8	Daniilo	0	0	0	0	0	0	0	0

HIERARCHICAL CLUSTERING OF OVERLAP MATRIX

	S	F	P
0	A	a	E a
2	n	H n d t D	
-	t	D a c u r a	
		o i r i a i n	
		F n e c a r c i	
		A i g o c d i l	
		R o o s o o a o	

Level	1	2	3	4	5	6	7	8
0.000	X	X	X	X	X	X	X	X

Group indicator matrix saved as dataset CliqueSets
 Actor-by-Actor clique co-membership matrix saved as dataset CliqueOverlap

 CLIQUES

Minimum Set Size: 3
 Input dataset: s03 - far 2.0 (D:\RAQUEL\Documents\UCINET data\s03 - far 2.0)

0 cliques found.

Clique Participation Scores: Prop. of clique members that each node is adjacent to

Actor-by-Actor Clique Co-Membership Matrix

		1	2	3	4	5	6	7
		S	V	L	M	G	L	S
		-	-	-	-	-	-	-
1	S03 - FAR	0	0	0	0	0	0	0
2	Vanete	0	0	0	0	0	0	0
3	Lane	0	0	0	0	0	0	0
4	Maura	0	0	0	0	0	0	0
5	Gracia	0	0	0	0	0	0	0
6	Lucimar	0	0	0	0	0	0	0
7	Sandra	0	0	0	0	0	0	0

HIERARCHICAL CLUSTERING OF OVERLAP MATRIX

```

S
0      L
3 V      u S
- a  M G c a
  n L a r i n
F e a u a m d
A t n r a r
R e e a a r a

Level  1 2 3 4 5 6 7
-----
0.000  XXXXXXXXXXXXX
  
```

Group indicator matrix saved as dataset CliqueSets
 Actor-by-Actor clique co-membership matrix saved as dataset CliqueOverlap
 Clique co-membership partition-by-actor indicator matrix saved as dataset CliquePart

 FREEMAN DEGREE CENTRALITY

```

Input dataset:          s03 - far 2.0 (D:\RAQUEL\Documents\UCINET data\s03 - far 2.0
Output degree dataset: s03 - far 2 (D:\RAQUEL\Documents\UCINET data\s03 - far 2
Output centralization dataset: s03 - far 2 (D:\RAQUEL\Documents\UCINET data\s03 - far 2
Treat data as:         Auto-detect
Output raw totals:     YES
Output averages (normalized): YES
Allow edge weights:    YES
Weighted normalization: YES
Exclude diagonal:      YES
  
```

Network Plan1 is directed? NO

Degree Measures

	1	2
	Degree	nDegree
	e	ee

1 S03 - FAR	6.000	1.000
2 Vanete	1.000	0.167
3 Lane	1.000	0.167
4 Maura	1.000	0.167
5 Graça	1.000	0.167
6 Lucimar	1.000	0.167
7 Sandra	1.000	0.167

7 rows, 2 columns, 1 levels.

Graph Centralization -- as proportion, not percentage

	1
	Centralization
	on

1 Plan1	1.0000

1 rows, 1 columns, 1 levels.

Running time: 00:00:01 seconds.
 Output generated: 29 jan 18 12:27:23

 CLUSTERING COEFFICIENT

Input dataset: s03 - far 2.0 (D:\RAQUEL\Documents\UCINET data\s03 - far 2.0)

Overall graph clustering coefficient: 0.000
 Network density: 0.286
 (cc - density)/cc: -Inf
 Weighted Overall graph clustering coefficient: 0.000
 Small world index: 0.000

Node Clustering Coefficients

		1	2
		Clus Coef	nPairs
1	S03 - FAR	0.000	15.000
2	Vanete		0.000
3	Lane		0.000
4	Maura		0.000
5	Gracia		0.000
6	Lucimar		0.000
7	Sandra		0.000

Node-level clustering coefficients saved as dataset ClusteringCoefficients (D:\RAQUEL\Documents\UCINET data\ClusteringCoefficients)
 Overall clustering coefficients saved as dataset OverallCC (D:\RAQUEL\Documents\UCINET data\OverallCC)

Please note that, for undirected graphs, the weighted clustering coefficient is simply transitivity.

 Running time: 00:00:01
 Output generated: 29 jan 18 12:23:13
 UCINET 6.647 Copyright (c) 1992-2017 Analytic Technologies

CLUSTERING COEFFICIENT

Input dataset: S04 - FAR (D:\RAQUEL\Documents\UCINET data\S04 - FAR)

Overall graph clustering coefficient: 0.000
 Network density: 0.333
 (cc - density)/cc: -Inf
 Weighted Overall graph clustering coefficient: 0.000
 Small world index: 0.000

Node Clustering Coefficients

		1	2
		Clus Coef	nPairs
1	S04 - FAR	0.000	10.000
2	Eduardo		0.000
3	Pedro		0.000
4	Zé		0.000
5	Gil		0.000
6	Luciano		0.000

Node-level clustering coefficients saved as dataset ClusteringCoefficients (D:\RAQUEL\Documents\UCINET data\ClusteringCoefficients)
 Overall clustering coefficients saved as dataset OverallCC (D:\RAQUEL\Documents\UCINET data\OverallCC)

Please note that, for undirected graphs, the weighted clustering coefficient is simply transitivity.

Running time: 00:00:01
 Output generated: 03 Jan 18 15:48:37
 UCINET 6.647 Copyright (c) 1992-2017 Analytic Technologies

EGONET DENSITY FOR VALUED TIES

Input dataset: S04 - FAR (D:\RAQUEL\Documents\UCINET data\S04 - FAR)
 Incoming ties: GT 0
 Outgoing ties: GT 0
 Output dataset: S04 - FAR-egoden (D:\RAQUEL\Documents\UCINET data\S04 - FAR-egoden)

	1	2	3
1	S04 - FAR	5	0 0
2	Eduardo	1	0
3	Pedro	1	0
4	Zé	1	0
5	Gil	1	0
6	Luciano	1	0

6 rows, 3 columns, 1 levels.

Running time: 00:00:01 seconds.
 Output generated: 03 Jan 18 15:42:06
 UCINET 6.647 Copyright (c) 1992-2017 Analytic Technologies

CLIQUEES

Minimum Set Size: 3
 Input dataset: S04 - FAR (D:\RAQUEL\Documents\UCINET data\S04 - FAR)

0 cliques found.

Clique Participation Scores: Prop. of clique members that each node is adjacent to

Actor-by-Actor Clique Co-Membership Matrix

		1	2	3	4	5	6
		S	E	P	Z	G	L
		-	-	-	-	-	-
1	S04 - FAR	0	0	0	0	0	0
2	Eduardo	0	0	0	0	0	0
3	Pedro	0	0	0	0	0	0
4	Z	0	0	0	0	0	0
5	Gil	0	0	0	0	0	0
6	Luciano	0	0	0	0	0	0

HIERARCHICAL CLUSTERING OF OVERLAP MATRIX

```

S
0
4 E      L
  d      u
- u P    c
  a e    i
F r d    G a
A d r Z i n
R o o l o

Level 1 2 3 4 5 6
-----
0.000 XXXXXXXXXXXX

```

Group indicator matrix saved as dataset CliqueSets
 Actor-by-Actor clique co-membership matrix saved as dataset CliqueOverlap
 Clique co-membership partition-by-actor indicator matrix saved as dataset CliquePart

FREEMAN DEGREE CENTRALITY

```
-----
Input dataset:                S04 - FAR (D:\RAQUEL\Documents\UCINET data\S04 - FAR
Output degree dataset:       S04 - FAR-deg (D:\RAQUEL\Documents\UCINET data\S04 - FAR-deg
Output centralization dataset: S04 - FAR-degcz (D:\RAQUEL\Documents\UCINET data\S04 - FAR-degcz
Treat data as:               Auto-detect
Output raw totals:           YES
Output averages (normalized): YES
Allow edge weights:          YES
Weighted normalization:      YES
Exclude diagonal:            YES
```

Network S04 - FAR is directed? NO

Degree Measures

	1	2
	Degree	nDegree
	e	ee
	-----	-----
1 S04 - FAR	5.000	1.000
2 Eduardo	1.000	0.200
3 Pedro	1.000	0.200
4 Zé	1.000	0.200
5 Gil	1.000	0.200
6 Luciano	1.000	0.200

6 rows, 2 columns, 1 levels.

Graph Centralization -- as proportion, not percentage

	1
	Centralization
	on

1 S04 - FAR	1.0000

1 rows, 1 columns, 1 levels.

```
-----
Running time: 00:00:01 seconds.
Output generated: 03 jan 18 15:49:23
```

ANEXO III

Condomínio João Candido B



Fonte: Pesquisa/ Elaboração própria, 2017

Condomínio João Candido B



Fonte: Pesquisa/ Elaboração própria, 2017

Condomínio João Cândido B



Fonte: Pesquisa/ Elaboração própria, 2017

Reunião de condôminos no Condomínio João Cândido A



Fonte: Pesquisa/ Elaboração própria, 2017

Reunião de condôminos no Condomínio João Cândido A



Fonte: Pesquisa/ Elaboração própria, 2017

Reunião de condôminos no Condomínio João Cândido A



Fonte: Pesquisa/ Elaboração própria, 2017

Reunião de condôminos no Condomínio João Cândido A



Fonte: Pesquisa/ Elaboração própria, 2017

Lideranças do MST-Taboão e do MTST



Fonte: Pesquisa/ Elaboração própria, 2017

Condomínio Ipê



Fonte: Pesquisa/ Elaboração própria, 2017

Condomínio Jequitibá



Fonte: Pesquisa/ Elaboração própria, 2017

Condomínio Ipê



Fonte: Pesquisa/ Elaboração própria, 2017

Condomínio Jequitibá – Roda de Capoeira



Fonte: Pesquisa/ Elaboração própria, 2017

Condomínio Jequitibá – Roda de Capoeira



Fonte: Pesquisa/ Elaboração própria, 2017

Condomínio Jequitibá – Roda de Capoeira



Fonte: Pesquisa/ Elaboração própria, 2017

Condomínio Ipê – Horta Comunitária



Fonte: Pesquisa/ Elaboração própria, 2017